REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE

# SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

**MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE**

INSTITUTO NACIONAL DAS ESTRADAS

## SÃO TOMÉ E PRINCIPE PROJECTO de DESENVOLVIMENTO do SECTOR DO TRANSPORTE E DE PROTECÇÃO COSTEIRA

# PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

## Estrada Nacional EN1

## São Tomé – Guadalupe – Neves (27km)

FEVEREIRO 2019


www.prospectiva.pt

prospectiva
Projectos, Serviços, Estudos, SA

LISBOA - Sede
Rua Major Neutel de Abreu, nº 16 A/B/C
1500 - 411 Lisboa
Portugal

T +351 217 711 970
F +351 217 742 322
sede@prospectiva.pt

ALBUFEIRA - Delegação
Rua do Estádio, Urb. Qtª da Bela Vista, Lote A20, Loja 4 e 5 R/C
8200 - 083 Albufeira
Portugal

T +351 289 58 03 60
F +351 289 58 97 95
delegacao@prospectiva.pt



Certificação Integrada QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA
SGS
SGS
OHSAS 18001 SGS

**MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,**

**RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE**

**SÃO TOMÉ E PRINCIPE PROJECTO de DESENVOLVIMENTO do SECTOR DO TRANSPORTE E DE PROTECÇÃO COSTEIRA**

# PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

## Estrada Nacional N1 – São Tomé – Guadalupe – Neves (27km)

**Fevrero 2019**

# ÍNDICE

EXECUTIVE SUMMARY ..... 13

SUMÁRIO EXECUTIVO ..... 29

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DO PROJETO ..... 45

2 ENQUADRAMENTO DO PROJETO ..... 49
2.1 Localização ..... 49
2.2 Situação atual ..... 50
2.3 Segmentação da Área do Projeto ..... 52
2.3.1 Secção 1 - entre o PK 0+000 (São Tomé) e o PK 13+275 (Guadalupe) ..... 54
2.3.2 Secção 2 – entre o PK 13+275 (saída de Guadalupe) e PK 27+215 (Neves) ..... 59

3 ENQUADRAMENTO LEGAL ..... 65
3.1 Legislação São-Tomense ..... 65
3.2 Políticas de salvaguarda do Banco Mundial- Reassentamento Involuntário (PO 4.12) ..... 66
3.3 Diferenças entre a Legislação Nacional e os Padrões do Banco Mundial e sua Reconciliação ..... 67

4 PRINCÍPIOS GLOBAIS DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO ..... 71

5 RECOLHA DE DADOS BASE E RECENSEAMENTO DAS PAP ALVO DE AÇÕES DE REASSENTAMENTO ..... 73
5.1 Inventariação das habitações, ativos e atividades comerciais potencialmente afetadas ..... 73
5.2 Recenseamento das pessoas alvo de reassentamento involuntário ..... 76

6 NECESSIDADES DE REASSENTAMENTO POR CENÁRIO ESTUDADO ..... 82
6.1 Áreas de expropriação ..... 84
6.2 Habitações confinantes com a via ..... 84
6.3 Atividades comerciais ao longo da via ..... 84
6.4 Árvores ou culturas geradoras de rendimentos ..... 88
6.5 Perda de rendimentos ..... 88
6.6 Cenário de intervenção a implementar ..... 89

7 LOCAIS DE REASSENTAMENTO ..... 91
7.1 Situações A e B - PK 0+075 – São Tomé ..... 92
7.2 Situação C - Neves ..... 94

8 COMPENSAÇÕES E ASSISTÊNCIAS ..... 97
8.1 Elegibilidade ..... 97
8.2 Direito à perda de estruturas comerciais ..... 98
8.2.1 Situação A ..... 99
8.2.2 Situação B ..... 101
8.2.3 Situação C ..... 101
8.3 Direito à perda de receita ..... 103
8.4 Estimativa orçamental da restituição das estruturas e obras de beneficiação propostas ..... 104

9 CONSULTA PÚBLICA PARTICIPATIVA ..... 105
9.1 Consultas realizadas ..... 106
9.2 Opiniões e comentários recebidos ..... 108

10 RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL PELA IMPLEMENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO ..... 115
10.1 Responsabilidade institucional pela implementação ..... 115
10.2 Fortalecimento institucional e capacitação ..... 116

11 Mecanismo de dialogo e resolucao dos conflitos ..... 119
11.1 Medidas de prevenção ..... 119
11.2 Queixas e disputas prováveis no processo de reassentamento ..... 120
11.3 Intervenientes no processo de receção e gestão de queixas ou disputas ..... 120
11.4 Processo de receção e gestão de queixas ou disputas ..... 122
11.5 Violência baseada no género ..... 127

12 IMPLEMENTAÇÃO, COMUNICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO ..... 133
12.1 Implementação ..... 133
12.2 Comunicação ..... 134
12.3 Monitorização e avaliação ..... 136
12.3.1 Indicadores de Desempenho ..... 137
12.3.2 Monitorização interna de desempenho ..... 138
12.3.3 Monitorização externa e avaliação final ..... 138

13 CUSTOS DE REASSENTAMENTO E CRONOGRAMA DE AÇÃO ..... 141
13.1 Custos associados à ação de reassentamento ..... 141
13.2 Cronograma de ação ..... 141

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 145

ANEXOS

Anexo 1 – Recenseamento das habitações, ativos e atividades comerciais confinantes com o Corredor de Intervenção – Secção 1

Anexo 2 - Recenseamento das habitações, ativos e atividades comerciais confinantes com o Corredor de Intervenção – Secção 2

Anexo 3 – Formulário de recenseamento

Anexo 4 – Consulta pública participativa

Anexo 5 – Formulários de gestão de queixas

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 - Localização da EN1 e destaque da zona a intervencionar .....45
Figura 2.1 - Localização de São Tomé e Príncipe .....49
Figura 2.2 - Localização da EN1 e destaque da zona a intervencionar .....49
Figura 2.3 – Distritos .....49
Figura 2.4 - Identificação das secções a intervencionar .....53
Figura 2.5 – Secção 1 – vista aérea .....54
Figura 2.6 - Desenvolvimento altimétrico da EN1 na Secção 1 (exagero vertical 10x).....55
Figura 2.7 – Situação atual Secção 2 .....57
Figura 2.8 – Ponte sobre o Rio Melo – PK 4+275.....58
Figura 2.9 – Ponte sobre Água Sebastião – PK 7+134.....58
Figura 2.10 – Ponte sobre o Rio do Ouro PK 9+478.....58
Figura 2.11 – Secção 2 .....59
Figura 2.12 - Desenvolvimento altimétrico da EN1 na Secção 2 (exagero vertical 10x).....59
Figura 2.13 – Situação atual – entre PK 13+275 e 16+000 .....60
Figura 2.14 – Situação atual – entre PK 16+000 e 23+100 .....61
Figura 2.15 – Modelação 3D da zona costeira (I) .....62
*Figura 2.16 – Modelação 3D da zona costeira (II)* .....62
Figura 2.17 – Situação atual – Ribeira Funda.....63
Figura 2.18 - Enquadramento nos limites do PNOST .....64
Figura 5.1 – Ponto de venda fixo – Abrigo em madeira .....74

Figura 5.2 – Ponto de venda fixo – edifício em alvenaria....74
Figura 5.3 – Pontos de venda móveis – bancas de madeira....75
Figura 5.4 - Pontos de venda móveis – alguidar....75
Figura 5.5 – Pontos de venda móveis – produtos expostos no chão....75
Figura 7.1 – Vendedoras ambulantes de fruta....92
Figura 7.2 – Estabelecimento de refeições....92
Figura 7.3 – Fotografia da zona a intervencionar....93
Figura 7.4 – Planta da zona a intervencionar....93
Figura 7.5 – Vendas ambulantes em Neves....95
Figura 7.6 - Localização inicial e localização proposta....96
Figura 8.1 – Expositor móvel apropriado a ambiente exterior....100
*Figura 8.2 – Implantação das estruturas no local proposto*....100
Figura 8.3 – Abrigos em madeira apropriados à prática comercial....101

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 - Comparação entre as leis são-tomenses e as do Banco Mundial sobre reassentamento e compensação....69
Tabela 6.1 - Expropriações previstas em cada cenário, por secção....84
Tabela 6.2 – Atividades comerciais alvo de reassentamento....87
Tabela 8.1 – Estimativa orçamental das compensações....104
Tabela 10.1: Papéis e responsabilidades institucionais....116
Tabela 13.1 – Custos estimados para implementação do PAR....141

# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| AFAP | Agência Fiduciária de Administração de Projectos |
| AIAS/ ESIA | Avaliação de Impacte Ambiental e Social / Enviromental and Social Impact Assessment |
| CI / IC | Corredor de Intervenção / Intervention Corridor |
| CR / RC | Comité de Reassentamento / Ressetlement Comitee |
| EPE / EDP | Estudos Preliminares de Engenharia / Engineering Design - Preliminary Study |
| ESAS | Especialista em Salvaguardas Ambientais e Sociais |
| EVE / FS | Estudo de viabilidade Económica / Feasability Study |
| INAE | Instituto Nacional de Estradas |
| M&A / M&E | Monitorização e Avaliação / Monitoring and Evaluation |
| MDR | Mecanismo de dialogo e resoluções de conflitos |
| MIRNA / MINRE | Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente / Ministry of Infrastructures, Natural Resources and Environment |
| OMA / MEO | Oficial de Monitorização e Avaliação / Monitoring and Evaluation Officer |
| PAP / PAP | Pessoas Afetadas pelo Projeto / Project Affected Persons |
| PAR / RAP | Plano de Ação de Reassentamento / Ressetlment Action Plan |
| PDSTPC | Projeto de Desenvolvimento do Setor dos Transportes e Proteção Costeira |
| PGAS | Plano de Gestão Ambiental e Social |
| PNOST | Parque Natural Obô de São Tomé |
| PO / OP | Política Operacional / Operational Policy |
| QGAS | Quadro de Gestão Ambiental e Social |
| QPR | Quadro de Política de Reassentamento |
| RDSTP / DRSTP | República Democrática de São Tomé e Príncipe / Democratic Republic of Sao Tome and Principe |
| RP | Recenseamento Preliminar |
| RQ | Registo de queixas |
| STP | São Tomé e Príncipe |
| UIP | Unidade de Implementação do Projeto |
| BM/WB | Banco Mundial/ World Bank |

# PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

**Resumo de dados de reassentamento**

| Nos. | Variáveis | Dados |
|---|---|---|
| 1 | País do projeto | República Democrática de São Tomé e Príncipe |
| 2 | Departmento | Instituto Nacional das Estradas |
| 3 | Município/Municipal/Cidade | São Tomé<br>Neves |
| 4 | Distrito / Aldeia | Água Grande<br>Lembá |
| 5 | Atividade que induz a realocação | Reabilitação da Estrada Nacional 1 |
| 6 | Orçamento do projeto | 57M € |
| 7 | Orçamento do PAR | 148.500€ |
| 8 | Número de pessoas afetadas pelo projeto (PAP) | 63 |
| 9 | Número de domicílios afetados | 63 |
| 10 | Número de mulheres afetadas (PAP principais) | 62 |
| 11 | Número de pessoas vulneráveis afetadas | 4 |
| 12 | Número de PAPs principais | 47 |
| 13 | Número de PAPs menores | 16 |
| 14 | Número total de detentores de direitos legais | 63 |
| 15 | Número de famílias que perderam uma habitação | NA |
| 16 | Área total de terra perdida (ha) | NA |
| 17 | Número de famílias que perderam colheitas | NA |
| 18 | Área total de terras agrícolas perdidas (ha) | NA |
| 19 | Área total de terras agrícolas perdidas permanentemente (ha) | NA |
| 20 | Número de casas completamente destruídas | NA |
| 21 | Número de casas destruídas a 50% | NA |

| | | |
|---|---|---|
| 22 | Número de casas destruídas a 25% | NA |
| 23 | Número total de árvores frutíferas destruídas | NA |
| 24 | Número de quiosques comerciais destruídos | NA |
| 25 | Número de vendedores ambulantes deslocados | 47 |
| 26 | Número total de infraestruturas sócio-comunitárias destruídas | NA |
| 27 | Número total de postes de telefone para mover* | 216 |
| 28 | Número total de postes de serviço para mover* | 98 |
| 29 | Número / comprimento total do tubo de abastecimento de água a ser movido* | 9.800 m |

* trabalhos contemplados nos projetos de engenharia e que serão da responsabilidade do empreiteiro geral

# EXECUTIVE SUMMARY

## INTRODUCTION

The objective of the National Road N1 project is to improve the connectivity, sustainability, safety, and climate resilience of the first 27 kilometers of National Road no.1 (N1). The N1 is one of Sao Tome's main roads and connects the capital city of Sao Tome to two of the country's main urban areas: Neves and Guadalupe. This resettlement action plan (RAP) was developed by the Government of the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe and covers the 27 kilometers where road-maintenance works will be undertaken (from the city of Sao Tome to the city of Neves). A total of sixty-three (63) people, being sixty-two (62) informal vendors that sell on portable stalls along the road or in markets and one (1) owner of a shack selling ice creams, will be affected.

## BACKGROUND INFORMATION

The Democratic Republic of Sao Tome and Principe (STP) is an island nation located in the Gulf of Guinea, on the equator and 300 km off the west coast of Africa. STP has approximately 200,000 inhabitants and a total area of 1001 km2. The N1 is subdivided into two main sections: (i) an interior region that extends from Sao Tome to Guadalupe (approximately 13.28 km) and (ii) a coastal region from Guadalupe to Neves (approximately 16.72 km ).

**The EN1 is a two-lane road that was built during Portuguese colonial rule.** It currently has the heaviest traffic of all roads in the island of Sao Tome and serves 60% of the country's population by connecting its three largest urban areas: the city of Sao Tome (70,000 inhabitants), Guadalupe (20,000 inhabitants), and Neves (15,000 inhabitants). The two-lane road is 5-7 meters wide and has a dangerous horizontal and vertical alignment. It is in poor condition and in critical need of maintenance.

The ROW of the EN1 is 9-12 meters wide in urban areas and 8-9m in rural areas. Although the EN1 has a narrow-paved platform width, the ROW allows for a re-ordering of road infrastructure and widening of the roadway without the need for definitive resettlement of existing commercial activities along the roadway, and avoiding the expropriation of dwellings, land or plots. The cross sections to be implemented were adjusted to fit within the ROW.

## LEGAL FRAMEWORK

There are significant differences between the national legislation pertaining to resettlement and the World Bank's Involuntary Resettlement requirements. Differences are mainly due to the informal nature of land-related procedures in Sao Tome. Inversely, Bank requirements incude detailed provisions regarding involuntary land acquisition and how to manage resettlement-related impacts. To ensure compliance with World Bank requirements, this RAP follows the requirements of national STP legislation and World Bank requirements in a complementary manner to ensure the objectives of a successful resettlement operation. Wherever there are differences between the two standards, that which offers the greatest level of protection will prevail. In practice, this means that the World Bank's requirements will be used to formulate ad'hoc provisions for the implementation of this RAP. Detailed information on the Legal Framework can be found in that section of the RAP.

## PRINCIPLES

The RAP is guided by the following principles: (I) The income and livelihoods of project affected people (PAPs) will, at a minimum, be restored to pre-displacement levels. Where feasible, the project will seek to improve the living conditions of PAPs. (2) All PAPs will be given equal opportunities to participate in culturally appropriate and meaningful consultations to ensure that their views are taken into account and that they fully understand their rights. The consultation process will pay special attention to ensuring that women and other potentially vulnerable and marginalized groups are equally participating in the consultations. (3) All resettlement assistance will be granted prior to the start of any works.

## SCENARIO ASSESSMENT AND SELECTION

Three (3) potential scenarios were assessed during project preparation. Of the three, the alternative that entailed the least resettlement-related impacts was selected (as mentioned above, a total of sixty-three (62) stall owners and one (1) shack owner selling ice creams will be affected by the project). The utmost effort and attention was devoted to ensuring that the design of the selected scenario led to the fewest impacts. **The selected alternative was number 1A**. A summary of the scenarios can be found below.

- **Scenario 1A** – Scenario with pavement rehabilitation and light stroke correction, urban cross-sectional profile in all locations, pavement structure with a granular layer and two bituminous, slope geometry with 80º shear angle, rehabilitation of bridges and replacement of hydraulic passages

- **Scenario 1B** – Scenario with rehabilitation of the pavement without change of tracing, urban cross-sectional profile only in the extension with greater population density, pavement structure with a granular layer and two bituminous, slope geometry with cutting angle of 80º, without additional treatments or protections, rehabilitation of the bridges and replacement of the hydraulic passages.
- **Scenario 2** – Scenario with significant trajectory correction, urban cross-sectional profile throughout the localities, pavement structure with two granular layers and two bituminous, slope geometry with 60º cutting angle, replacement of bridges and hydraulic passages.

**Scenarios 1A and 1B** require widening the width of the paved platform to 6.00 meters for most of its length (it is important to mention that, given the current road width, no land will need to be expropriated under scenarios 1A and 1B), while **Scenario 2** considers a widening of the average road width to 6.50-7.00 meters and changes in its alignment. All scenarios include the same type of Asphalt Mixing on Granular Base.

**Scenario 2** is the most robust and complete intervention scenario on the EN1 National Road, providing a general review of road layout, both at the level of planimetry and at the level of altimetry. It is also the most invasive intervention and it would require the expropriation of land, it would affect the largest number of livelihoods, and would necessitate the slaughter of fruit trees.

**INVENTORY OF HOUSING, ASSETS AND COMMERCIAL ACTIVITIES**

A preliminary inventory was undertaken uninterruptedly from July 2, 2018 to July 15, 2018 (July 15 is considered the cut-off date) and consisted of creating a photographic record of all commercial activities (including informal commerce), non-commercial activities (housing), and trees/crops existing along the project's intervention corridor. The inventory of housing, assets and commercial activities was the basis of all the studies carried out and allowed to estimate the resettlement consequences of each one of the three intervention scenarios.

The rationale for undertaking a preliminary photographic inventory during fourteen (14) consecutive days was to identify all potential informal vendors in the area. This was important given that vendors use portable stalls and therefore do not always occupy the same space on the road or set-up their stalls daily.

Following up on the preliminary inventory, a detailed census was carried out uninterruptedly from January 7, 2019 to January 16, 2019 (January 16 is considered the cut-off date). The rationale of the update was the same used in preliminary inventory.

**CENSUS**

Sixty-three (63) project affected people were identified during the census that was undertaken uninterruptedly from January 7, 2019 to January 16, 2019 (**January 16** is considered the **cut-off date**).

The rationale for undertaking the census during ten (10) consecutive days was to identify all potential informal vendors in the area. This was important given that vendors use portable stalls and therefore do not always occupy the same space on the road or set-up their stalls daily.

The census consisted of collecting detailed information of all informal and non-informal vendors practicing their activities within the intervention corridor. The collected information contains identified PAPs data, namely personal data (name, age, identity number, address, telephone number), household information (number and age of the dependents, average income of the household), economic details (type and regularity of the activity, average income, legal and regulatory situation), as well as PAPs' expectations on the project.

The census was carried out by two technicians with a vast knowledge of the project, which allowed the census process to also be an opportunity to explain to the PAP the whole project, as well as to consult them regarding the proposed resettlement measures.

**RESETTLEMENT-RELATED IMPACTS UNDER THE SELECTED SCENARIO - 1A**

The field analysis and the census surfaced that work constructions are expected to lead to the economic displacement of sixty-two informal vendors and one owner of a shack selling ice cream. Although the impacts related to the project's constructions would lead to PAPs' temporary economic displacement, it has been proposed to move PAPs permanently to other areas as a measure to improve their working condition, support their business development and provide safer and healthier working spaces. The informal vendors sell a multiplicity of items on portable stalls, including fruits and fish, and the shack owner sells ice-cream and beverages. The sixty-three PAP will be moved the shortest possible distance from their original location as the primary measure to mitigate any temporary economic impacts during construction. As part of the resettlement measures, the sixty-three PAPs will receive an upgraded stall/shack, made of more durable material and design. They will be also provided with relocation assistance -i.e. help transporting their stall and had hoc training to improve their business condition and management.

***Example of Portable Stalls from Street Vendors in Neves.***

No permanent land acquisition is expected under the project. All road-maintenance works will be undertaken within the existing road, which will not be fully closed during works because it is the only means of traveling between Sao Tome and Neves. Road maintenance will be performed therefore by reducing lanes and slowing traffic in the sections under rehabilitation. The total traffic flow in the areas under maintenance is not expected to change during project works. To exemplify the proposed resettlement measures, below are photographs of examples of stall-owners that will be affected and the planned areas where they will be relocated.

**Example 1. Intersection at the beginning of the N1, in Sao Tome**

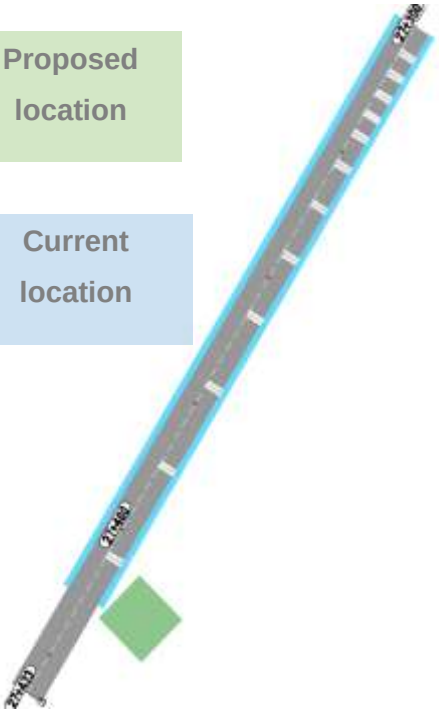
Current location

Proposed location

**Example 2. Street Vendors Along the N1.**

Proposed location

Current location



**MITIGATION MEASURES**

As seen in the examples above, stalls will be moved the shortest possible distance from their original location as the primary measure of mitigating economic impacts on the individuals that sell along the road. As part of the economic displacement's mitigation measures, sixty-two PAP **will receive an upgraded stall and one wood shack both made of more durable material and design** (of more resilient wood and with a cover for shade / against rain)**. They will be provided also with relocation assistance** (i.e. help transporting their stall) and ad hoc training to improve their business condition and management**.**

INAE, Sao Tome's National Roads Institute, will closely monitor the income and living conditions of the stall-owners to ensure that, at a minimum, those individuals that will be economically displaced will maintain their level of income and living conditions. In the unlikely event that a loss of income or living conditions is not identified by INAE during their monitoring of the project area, project affected people will be able to submit a loss of income/livelihood complaint to the project's Grievance Redress Mechanism (GRM). The GRM will respond to the grievance in a maximum of ten working days and will resolve the complaint in a maximum of thirty calendar days. Assistance in the form of cash indemnity for lost income, as well as new stalls, may be provided as restitution for lost income or damaged stalls. Additional information on the institutional arrangements, monitoring and supervision, and the GRM is found in the following sections.

**PAP's CONSULTATION ON PROPOSED RESETTLEMENT MEASURES**

PAP's in depth consultations and community participation have been at the heart of the RAP development to provide an opportunity to all relevant stakeholders, and particularly affected families and communities, to be informed about and participate in the project.

On **September 21, 2018**, the project's **Environmental and Social Impact Assessment** public consultation has been carried out at the Auditorium of the Centro Cultural Brazil, in the city of S. Tomé. 100 people, including representatives of public and private entities as well as national media took part to it.

A presentation of the project and of its potential impacts opened the discussion followed by a first presentation of **resettlement issues and the proposed measures** to mitigate the effect of day-to-day project's implementation. On a general note, participants considered the presentation an instructive and comprehensive overview of the project. The questions raised by the participants were more related to technical issues rather than to environmental and social issues, possibly because the topic discussed will only have practical effects likely within one or two years.

In addition to the discussions on the RAP during the ESIA public consultation, in depth consultations **have been carried out during the RAP's development from November 29, 2018 to December 18, 2018**.

The RAP was then shared with and sent to a list of entities representative of the São Toméan society and of the communities directly affected by the project. The RAP has also been sent to social organizations with proven experience in supporting the most needy and vulnerable. Among the various entities consulted, the following stand out:

- District Councils
- District police commands
- Religious entities
- Santa Casa da Misericórdia
- Resident representatives
- GIME

In accordance with the guidelines of the OP 4.12, the RAP was widely disseminated and made available for public review in the INAE and AFAP secretariats and in places easily accessible for beneficiary communities. No comments, requests for clarification or suggestions have been received.

The census process was also an opportunity to explain to the PAP the whole project, as well as to discuss with them on the proposed resettlement measures.

Subsequently, on **January 18, 2019,** a **public consultation on the RAP** was carried out. The event was hosted at the United Nations Headquarters in São Tomé and Príncipe and 75 participants participated in the event, including representatives from public, private, and civil society organizations, as well as part of the PAPs.

**IMPLEMENTATION ARRANGEMENTS**

INAE, Sao Tome's National Roads Institute, is responsible for coordinating activities pertaining to the RAP and for undertaking several of its required actions. A description of the main actions and responsible parties is included in the table below.

| Activity | Responsibility |
|---|---|
| Formation of the Resettlement Working Group | MIRNE / INAE |
| Collaboration with the Proponent in the implementation of the project and particularly to deal with the problems related to the assets they own / manage. | INAE / MEO |
| Coordination, implementation and oversight of all RAP activities to ensure that overall project planning, implementation, monitoring and evaluation are in line with PAR principles and guidelines through:<br>1. Continuous updating of RAP databases, including ensuring that all PAPs with affected assets are identified in a timely manner and that all sign the clearing agreements;<br>2. Monitor the PAP process to vacate the area where it is needed;<br>3. Ensure that unoccupied areas are not invaded again;<br>4. Assist and prepare PAPs throughout the process to receive replacement of assets;<br>5. Provide facilitation assistance (i.e. for the reconstruction of assets, involvement of district / municipal authorities when needed);<br>6. Provide special assistance to vulnerable PAPs (i.e. female-headed households, children, the elderly and the chronically ill, enterprises owned / managed by women, etc.);<br>7. Coordination of the process between the various jurisdictions (central, communities / neighborhoods, families, etc.) involved in the process.<br>8. Involvement of external public institutions in the process of restoring income and mechanisms to ensure the adequate performance of these institutions and identify gaps, as well as to find ways to address these gaps; | INAE / MEO<br><br>In collaboration with other entities, such as local and community authorities, MEO will be particularly active in raising awareness of the need for households / owners of other assets receiving cash compensation to use it for the purpose for which it was designed. |
| Ensure that PAPs' voice and and concerns are adequately addressed at all stages of the process, including assisting PAPs to deal with issues raised in complaints | PAP / AFAP / District Councils / NGOs and Resettlement Committee |

## GRIEVANCE REDRESS MECHAMISM

A project-level Grievance Redress Mechanism (GRM) will be designed and operational during project's implementation. INAE will be responsible for updating, logging, and addressing grievances and information requests. The GRM has multiple uptake channels, including physical mailboxes, a

dedicated phone number, and an email address (detailed information on the uptake channels is included in the section on the GRM in the body of the document). All submissions will receive a response within ten (10) business days and will be addressed within thirty (30) working days. The GRM includes specific provisions to address grievances pertaining to Gender-Based Violence (GBV), including options for submit grievances anonymously. Among the eligible grievances and information requests are:

- Grievances pertaining to a lack of assistance moving stalls to an alternate location;
- Grievances regarding lost income due to the temporary relocation of stalls;
- Requests for information regarding project works, including resettlement activities (e.g. when and where activities will take place);
- Disputes over ownership of an asset (e.g. two individuals claim to be the owner of a stall); for example, due to the recent change in ownership of the resource;
- Disagreements on the valuation of a lot or other asset;
- Grievance related to alleged cases of GBV and child labor;
- Succession, divorce, and other family problems, resulting in disputes between heirs and other family members over ownership of an asset;
- Requests for information regarding the timing of project activities;
- Grievances regarding a lack of timely assistance for people that will be moved;
- Grievances and information requests that are unrelated to the project will be channeled to the appropriate authorities.

## COMMUNICATION STRATEGY, MONITORING AND EVALUATION

### Communication Strategy

The Ministry of Infrastructure's Press Officer will be responsible for developing and coordinating the dissemination of information pertaining to the project, including aspects related to resettlement. The timing of RAP activities is contingent on the work-schedules for the zones that will be intervened, which will differ depending on the stretch of road. The means of communication that will be used to disseminate information include: radio (national and district); television; newspapers and newsletters (national and community); brochures; letters; in person / verbal communication. All material used for information dissemination will be in Portuguese.

### Monitoring and Evaluation

Monitoring and evaluation (M&E) activities are an essential part of the implementation of the RAP and are key to measuring the performance of its implementation. The following M&E aspects are considered of relevance:

a. RAP performance indicators
b. Process of internal performance monitoring
c. External monitoring and final evaluation

- RAP performance indicators

RAP performance indicators will be the follows:

- Number of PAPs that obtained financial compensation, replacement of assets, or some type of support;
- Number of PAPs that opted for monetary assistance, rather than replacement of assets (where applicable);
- Compliance with the RAP schedule;
- Evaluation of the effectiveness and efficiency in the disbursement of resettlement assistance;
- Number of complaints submitted;
- Rate of resolved complaints;
- Number of grievances that are escalated to the national legal system ;
- Evaluation of the efficiency and effectiveness of the GRM (number of grievances that are successfully addressed in the pre-designated time);
- Assessment of the restoration of livelihood conditions ( a resettlement completion report should compare livelihoods and living conditions post-resettlement with those pre-resettlement).

- Process of internal performance monitoring

Monitoring and evaluation will be ongoing and will focus on the objectives of the RAP. The monitoring of the RAP will be quarterly, and the reports produced will contain at least information related to the indicators in the previous section. The MEO and his team in collaboration with the INAE social and environmental specialists will be responsible for producing these reports, which will then be forwarded to the INAE Executive Board and shared with AFAP.

- External monitoring and final evaluation

This will be mobilized outside the project, i.e. individuals and / or organizations independent of the project and preferably those who have had no other role to play in the project or implementation of the project. An annual report will be produced which, in addition to evaluating the quarterly reports produced by internal monitoring, will focus on the following topics:

- Assessment of asset census;
- Evaluation of the project's socio-economic impact on PAP;
- Supervision of the implementation of the RAP to achieve the objectives and improve or at least maintain the income and living conditions of the PAP after the resettlement / compensation;
- Recommendation of practices or measures to improve the implementation of the RAP;
- Evaluation of the transparency of the implementation process;
- Adequacy of staff and implementation capacity of the agencies and entities involved;
- Fulfillment of the resettlement process in accordance with DRSTP law and World Bank standards;
- Effectiveness of the GRM;
- Adequacy and effectiveness of public involvement;
- Effectiveness of the internal monitoring mechanism.

A RAP completion audit will be carried out after completion of the RAP to measure results and impacts. This will be done by an external team specifically hired to conduct this final evaluation process, and alongside the issues addressed in the annual monitoring reports, will also focus on:

- Overall assessment of RAP performance indicators
- Evaluation of the performance of the GRM
- Evaluation of quantitative and qualitative changes in access to goods and services (water supply, sanitation, education, health, etc.)
- Evaluation of changes in income levels;
- Evaluation of changes in the diversification / improvement of housing, income-generating activities

## RESETTLEMENT COSTS AND ACTION SCHEDULE

### Costs associated with the resettlement

The following table summarizes the items to be considered in the budget estimated for the implementation of the RAP, including its preparation, implementation, monitoring and evaluation.

*Table - Estimated costs for implementing RAP*

| Nr. | Item | Total Cost [€] |
|---|---|---|
| **1** | GRM - including actions to disseminate information relevant to the project | 15.000€ |
| **2** | Implementation of resettlement actions | |
| | **2.1 -** Restoration of commercial structures, including support in the mobilization to the new site, such as improvement of the market of Mané Zébé | 45.000€ |
| | **2.2 -** Workshops on improving PAPs business management | 30.000 € |
| **3** | Supervision of the implementation of RAP ** (1 mission per year for 3 years – 3 x 10.000€) | 30.000€ |
| **4** | Auditoria final do PAR | 15.000€ |
| | **Sub-Total** | **135.000 €** |
| | Unforseen (10%) | 13.500 € |
| | **TOTAL** | **148.500 €** |

* These training actions will focus on topics related to safety and hygiene in food handling, as well as strategies for improving small business management.
** 3-year supervision/consultancy by an international consultant to support the local INAE specialist

### Schedule of action

The National Road Rehabilitation 1 project, due to its size and magnitude, has a scheduled execution period of 3 years, which may extend to 2 additional years. This is considered a realistic term due to the Sao Tome and Principe be an island country, where much of the materials and equipment will have to be mobilized from other countries. In addition to this issue, there is also the fact that it is a road project, which will advance along sections and work fronts, with work being carried out in several places at the same time.

However, and according to the proposed mitigation measures, it is recommended that new work fronts are opened just after the previous ones are completed, or in a state of very advanced execution. It is not expected that the section of the EN1 to be rehabilitated is in the process of intervention in its entire

extension at the same time. In this way, the moments in which RAP specific actions are taken will depend on the intervention zones' works schedule, which will vary from zone to zone.

Road maintenance works will be undertaken in sections. At no point will the entire road be affected by rehabilitation works carried out at the same time. The provisions in this RAP apply to the entire road.

| **Activity / development to be carried out** | |
|---|---|
| **Project preparation phase** | • Defining roles and responsibilities<br>• Definition of RAP Working Groups ( for example, resettlement committees as three districts are involved)<br>• Implementation of the management system, administration and resolution of complaints, including opening of communication channels. |
| **Start of the project (after award of the contract to undertake road - maintenance works)** | • Training of the persons and entities involved in the mechanisms for Supporting Affected Persons<br>• Establishment of an effective management, administration and reporting system.<br>• Development / improvement of all relevant forms / work models<br>• Development and establishment of communication strategy to be adopted |
| **6 months before the start of works in a given area** | ous communication and dissemination of relevant information to all stakeholders, including deadline reporting and community consultation / participationFormal notification to PAPs on the need to temporarily move during road-rehabilitation<br>• Continuous communication and dissemination of relevant information to all stakeholders, including deadline reporting and community consultation / participation.<br>• PAP's formal notification<br>• Preparation of areas where people will be moved of the need for resettlement |
| **1 month before the start of works** | • Continuous communication and dissemination of relevant information to all stakeholders and community consultation / participation, as well as training and capacity building as needed and identified<br>• PAPs trainings<br>• Reminder to PAPs of resettlement measures and available assistance measures |

| | |
|---|---|
| **15 days before the start of work** | • Delivery of new business structures to PAPs<br>• Support and assistance to PAP in the mobilization to the new location<br>• Reestablishment of points of sale in new locations<br>• Support to compensated PAP to normalize and, where possible, improve their production systems in relevant areas<br>• Ensure that unoccupied areas are not invaded again |
| **Post-resettlement and during the execution of the works** | • Checking and handling complaints<br>• PAPs trainings<br>• Final evaluation of the RAP implementation |

# SUMÁRIO EXECUTIVO

## INTRODUÇÃO

O objetivo do projeto é melhorar a conectividade, sustentabilidade, segurança e resiliência climática dos primeiros 27 quilómetros da Estrada Nacional nº.1 (EN1). A EN1 é uma das principais estradas de São Tomé e liga a capital de São Tomé a duas das principais áreas urbanas do país: Neves e Guadalupe. Este plano de ação de reassentamento (PAR) foi desenvolvido pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e abrange os 27 quilómetros onde serão realizadas obras de manutenção (da cidade de São Tomé à cidade de Neves). Um total de sessenta e três (63) pessoas, sendo sessenta e dois (62) vendedores informais que vendem em bancas portáteis ao longo da estrada e um (1) proprietário de um estabelecimento de vendas, serão afetados.

## ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO DO PROJETO

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é uma nação insular localizada no Golfo da Guiné, no equador e a 300 km da costa oeste da África. RDSTP tem aproximadamente 200.000 habitantes e uma área total de 1001 km2. A EN1 subdivide-se em duas secções principais: (i) uma região interior que se estende de São Tomé a Guadalupe (aproximadamente 13,28 km) e (ii) uma região costeira de Guadalupe a Neves (aproximadamente 16,72 km).

## ENQUADRAMENTO LEGAL

Existem diferenças significativas entre a legislação nacional relativa ao reassentamento e a Política Operacional do Banco Mundial 4.12 sobre Reassentamento Involuntário. As diferenças devem-se principalmente à natureza informal dos procedimentos relacionados com a terra em São Tomé e Príncipe. Inversamente, a OP 4.12 possui disposições detalhadas sobre a aquisição involuntária de terras e como gerenciar os impactos relacionados ao reassentamento. Para assegurar a conformidade com a política do Banco Mundial, este PAR segue os requisitos da legislação nacional de STP e da OP 4.12 do Banco Mundial de maneira complementar para garantir os objetivos de uma operação de reassentamento bem-sucedida. Onde quer que haja diferenças entre os dois padrões, o que oferece o maior nível de proteção prevalecerá. Na prática, isso significa que a Política Operacional do Banco Mundial. 4.12 prevalecerá. Informações detalhadas sobre o Regime Jurídico podem ser encontradas nessa seção do PAR.

## PRINCÍPIOS GLOBAIS DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

O PAR é guiado pelos seguintes princípios: (I) O rendimento e os meios de subsistência das pessoas afetadas pelo projeto (PAPs) serão, no mínimo, restaurados para os níveis de pré-deslocamento. Sempre que possível, o projeto procurará melhorar as condições de vida dos PAPs. (2) Todos os PAPs terão igualdade de oportunidades para participar de consultas culturalmente apropriadas e significativas, a fim de assegurar que seus pontos de vista sejam levados em consideração e que compreendam plenamente seus direitos. O processo de consulta dará uma atenção especial à garantia de que as mulheres e outros grupos potencialmente vulneráveis e marginalizados sejam participantes iguais nas consultas. (3) Toda a assistência ao reassentamento será concedida antes do início dos trabalhos.

## NECESSIDADES DE REASSENTAMENTO POR CENÁRIO ESTUDADO

Três (3) cenários potenciais foram avaliados durante a preparação do projeto. Das três, a alternativa que implicou os impactos menos relacionados ao reassentamento foi selecionada (como mencionado acima, um total de sessenta e três (62) proprietários de barracas e um (1) proprietário de estabelecimento de vendas). O maior esforço e atenção foi dedicado a garantir que o design do cenário selecionado levasse ao menor número de impactos. **A alternativa selecionada foi o número 1A.** Um resumo dos cenários pode ser encontrado abaixo.

De forma simplificada, os cenários de reabilitação em análise podem ser descritos da seguinte forma:

- **Cenário 1A** – Cenário com reabilitação do pavimento e correção ligeira do traçado, perfil transversal tipo urbano em toda a extensão das localidades, estrutura de pavimento com uma camada granular e duas betuminosas, geometria dos taludes com ângulo de corte de 80º, reabilitação das pontes e substituição das passagens hidráulicas
- **Cenário 1B** – Cenário com reabilitação do pavimento sem alteração de traçado, perfil transversal tipo urbano apenas na extensão com maior densidade populacional, estrutura de pavimento com uma camada granular e duas betuminosas, geometria dos taludes com ângulo de corte de 80º, sem tratamentos ou proteções adicionais, reabilitação das pontes e substituição das passagens hidráulicas.
- **Cenário 2** – Cenário com correção significativa de traçado, perfil transversal tipo urbano em toda a extensão das localidades, estrutura de pavimento com duas camadas granulares e duas betuminosas, geometria dos taludes com ângulo de corte de 60º, substituição das pontes e das passagens hidráulicas

Os **Cenários 1A e 1B** consideram o alargamento da largura da estrada para 6,00 metros na maior parte de sua extensão (largura atualmente disponível para ocupação sem necessidade de expropriação), enquanto que **o Cenário 2** considera um alargamento da largura média da estrada para 6,50-7,00 metros. Todos os cenários de reabilitação incluem o mesmo tipo de pavimento Mistura Asfáltica sobre Base Granular.

O **Cenário 2** configura o cenário mais robusto e completo de intervenção na Estrada Nacional EN1, prevendo uma revisão geral ao nível do traçado da Estrada, quer ao nível de planimetria, quer ao nível de altimetria. É, por isso, também o mais invasivo e que requereria expropriação de terras e abate de árvores de fruto e sustento das famílias.

**INVENTÁRIO DE HABITAÇÃO, ATIVOS E ATIVIDADES COMERCIAIS**

O inventário de imóveis, ativos e atividades comerciais foi a base de todos os estudos realizados e permitiu estimar as consequências do reassentamento de cada um dos três cenários de intervenção. O inventário preliminar foi realizado ininterruptamente de 2 de julho de 2018 a 15 de julho de 2018 (15 de julho é considerada a data-limite) e consistiu na criação de um registo fotográfico de todas as atividades comerciais (incluindo comércio informal), atividades não comerciais) e árvores / culturas existentes ao longo do corredor de intervenção do projeto. Nenhuma informação ou dados foram coletados de proprietários ou inquilinos.

A justificativa para realizar um inventário fotográfico preliminar durante catorze (14) dias consecutivos foi identificar todos os possíveis vendedores informais e não-informais no Corredor de Intervenção (CI). O registo diário foi de extrema importância, uma vez que os fornecedores usam bancas ou estruturas portáteis e, portanto, nem sempre ocupam o mesmo local ou montam suas bancas diariamente. A razão para não coletar dados dos proprietários de imóveis foi evitar o ingresso oportunista de vendedores informais na área, bem como evitar o aumento das expectativas prematuras em relação às melhorias nas estradas porque as obras do projeto não devem começar até o final de 2019.

Uma atualização de inventário foi realizada a par do recenseamento, ininterruptamente, de 7 de janeiro de 2019 a 16 de janeiro de 2019 (16 de janeiro é considerado a data limite).

## IMPACTOS RELACIONADOS COM O REASSENTAMENTO SOB O CENÁRIO SELECIONADO - 1A

Todos os impactos relacionados ao reassentamento esperado serão impactos de deslocação económica e espera-se que afetem um total de sessenta e dois vendedores informais e um proprietário de estabelecimento de vendas. Os vendedores informais vendem uma multiplicidade de itens, incluindo frutas e peixe, em bancas portáteis, e o estabelecimento vende sorvetes e bebidas. Como principal medida de mitigação de quaisquer impactos económicos sobre os indivíduos que vendem ao longo da estrada, as estruturas serão movidas para a menor distância possível de sua localização original. Os vendedores informais e o proprietário do estabelecimento de vendas alvo de ações de reassentamento receberão uma banca /estrutura adequada à atividade praticada, feita de material e design mais duráveis. Eles também receberão assistência na mobilização e formações para melhorar a gestão dos negócios.

***Exemplo de estruturas móveis de vendedores informais em Neves***

Nenhuma aquisição permanente de terras é esperada no âmbito do projeto. Todos os trabalhos de reabilitação da estrada serão realizados dentro da faixa de domínio, que não será totalmente fechada durante as obras, porque é o único meio de viajar entre São Tomé e Neves. A manutenção das estradas será, portanto, realizada reduzindo o número de vias em funcionamento e reduzindo o tráfego nas seções em reabilitação. O fluxo total de tráfego nas áreas em manutenção não deve mudar durante os trabalhos do projeto. Para exemplificar as mesuras de reassentamento propostas, abaixo estão fotografias de exemplos de proprietários de barracas que serão afetados, seus negócios e as áreas planejadas em que serão realocados.

**Exemplo 1. Interseção no início da EN1, em São Tomé**

Localização atual

Localização futura

**Exemplo 2. Vendedores informais em Neves**

Localização atual

Localização futura

## MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Como é visível nos exemplos anteriores, as bancas/estruturas serão movidas para a menor distância possível da sua localização original como principal medida de mitigação de quaisquer impactos económicos sobre os indivíduos que vendem ao longo da estrada**. Os vendedores informais e o proprietário do estabelecimento de vendas alvo de ações de reassentamento receberão uma banca /estrutura adequada à atividade praticada, feita de material e design mais duráveis** (de madeira mais resiliente e com uma cobertura para sombra / contra chuva). **Eles também receberão** assistência na mobilização e formações para melhorar a gestão dos negócios.

O INAE, Instituto Nacional de Estradas de São Tomé, monitorizará de perto os rendimentos e as condições de vida das PAP alvo de ações de reassentamento para garantir que, no mínimo, esses indivíduos mantenham seu nível de rendimento e condições de vida após a mobilização. No caso improvável de que uma perda de rendimentos ou condições de vida não seja identificada pelo INAE durante a monitorização da área do projeto, as pessoas afetadas pelo projeto poderão apresentar uma perda de queixa de rendimento/subsistência ao mecanismo de Apoio às Pessoas Afetadas pelo Projeto (APAP). O mecanismo de APAP responderá à queixa no prazo máximo de dez dias úteis e resolverá a reclamação num máximo de trinta dias de calendário. A assistência na forma de indemnização em dinheiro por perda de rendimentos, bem como novas bancas, pode ser fornecida como restituição de renda perdida ou bancas danificadas. Informações adicionais sobre os arranjos institucionais, monitorização e supervisão, e o mecanismo de APAP encontram-se nas seções seguintes.

## RECENSEAMENTO DAS PAP ALVO DE AÇÕES DE REASSENTAMENTO

Sessenta e três (63) pessoas afetadas pelo projeto foram identificadas durante o recenseamento que foi realizado ininterruptamente de 7 de janeiro de 2019 a 16 de janeiro de 2019 (**16 de janeiro** é considerada a **data-limite**).

A justificativa para realizar o censo durante dez (10) dias consecutivos foi identificar todos os possíveis vendedores informais no corredor de intervenção. Isso era importante, uma vez que os fornecedores usam bancas/estruturas portáteis e, portanto, nem sempre ocupam o mesmo local na estrada ou montam os seus pontos de venda diariamente.

O recenseamento consistiu na recolha de informações detalhadas de todos os vendedores informais e não informais que praticam suas atividades dentro do corredor de intervenção. A informação recolhida contém dados relativos à identificação de todas as PAPs, nomeadamente dados pessoais (nome, idade, número de identificação, morada, número de telefone), informação do agregado

(número e idade dos dependentes, rendimento médio do agregado familiar), dados económicos (tipo e regularidade da atividade, renda média, situação legal), bem como as expectativas sobre o projeto.

O recenseamento foi realizado por dois técnicos com amplo conhecimento do projeto e do país, o que permitiu que o processo censitário fosse também uma oportunidade de explicar às PAP todo o projeto, bem como consultá-las sobre as medidas de reassentamento propostas.

**CONSULTAS ÀS PESSOAS AFETADAS PELO PROJETO**

As diretrizes especificam que a consulta e a participação da comunidade devem estar no centro de todo o processo, como uma forma de proporcionar uma oportunidade para que todos os interessados relevantes, e particularmente as famílias e comunidades afetadas, se informem sobre o projeto. O processo também é desenhado para incutir um sentido de propriedade em relação ao projeto e fornecer uma oportunidade para todas as partes interessadas apresentarem os seus pontos de vista e interesses e expandir as opções para lidar com assuntos delicados.

Em **21 de Setembro de 2018** foi levada a cabo a **consulta pública** referente aos **Estudos de Impacte Ambiental e Social** do projeto e as suas particularidades, tendo esta sido acolhida no Auditório do Centro Cultural Brasil, na cidade de S. Tomé. Estiveram presentes cerca de 100 pessoas, entre particulares e representantes de diversas entidades públicas e privadas, assim como alguns meios de comunicação social nacionais.

Entre outros temas, foi abordado o tema do **Reassentamento e das medidas propostas para mitigar o efeito da implementação do projeto** no quotidiano. De uma forma geral, todos os atendentes que se manifestaram consideraram a apresentação bastante abrangente e elucidativa do projeto. As questões apresentadas foram mais relacionadas com questões técnicas do projeto do que com questões ambientais e sociais, possivelmente devido ao facto de se estar a debater um tema que só terá efeitos práticos prováveis no prazo de um ou dois anos.

Não obstante à abordagem ao tema do reassentamento incluída na consulta pública realizada no âmbito do EIAS, realizou-se uma **consulta restrita específica no âmbito do PAR entre 29 de novembro e 18 de dezembro, de 2018**. Esta consulta foi direcionada a um público restrito pelas seguintes razões:

i. Os impactos relacionados com as questões de reassentamento e suas medidas de mitigação foram discutidos durante a consulta realizada no âmbito do EIAS;

ii. Esta é a primeira vez que a Política Operacional 4.12 do Banco Mundial é usada no país, e a unidade de implementação do projeto quer evitar reivindicações oportunistas de reassentamento;

iii. As eleições parlamentares foram realizadas muito recentemente (07 de outubro de 2018), não sendo este o momento em que o contexto político em São Tomé seja apropriado para a realização de consultas públicas abertas a toda a comunidade.

Assim, e face à importância do contributo público no desenvolvimento do PAR, o mesmo foi enviado para uma lista de entidades representativas da sociedade São-Tomense e em particular das comunidades diretamente afetadas pelo projeto. Foram também incluídas nesta lista entidades de cariz social com experiência comprovada no apoio aos mais carenciados e vulneráveis. De entre as várias entidades consultadas, destacam-se as seguintes:

- Câmaras distritais
- Comandos de polícia distritais
- Entidades religiosas
- Santa Casa da Misericórdia
- Representantes de moradores
- GIME

De acordo com as diretrizes da OP 4.12, o PAR foi amplamente divulgado e disponibilizado para revisão pública em locais de fácil acesso para as comunidades beneficiárias, particularmente aquelas listadas acima, e nas secretarias do INAE e da AFAP. Não houve comentários, pedidos de esclarecimentos ou sugestões desta consulta restrita.

O processo de recenseamento foi também uma oportunidade para explicar às PAP todo o projeto, bem como consultá-las sobre as medidas de reassentamento propostas.

Posteriormente, em **18 de janeiro de 2019**, foi realizada uma **consulta pública sobre o PAR**. O evento foi realizado na sede das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe e cerca de 75 participantes estiveram presentes, incluindo representantes de associações públicas, privadas, residentes e cidadãs, bem como PAP que serão alvo de reassentamento.

## RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL PELA IMPLEMENTAÇÃO

O INAE, Instituto Nacional de Estradas de São Tomé, é responsável pela coordenação das atividades relativas ao RAP e pela realização de várias das ações necessárias. Uma descrição das principais ações e partes responsáveis é incluída na tabela abaixo.

| Funções | Responsabilidades |
|---|---|
| Formação do Grupo de Trabalho do Reassentamento | MIRNA / INAE |
| Colaboração com o Proponente na implementação do projeto e particularmente para lidar com os problemas relacionados aos ativos que eles possuem/gerem. | INAE / OMA |
| Coordenação, implementação e supervisão de todas as atividades do PAR para assegurar que a planificação geral do projeto, implementação, monitorização e avaliação estejam de acordo com os princípios e diretrizes do PAR, através de:<br>1. Atualização contínua das bases de dados do PAR, incluindo a garantia de que todas as PAP por detrás de todos os ativos afetados são identificadas em tempo útil e que todos assinam os acordos de compensação;<br>2. Monitorizar o processo das PAP para desocupar a área onde isso for necessário;<br>3. Garantir que as áreas desocupadas não sejam novamente invadidas;<br>4. Ajudar e preparar as PAP em todo o processo para receber compensação financeira ou substituição dos ativos;<br>5. Fornecer assistência de facilitação (por exemplo, para a reconstrução de bens, envolvimento das autoridades distritais/municipais quando necessário, por exemplo, identificação e alocação de terras);<br>6. Prestar assistência especial às PAP vulneráveis (por exemplo, famílias chefiadas por mulheres, crianças, idosos e doentes crônicos, empreendimentos pertencentes/administradas por mulheres, etc.);<br>7. Coordenação do processo entre as várias jurisdições (central, comunidades/bairros, famílias, etc.) envolvidas no processo.<br>8. Envolvimento de instituições públicas/privadas externas no processo de restauração de renda (por exemplo, restauração de árvores e cultivo geral onde necessário e relevante) e mecanismos para assegurar o desempenho adequado dessas instituições e identificar lacunas, bem como encontrar maneiras de lidar com essas lacunas; | INAE / OMA<br><br>Em colaboração com outras entidades, tais como autoridades locais e comunitárias, o OMA estará particularmente ativo na criação de consciência para a necessidade de os agregados familiares/proprietários de outros ativos que receberem dinheiro de compensação para usá-lo para o propósito para o qual foi concebido. |
| Assegurar que a voz das PAP e os interesses e as suas preocupações genuínas sejam adequadamente considerados em todas as fases do processo, incluindo a assistência às PAP para lidar com e corrigir as questões apresentadas nas queixas e reclamações | PAP / AFAP / Câmaras Distritais / ONG´s e Comité de Reassentamento |

MECANISMO DE DIALOGO E RESOLUÇÕES DE CONFLITOS

Um mecanismo de diálogo e resoluções de conflitos (MDR) foi concebido pelo projeto e estará operacional durante a implementação. O INAE será responsável pela atualização, registo e tratamento de reclamações e solicitações de informações. O APAP possui vários canais de contacto, incluindo caixas de correio físicas, um número de telefone dedicado e um endereço de e-mail (informações detalhadas sobre os canais de captação estão incluídas na seção sobre o APAP no corpo do documento). Todas as submissões receberão uma resposta dentro de dez (10) dias úteis e serão enviadas dentro de trinta (30) dias úteis. O APAP inclui provisões específicas para tratar de queixas relativas à Violência Baseada no Género, incluindo opções para submeter reclamações anonimamente. Entre as queixas elegíveis e solicitações de informações estão:

- Queixas relativas à falta de assistência para deslocar as bancas/estruturas para o local alternativo;
- Queixas relativas a perda de rendimentos devido à realocação dos pontos de venda;
- Solicitações de informações sobre os trabalhos do projeto, incluindo atividades de reassentamento (por exemplo, quando e onde as atividades ocorrerão);
- Disputas sobre a propriedade de um ativo (por exemplo, dois indivíduos afirmam ser o proprietário de uma banca); por exemplo, devido à recente mudança na propriedade do recurso;
- Desacordos na avaliação de um lote ou outro ativo;
- Queixas relacionadas com Violência Baseada no Género e trabalho infantil;
- Sucessões, divórcios e outros problemas familiares, resultando em disputas entre herdeiros e outros membros da família, sobre a propriedade de um determinado ativo;
- Pedidos de informação relativos ao cronograma de implementação do projeto;
- Queixas pela falta de assistência às pessoas que serão alvo de ações de reassentamento, nos prazos estabelecidos.

Reclamações e solicitações de informações não relacionadas ao projeto serão canalizadas para as autoridades competentes.

## ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

### Estratégia Comunicação

O Assessor de Imprensa do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente será responsável por desenvolver e coordenar a disseminação de informações relativas ao projeto, incluindo aspetos relacionados ao reassentamento.

Os momentos em que certas ações do PAR são tomadas, vai depender do cronograma de trabalhos para as zonas a intervir, e que será diferente em cada trecho. Os meios de comunicação que serão utilizados para divulgar informações incluem: rádio (nacional e distrital); televisão; jornais e boletins informativos (nacionais e comunitários); brochuras; cartas; em pessoa / comunicação verbal. Todo material utilizado para divulgação de informações será em português.

### Monitorização e avaliação

A Monitorização e Avaliação (M&A) são uma parte essencial da implementação do RAP e são essenciais para medir o desempenho de sua implementação. Os seguintes aspetos da M&A são considerados de particular relevância:

a. Indicadores de desempenho do PAR;
b. Processo de monitorização interna de desempenho;
c. Monitorização externa e avaliação final.

- Indicadores de desempenho do PAR

Os indicadores de desempenho do PAR serão, no mínimo, os seguintes:

- Número de agregados familiares que obteve compensação financeira, reposição de ativos, ou algum tipo de apoio;
- Número de agregados familiares que optou pela assistência monetária, ao invés da reposição dos ativos (nas situações aplicáveis);
- Cumprimento do cronograma do PAR;
- Avaliação da eficácia e eficiência do desembolso das compensações e reposições conforme acordado com os agregados familiares afetados;
- Número de queixas/reclamações apresentadas;
- Taxa de queixas/reclamações resolvidas;
- Taxa de queixas que transitou para instâncias superiores (MIRNA ou instâncias judiciais);

- Avaliação da eficiência e eficácia do mecanismo de APAP (número de queixas tratadas com sucesso no tempo pré-determinado);
- Avaliação da restauração da qualidade de vida e o progresso em direção à redução da pobreza e melhoria dos padrões de vida das PAP envolvidas no processo de reassentamento.

- Processo de monitorização interna de desempenho

A monitorização e a avaliação serão contínuos e vão se concentrar sobre os objetivos de curto e médio/longo prazo do PAR. A monitorização do PAR terá carácter trimestral, e os relatórios produzidos conterão, pelo menos, informação relativa aos indicadores constantes da secção anterior. O OMA e a sua equipa, em colaboração com os especialistas em salvaguardas sociais e ambientais do INAE, serão os responsáveis pela produção destes relatórios, que serão posteriormente enviados para a Direção Executiva do INAE e encaminhados para o Especialista em Salvaguardas Ambientais e Sociais da AFAP.

- Monitorização externa e avaliação final.

Esta será mobilizada fora do projeto, ou seja, indivíduos e/ou organizações independentes ao projeto e, de preferência, aqueles que não tiveram nenhum outro papel a desempenhar no projeto ou na implementação do mesmo. Será produzido um relatório anual, que para além de avaliar os relatórios trimestrais produzidos pela monitorização interna, focará os seguintes temas:

- Avaliação do recenseamento de ativos e PAP
- Avaliação do impacto socioeconómico do projeto sobre as PAP
- Supervisão da implementação do PAR para atingir os objetivos e, em particular, melhorar ou, pelo menos, manter os rendimentos e condições de vida do PAP após o reassentamento/compensação;
- Recomendação de práticas ou medidas de melhoria à implementação do PAR;
- Transparência do processo de implementação;
- Adequação do pessoal e capacidade de implementação das agências e entidades envolvidas;
- Cumprimento do processo de reassentamento de acordo com a lei da RDSTP e os padrões do Banco Mundial;
- Eficácia do mecanismo de reclamações;

- Adequação e eficácia do envolvimento do público;
- Eficácia do mecanismo de monitorização interna.

Será realizada uma avaliação final após finalização do PAR para medir resultados e impactos. Isso será feito por uma equipa externa contratada especificamente para conduzir este processo de avaliação final, e a par dos assuntos abordados nos relatórios de monitorização anuais, também se concentrará sobre:

- Avaliação global dos indicadores de desempenho do PAR
- Avaliação do desempenho do mecanismo de APAP
- Avaliação das mudanças quantitativas e qualitativas no acesso a bens e serviços (abastecimento de água, saneamento, educação, saúde, etc.)
- Avaliação das mudanças nos níveis de renda;
- Avaliação das mudanças na diversificação/melhoria de habitações, atividades geradoras de renda

## CUSTOS DE REASSENTAMENTO E CRONOGRAMA DE AÇÃO

### Custos associados à ação de reassentamento

Na Tabela 13.1 seguinte encontram-se sintetizados os itens a serem considerados na estimativa orçamental para a implementação do PAR, incluindo a sua preparação, implementação, monitorização e avaliação.

*Tabela – Custos estimados para implementação do PAR*

| Nr. | Item | Montante Total [€] |
|---|---|---|
| **1** | Apoio pelo desenvolvimento do Mecanismo de Diálogo e Resolução de Conflito - incluindo ações de formação e de disseminação | 15.000€ |
| **2** | Implementação das ações de reassentamento: | |
| | **2.1 -** Substituição de estruturas comerciais, incluindo apoio na mobilização para o novo local, beneficiação do mercado de Manga Zébé | 45.000€ |
| | **2.2 –** Ações de formação/workshop e de acompanhamento das PAP.* | 30.000 € |
| **3** | Consultoria de apoio à implementação do PAR** (1 missão anual durante 3 anos – 3 x 10.000€) | 30.000€ |
| **4** | Auditoria final do PAR | 15.000€ |

| | | |
|---|---|---|
| | **Total** | **135.000 €** |
| | Contingências (10%) | 13.500 € |
| | **TOTAL** | **148.500 €** |
| * Estas ações de formação terão como foco temas relacionados com segurança e higiene no manuseio alimentar, além de estratégias para a gestão de pequenos negócios.<br>** Supervisão durante 3 anos por consultor internacional para suportar o especialista local do INAE | | |

**Cronograma de ação**

O projeto de Reabilitação da Estrada Nacional 1, pela sua extensão e magnitude, tem um prazo de execução previsto de 3 anos, que poderá estender-se por mais 2. Este é considerado um prazo realista, em virtude das vicissitudes de São Tomé e Principie ser um país insular, em que grande parte dos materiais e equipamentos terão de ser mobilizados de outros países. Além desta questão, existe ainda o facto de ser um projeto rodoviário, que avançará por troços e frentes de trabalho, estando os trabalhos a decorrer em vários locais ao mesmo tempo.

Contudo, e de acordo com as medidas de mitigação propostas, recomenda-se que só se abram novas frentes de trabalho quando as anteriores estiverem concluídas, ou em estado de execução bastante avançado. Não se espera que o troço da EN1 a reabilitar esteja em processo de intervenção na totalidade da sua extensão em simultâneo. Desta forma, os momentos em que certas ações do PAR são tomadas, vai depender do cronograma de trabalhos para as zonas a intervir, e que será diferente de zona para zona.

Os trabalhos de reabilitação serão realizados por troços. Em nenhum momento toda a estrada será afetada por obras. As disposições deste PAR aplicam-se a toda a estrada, independentemente da secção da estrada em que está a ser trabalhada.

| **Atividade/desenvolvimento a ser realizado** | |
|---|---|
| **Fase de preparação do projeto** | • Definição de funções e responsabilidades<br>• Definição dos Grupos de Trabalho do PAR (por exemplo, comités de reassentamento)<br>• Implementação do sistema de gestão, administração e resolução de queixas, incluindo abertura dos canais de comunicação. |

| Atividade/desenvolvimento a ser realizado | |
|---|---|
| **Início do projeto (após adjudicação da empreitada)** | • Formação das entidades/pessoas envolvidas nos mecanismos de Apoio às Pessoas Afetadas<br>• Estabelecimento de um sistema eficaz de gestão, administração e relatórios.<br>• Desenvolvimento/melhoria de todos os formulários/modelos de trabalho relevantes<br>• Desenvolvimento e estabelecimento da estratégia de comunicação a ser adotada pelos grupos de trabalho do PAR |
| **6 meses antes do início das obras em determinada zona** | • Comunicação contínua e disseminação de informações relevantes para todas as partes interessadas, incluindo comunicação de datas limite e consulta/participação da comunidade.<br>• Notificação formal das PAP sobre a necessidade do reassentamento<br>• Formação das PAPs<br>• Preparação das novas zonas de reassentamento |
| **1 mês antes do início das obras em determinada zona** | • Comunicação contínua e disseminação de informações relevantes para todas as partes interessadas e consulta/participação da comunidade, bem como formação e capacitação conforme necessário e identificado<br>• Formalização da aceitação das ações de reassentamento pelas PAP |
| **15 dias antes do início dos trabalhos** | • Entrega das novas estruturas comerciais às PAP<br>• Apoio dos agregados familiares compensados na mobilização para a nova localização<br>• Restabelecimento dos pontos de venda nos novos locais<br>• Apoio dos agregados familiares compensados a normalizar e, sempre que possível, melhorar os seus sistemas produtivos em áreas relevantes<br>• Garantir que as áreas desocupadas não sejam novamente invadidas |
| **Pós-reassentamento e durante a execução das obras** | • Verificação e tratamento de queixas<br>• Formação das PAPs<br>• Garantir que os meios de subsistência e as condições de vida das pessoas tenham sido restaurados. |

# 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DO PROJETO

Ao ligar os três grandes aglomerados populacionais, nomeadamente, S Tomé (70.000 habitantes), Guadalupe (20.000 habitantes) e Neves (15.000 habitantes), a Estrada Nacional n.º 1, e sobretudo o troço referido, é a mais ativa de todo o país. Ela serve cerca de 60% da população do país e estende-se por uma distância de 27 km. Construída ainda no período da dominação colonial portuguesa a estrada pavimentada tem 5-7 metros de largura com um alinhamento horizontal e vertical perigoso. Nos últimos anos tem estado em más condições e a precisar de reabilitação e eventualmente de uma série de ajustamentos no seu desenho geométrico e características.

*Figura 1.1 - Localização da EN1 e destaque da zona a intervencionar*

A Estrada Nacional n.º 1 regista um tráfego superior a 76.000 veículos por semana, a maioria das quais viaturas ligeiras (47,7%) e motorizadas (47,4%), seguidas de autocarros (3,4%), camiões (1,3%) e tratores (0,1%). O período de pico verifica-se entre as 11:00 e as 16:00 horas (37,8%), seguido do período da 06:00 às 11:00 horas (32,4%) e por último o período das 16:00 às 20:00 horas (29,7%). Das 20:00 em diante praticamente não se nota qualquer tráfego ou este é muito diminuto.

A estrada pavimentada tem 5-7 metros de largura com um perigoso alinhamento horizontal e vertical. A plataforma encontra-se em más condições e precisa de ser reabilitada. Estes dois fatores em simultâneo tornam a circulação na EN1 bastante incómoda e com risco associado.

Além do tráfego intenso de veículos e motorizadas, a estrada também é usada por camiões de transporte de combustível e cerveja, provenientes da cidade de Neves e distribuídos para o resto do país. A Secção 1, entre São Tomé e Guadalupe, tem cerca de 13,3 km e pode ser considerada como região interior, compreendendo cerca de 7 km de áreas urbanas e as restantes rurais. A Secção 2, entre Guadalupe e Neves, tem aproximadamente 14 Km e trata-se de estrada costeira com taludes com declives bastante acentuados do lado esquerdo da via e com o mar à direita. A reabilitação desta secção da estrada também inclui a estabilização das encostas rochosas, para eliminar/diminuir o risco de derrocadas de pedras.

O âmbito do projeto consiste essencialmente na reabilitação funcional do pavimento ao longo da EN1, atribuindo-lhe características superficiais em termos de regularidade e aderência indutores de melhores condições de circulação e uma maior perenidade da estrutura, assegurando assim parâmetros atuais e exigíveis de segurança aos seus utilizadores.

O projeto de reabilitação da EN1 visa a melhoria do estado da rede rodoviária nacional, nomeadamente, no que diz respeito às suas condições de circulação e segurança rodoviária na EN1, entre São Tomé e a cidade de Neves.

O objetivo global deste projeto é dotar a EN1 de características que se coadunem com a função essencial de uma estrutura rodoviária, assegurando uma superfície de rolamento que permita a circulação de todos os utilizadores da via com comodidade e segurança, durante o período de vida útil da infraestrutura, nas condições climáticas que ocorram.

Estão a ser desenvolvidos esforços para que a reabilitação da EN1 signifique, entre outros, melhorias ao nível de:

(i) Aumento do conforto e redução de tempo de viagem para os utentes;
(ii) Economia nos custos operacionais dos veículos;
(iii) Redução de acidentes rodoviários.
(iv) As ações de reabilitação se traduzam em ganhos para o ambiente, a economia e a sociedade são-tomenses.

Foi dedicada a máxima atenção e esforço nas fases de conceção do projeto visando minimizar, tanto quanto possível, impactes negativos sobre a população, terreno e propriedade, incluindo ainda o acesso dos habitantes a recursos económicos naturais e outros. Os estudos que conduziram a este PAR foram desenvolvidos tendo em consideração três cenários intervenção e um de não intervenção.

A avaliação dos cenários de melhoria da EN1 focou-se, em primeira instância, na comparação entre os custos necessários para a sua reabilitação e manutenção em boas condições de circulação e os benefícios gerados para os seus utilizadores, medidos em termos de veículos operacionais dos veículos, redução de tempos de viagem, e redução do número de acidentes rodoviários. Embora esta metodologia seja internacionalmente aceite como a metodologia mais adequada para medir e comparar os impactes económicos associados a ações de reabilitação de infraestruturas rodoviárias, é limitada pelo facto de não considerar impactes indiretos associados a estas intervenções que em países em desenvolvimento poderão ser tão relevantes como os impactes gerados para os utilizadores na rede viária. Foram então analisados os impactes sociais, ambientais e de reassentamento decorrentes da implementação do projeto**.**

**Foi com base numa análise abrangente e multidisciplinar, em que a necessidade de reassentamento foi um dos fatores preponderantes, que foi definido o cenário 1A como cenário de intervenção a adotar.**

Há que destacar o facto de que durante o desenvolvimento do PAR decorreram as eleições legislativas e autárquicas, tendo havido uma mudança global do poder político em São Tomé e Príncipe. A tomada de posse dos novos órgãos ocorreu já após a aprovação da versão preliminar do PAR e houve necessidade de explicar ao atual executivo todo o enquadramento do projeto e as medidas propostas. Após debate com os representantes distritais foram introduzidas algumas alterações ao PAR que, entre outras coisas, têm implicações nas medidas de compensação propostas inicialmente, e no número de PAP incluídas nas ações de reassentamento. O atual documento resulta da atualização da versão preliminar, tenho sido incluídas as alterações resultantes destes debates, assim como as que resultaram das consultas com as PAP alvo de ações de reassentamento e consulta pública participativa.

# 2 ENQUADRAMENTO DO PROJETO

## 2.1 LOCALIZAÇÃO

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), localizada no Golfo da Guiné a cerca de 300 km da costa ocidental da África, sobre a latitude do equador e em aproximadamente 6°O em longitude (RUR 2.1), é um estado insular. A ilha principal, São Tomé, junto com a segunda ilha, Príncipe e várias ilhotas, totalizam uma área de 1001 km2, com cerca de 200 mil habitantes.

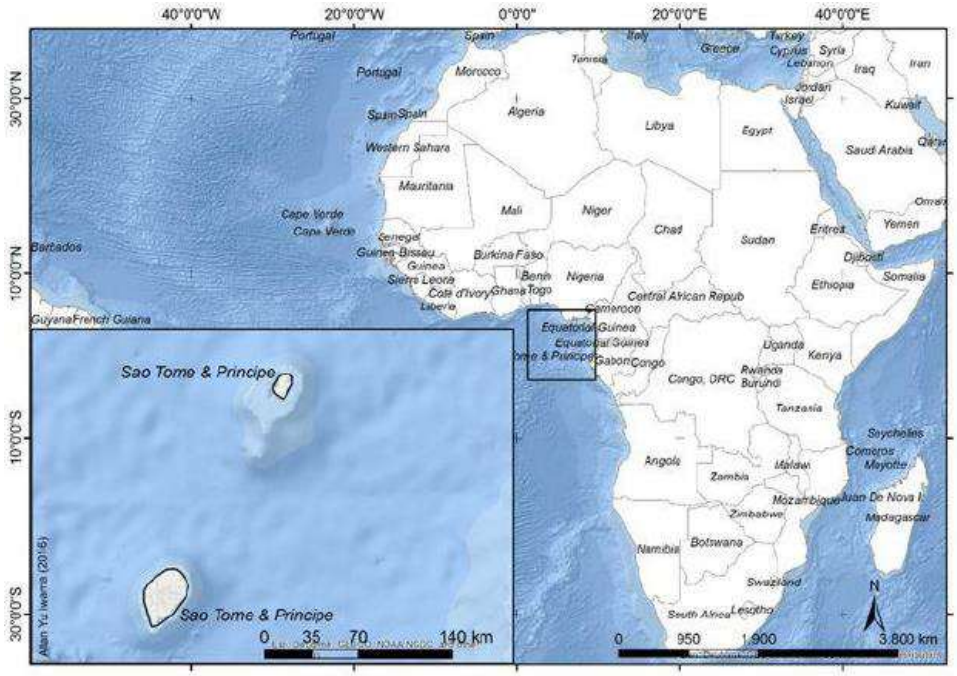



*Figura 2.1 - Localização de São Tomé e Príncipe*

*Figura 2.2 - Localização da EN1 e destaque da zona a intervencionar*

*Figura 2.3 – Distritos*

A EN1 atravessa, ao longo da sua extensão, os distritos de Água Grande, Lobata e Lembá.

## 2.2 SITUAÇÃO ATUAL

A caraterização efetuada ao traçado da Estrada Nacional n.º 1 entre a cidade de São Tomé (PK0+000) e a cidade de Neves (PK27+215), permite-nos constatar que estamos presente um traçado com um desenvolvimento, quer em planta, quer em perfil longitudinal com uma sinuosidade elevada, embora salvo algumas exceções não apresente troços com grandes inclinações.

**Desenvolvimento em planta e perfil longitudinal**

A sucessão de curvas e contracurvas que apresenta, intercaladas com transições em pequenos troços retos, associadas a um perfil longitudinal com grandes variações ao nível da inclinação dos traineis, originando um grande número de pontos de concordâncias côncavas e convexas, criando ao condutor em muitos dos casos verificados, uma dificuldade acrescida na interpretação do desenvolvimento da via e a capacidade de tomar decisões em tempo útil, impossibilitando a manutenção de uma velocidade de circulação constante, dentro dos critérios de segurança exigidos.

**Perfil transversal**

Ao nível do perfil transversal da estrada, a mesma é caraterizada de um modo geral por uma faixa de rodagem com uma largura total de cerca 5,00m, constituída por duas vias de circulação, uma em cada sentido. A faixa de rodagem é ladeada por uma berma em calçada de pedras grada ou por uma valeta também em calçada de pedra grada.

Dentro das localidades existe por vezes uma alteração a este tipo de perfil, não existindo, no entanto, um perfil adequado a uma zona urbana. Nestes locais, o que se verifica é a existência por vezes de alguns passeios intercalados com zonas de berma ou valeta em calçada, de uma forma desordenada e de forma irregular. Não existem zonas de circulação para peões dentro das localidades, de forma organizada e continua, situação que obriga a circulação dos peões na faixa de rodagem.

**Pavimento**

Ao nível das condições do pavimento, constata-se que o mesmo se encontra num elevado grau de deterioração. No troço compreendido entre o PK0+000 e o PK16+350, o pavimento encontra-se bastante desgastado, a camada de desgaste não oferece as condições de aderência necessárias, a superfície do pavimento apresenta-se bastante irregular e com diversos buracos. Sendo visível que o mesmo já foi sujeito a diversas reparações. As condições do pavimento são agravadas a partir do PK16+350 até ao final do troço, onde se constata um grau de deterioração ainda mais elevado,

inexistência em determinadas zonas da camada de desgaste, e a existência de mais buracos no pavimento e com dimensões superiores.

Regista-se, igualmente, a existência de depressões no pavimento causadas quer pelo colapso de estruturas de aquedutos, quer pela erosão da base do pavimento e consequente arrastamento de partículas finas. Nas zonas de localidade, e em particular os pequenos troços de passeios existentes, estes apresentam igualmente um avançado estado de degradação, assim como os lancis que os delimitam.

**Sinalização e segurança**

Ao longo da Estrada Nacional N1 verifica-se praticamente a inexistência de sinalização horizontal ou vertical. Em toda a sua extensão apenas se verificou a existência de sinalização horizontal na interseção ao PK 0+000, sinalização esta com um grau de desgaste bastante elevado, o que torna a sua visibilidade limitada ou praticamente existente. A escassa sinalização vertical existente encontra-se em mau estado de conservação, pouco visível e incompleta, situação que por vezes poderá dar uma informação errada ao condutor.

A falta de sinalização contribui de forma exponencial para uma anarquia na condução e desrespeito pelas regras de condução e segurança rodoviária. Não existem igualmente quaisquer medidas de balizamento ou proteção em zonas em zonas mais sensíveis e com maior risco de despiste.

**Drenagem**

Relativamente ao sistema de drenagem, o que se constata é a existência de um modo geral de um sistema baseado no escoamento superficial das águas, com encaminhamento para valetas ao longo da estrada, as quais descarregam nas linhas de água existentes ao longo da via. Constata-se, igualmente, que todo este sistema se encontra a funcionar de uma forma deficiente, devido às más condições em que se encontram os seus órgãos de drenagem, nomeadamente a deterioração das valetas ou sua obstrução, deterioração de aquedutos ou sua obstrução. As linhas de água apresentam um estado de assoreamento ou uma densidade de vegetação extremamente elevado, o que impede o livre escoamento das águas.

Nas zonas de localidades, constata-se a existência por vezes de sistemas de drenagem com recolha das águas através de sumidouros, e encaminhamento para o sistema de escoamento entubado. Estes sistemas encontram-se fora de funcionamento, devido à completa obstrução dos seus órgãos de drenagem. Todo este deficiente funcionamento do sistema de drenagem contribui de forma

exponencial para a degradação acelerada do pavimento e sua base, além de ser um fator de risco acrescido ao nível da segurança rodoviária reduzindo as condições de aderência à via.

**Taludes**

Foram caraterizadas como situações especiais as características do traçado entre o PK16+500 e o PK25+800 devido a existência em quase toda a sua extensão, no lado esquerdo da estrada de taludes com alturas superiores a 5,00m e com um estado de alteração da rocha bastante acentuado.

Esta situação constitui um perigo iminente para os utilizadores da via, potenciador de acidentes, pondo em causa a sua segurança. A queda de rochas e derrocadas ocorre na zona da faixa de rodagem, as quais caem diretamente na faixa ou na sua berma, estilhaçando e sendo projetadas para a berma contrária.

Concomitantemente, esta situação origina a deterioração e obstrução dos sistemas de drenagem adjacentes à via, nomeadamente as valetas existentes, contribuindo deste modo para a ineficácia do sistema de drenagem e deterioração do pavimento. Regista-se igualmente a destruição de muros de proteção no lado da estrada oposto aos taludes, através da queda dos blocos rochosos e sua projeção para o lado oposto.

**Vegetação**

Todo o traçado da EN1 é caraterizado pela existência de uma grande densidade de árvores e vegetação ao longo da via. Esta vegetação de elevada densidade, dimensão e proximidade à estrada contribui para uma deficiente leitura do desenvolvimento da estrada.

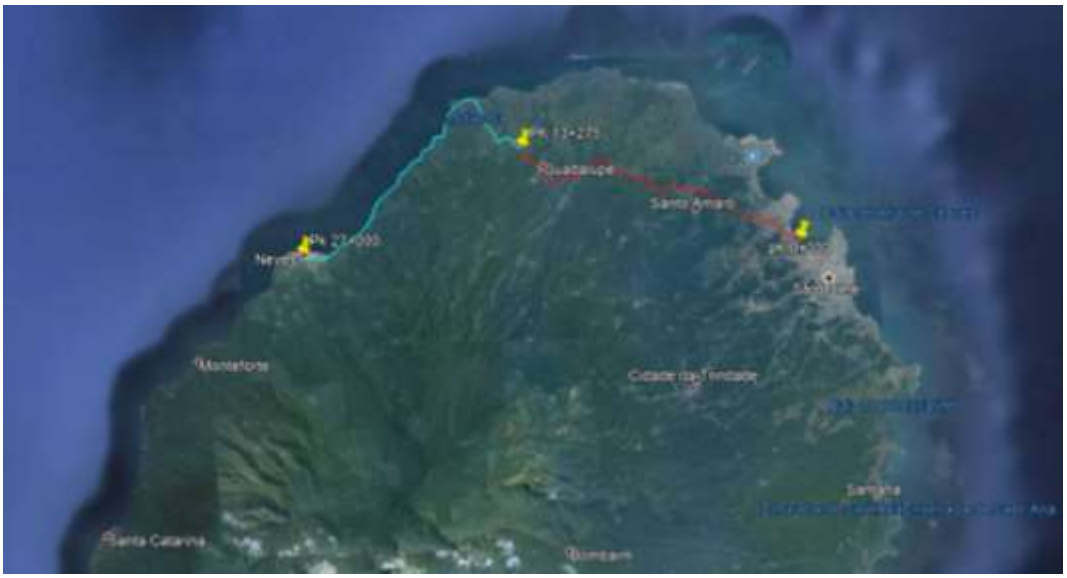
Conforme referido anteriormente, contribui igualmente para a desestabilização dos taludes existentes ao longo da estrada.

## 2.3 SEGMENTAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO

O ambiente natural e social na EN1 pode ser subdividido em duas grandes regiões, nomeadamente; (i) a região interior, que se estende de São Tomé a Guadalupe (13,28 km) e (ii) a região costeira de Guadalupe a Neves (16,72 km).

Tendo como principal objetivo o lançamento de duas empreitadas distintas, o projeto de reabilitação da EN1 entre São Tomé e Neves foi dividido da seguinte forma:

- Secção 1 – PK 0+000 (São Tomé) a PK 13+275 (Guadalupe)
- Secção 2 – PK 13+275 a PK 27+000 (Neves)




___ - Secção 1 ___ - Secção 2

*Figura 2.4 - Identificação das secções a intervencionar*

### 2.3.1 SECÇÃO 1 - ENTRE O PK 0+000 (SÃO TOMÉ) E O PK 13+275 (GUADALUPE)

A Secção 1 consiste no troço compreendido entre o PK 0+000 (São Tomé) e o PK 13+275 (Guadalupe), passando pelas localidades de São Tomé, Santo Amaro, Ilhéu, Conde e Guadalupe. Ao longo da extensão de toda a Secção 1 a via atravessa várias localidades sem que o seu perfil transversal se adeque ao ambiente rodoviário a atravessar. É uma área densamente povoada, sendo que cerca de 53% do perfil transversal da estrada deveria apresentar características urbanas.

Este facto implica insegurança rodoviária no atravessamento ao longo de localidades, tornando mais vulneráveis os utentes pedonais.

*Figura 2.5 – Secção 1 – vista aérea*

A caraterização feita à atual EN1 na Secção 1 permite-nos constatar que estamos presente um traçado com um desenvolvimento, quer em planta, quer em perfil longitudinal com uma sinuosidade elevada, embora, salvo algumas exceções, não apresente troços com grandes inclinações.

A sucessão de curvas e contracurvas que apresenta, intercaladas com transições em pequenos troços retos, e associadas a perfil longitudinal com grandes variações ao nível da inclinação dos traineis, originando um grande número de pontos de concordâncias côncavas e convexas, cria ao condutor em muitos dos casos verificados, uma dificuldade acrescida na interpretação do desenvolvimento da via e a capacidade de tomar decisões em tempo útil, impossibilitando a manutenção de uma velocidade de circulação constante, dentro dos critérios de segurança exigidos.

Ao nível do desenvolvimento altimétrico da EN1 na Secção 1, este apresenta um traçado bastante ondulado. A variação altimétrica é significativa e situa-se entre 2m e 150m, atingindo os extremos aproximadamente ao PK 0+000 e PK 11+600, respetivamente.

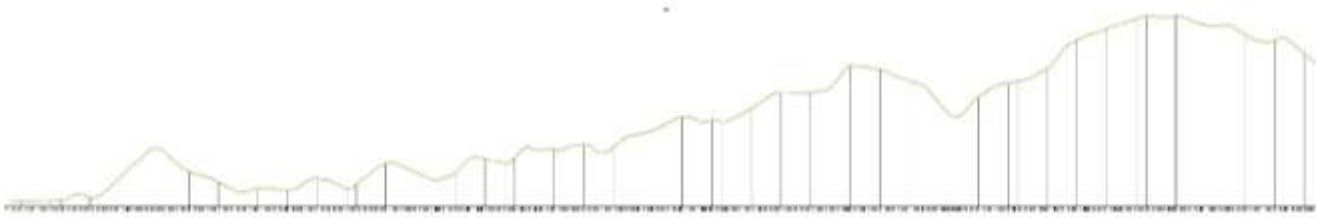


*Figura 2.6 - Desenvolvimento altimétrico da EN1 na Secção 1 (exagero vertical 10x)*

Ao nível do perfil transversal da estrada, a mesma é caraterizada de um modo geral por uma faixa de rodagem com uma largura total de cerca 5,00m, constituída por duas vias de circulação, uma em cada sentido. A faixa de rodagem é ladeada por uma berma em calçada de pedras grada ou por uma valeta também em calçada de pedra grada.

Dentro das localidades existe por vezes uma alteração a este tipo de perfil, não existindo, no entanto, um perfil adequado a uma zona urbana. Nestes locais, o que se verificou foi a existência por vezes de alguns passeios intercalados com zonas de berma ou valeta em calçada, de uma forma desordenada e de forma irregular. Não existem zonas de circulação para peões dentro das localidades, de forma organizada e continua, situação que origina a circulação dos peões na faixa de rodagem.

Ao nível das condições do pavimento, constata-se que o mesmo se encontra num elevado grau de deterioração. Ao longo de toda a Secção 1 o pavimento encontra-se bastante desgastado, a camada de desgaste não oferece as condições de aderência necessárias, a superfície do pavimento apresenta-se bastante irregular e com diversos buracos, sendo visível que o mesmo já foi sujeito a diversas reparações.

*Figura 2.7 – Situação atual Secção 2*

O troço de estrada a retificar é atualmente atravessado por diversas linhas de água, incluindo pequenas linhas de águas normalmente secas, ribeiras, rios de maior dimensão, e passagens hidráulicas.

Destas, destacam-se pela sua importância as seguintes linhas de água, cujo atravessamento sob a Estrada Nacional EN1 é assegurado por pontes:

- Rio Melo ou Água Palito -- PK 4+275
- Água Sebastião ou Clé - PK 7+134
- Rio do Ouro - PK 9+478

*Figura 2.8 – Ponte sobre o Rio Melo – PK 4+275*

*Figura 2.9 – Ponte sobre Água Sebastião – PK 7+134*

*Figura 2.10 – Ponte sobre o Rio do Ouro PK 9+478*

Destacam-se também as pontes sobre linhas de água de menor importância:

- PK 10+552
- PK 12+595

Ao nível das estruturas de contenção, existe na Secção 1 um muro de contenção ao PK 5+959, em pedra argamassada, com cerca de 90m de comprimento, que se prevê manter em funcionamento.

### 2.3.2 SECÇÃO 2 – ENTRE O PK 13+275 (SAÍDA DE GUADALUPE) E PK 27+215 (NEVES)

A Secção 2 consiste no troço compreendido entre o PK 13+275 (saída de Guadalupe) e o PK 27+215 (Neves), passando pela localidade de Ribeira Funda. A partir do PK 16+000 a EN1 é uma estrada costeira, sendo ladeada por taludes no lado esquerdo e o mar no lado direito. Embora até à entrada de Neves se considere como sendo uma área com baixa densidade populacional e tráfego reduzido, esta secção da EN1 é de extrema importância para a economia de São Tomé.

*Figura 2.11 – Secção 2*

A cidade de Neves é a zona considerada como a zona industrial do país, dista da cidade capital cerca de 27,0 km, com uma população de cerca de 15.370 habitantes, e é nela que se localizam os reservatórios de combustível que abastecem todo o país, incluindo as centrais de produção de energia elétrica, e a fábrica de cerveja Rosema.

Ao nível do desenvolvimento altimétrico da EN1 na Secção 2, este apresenta-se menos ondulado quando comparado com a Secção 1, mas bastante sinuoso. A variação altimétrica situa-se entre 130 m e 2,5 m, atingindo os extremos aproximadamente ao PK 13+400 e PK 23+375, respetivamente.

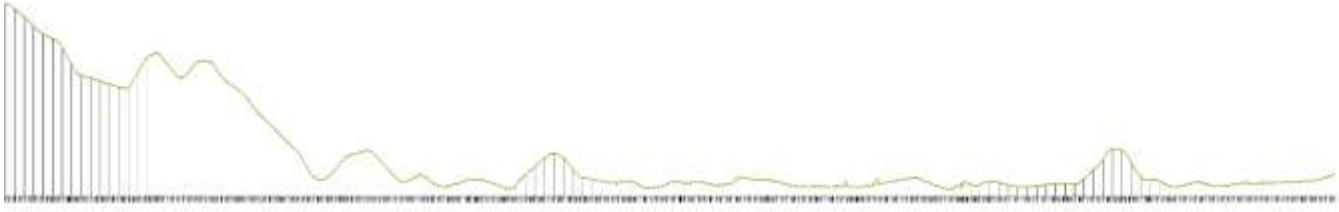


*Figura 2.12 - Desenvolvimento altimétrico da EN1 na Secção 2 (exagero vertical 10x)*

*Figura 2.13 – Situação atual – entre PK 13+275 e 16+000*

A partir do PK 16+500, aproximadamente, o troço é caraterizado pela existência de taludes elevados no lado esquerdo da via, interrompidos apenas em pequenas zonas de passagem de linhas de água. Estes taludes são resultantes, maioritariamente, do corte de escavação efetuado para a implantação da estrada, apresentando um perfil vertical relativamente ao plano da estrada, e à exceção de pequenos troços apresenta-se normalmente paralelo à faixa de rodagem. Estes taludes são igualmente caraterizados pelo seu elevado desenvolvimento vertical, e pelo seu prolongamento para o interior com inclinações bastante acentuadas. A densa e diversa vegetação que cobre estes taludes e o seu topo impossibilita uma aferição pormenorizada da sua altura em diversos locais.

*Figura 2.14 – Situação atual – entre PK 16+000 e 23+100*

Estes taludes são constituídos de modo geral por material rochoso de características diversas, resultado de diversos episódios vulcânicos em diferentes fases temporais ao longo dos anos e diferentes características. Apresentam um grau de alteração muito elevado, fissuração diversa e desprendimento de rochas, resultado de diversos fatores, tais como causas naturais (descompressão natural da rocha), e agentes erosivos (infiltração e percolação da água nas zonas de junção das camadas rochosas, ação da vegetação, que através das suas raízes percorrem as fissuras existentes na rocha e contribuem para o aumento destas). Estes fatores contribuem para a instabilidade verificada nos taludes, provocando o desprendimento e queda de pedras de dimensões variadas. Nalgumas zonas e por características diferentes do material é possível observar também deslizamentos de terra.

*Figura 2.15 – Modelação 3D da zona costeira (I)*

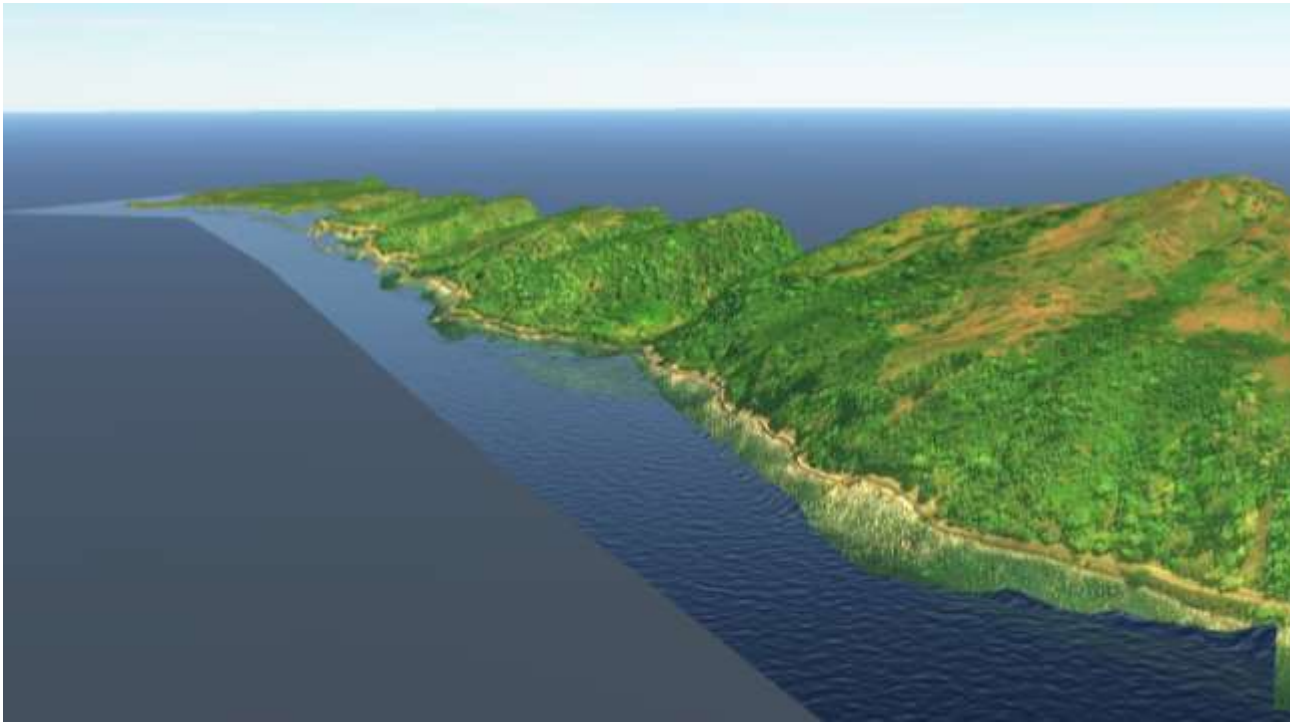


*Figura 2.16 – Modelação 3D da zona costeira (II)*

A localidade de Ribeira Funda encontra-se entre o PK23+100 e PK23+250, localizada num vale, entre duas pontes com degradação bastante significativa.

*Figura 2.17 – Situação atual – Ribeira Funda*

O troço de estrada a retificar é atualmente atravessado por diversas linhas de água, incluindo pequenas linhas de águas normalmente secas, ribeiras, rios de maior dimensão, e passagens hidráulicas.

Destas, destacam-se pela sua importância as seguintes linhas de água, cujo atravessamento sob a Estrada Nacional EN1 é assegurado por pontes:

- Água Gato - PK 25+762
- Rio Provaz - PK 26+799 (em boas condições de conservação, não se prevê necessidade de intervenção de reabilitação)

Destacam-se também as pontes sobre linhas de água de menor importância:

- PK 14+015
- PK 14+522
- PK 15+180
- PK 17+875
- PK 18+563
- PK 21+462
- PK 23+047
- PK 23+187
- PK 23+898

Na Secção 2 existem atualmente 39 muros de suporte à estrutura da estrada, e que servem também como proteção da orla costeira, sendo constituídos por betão armado (BA), betão ciclópico (BC), pedra argamassada (P) ou gabiões (G). Tendo em conta o estado em que se encontram, e salvo se em obra se verificar o contrário, está previsto que se mantenham 37 destas estruturas.

No que à ecologia terrestre diz respeito, considera-se de extrema importância referir que uma pequena parte da Secção 2 atravessa uma zona integrante do Parque Natural do Obô (PNOST).

Pelas suas características singulares, embora seja uma Zona de Proteção Parcial do Tipo II, dá-se especial atenção a este tema no EIAS e PGAS.

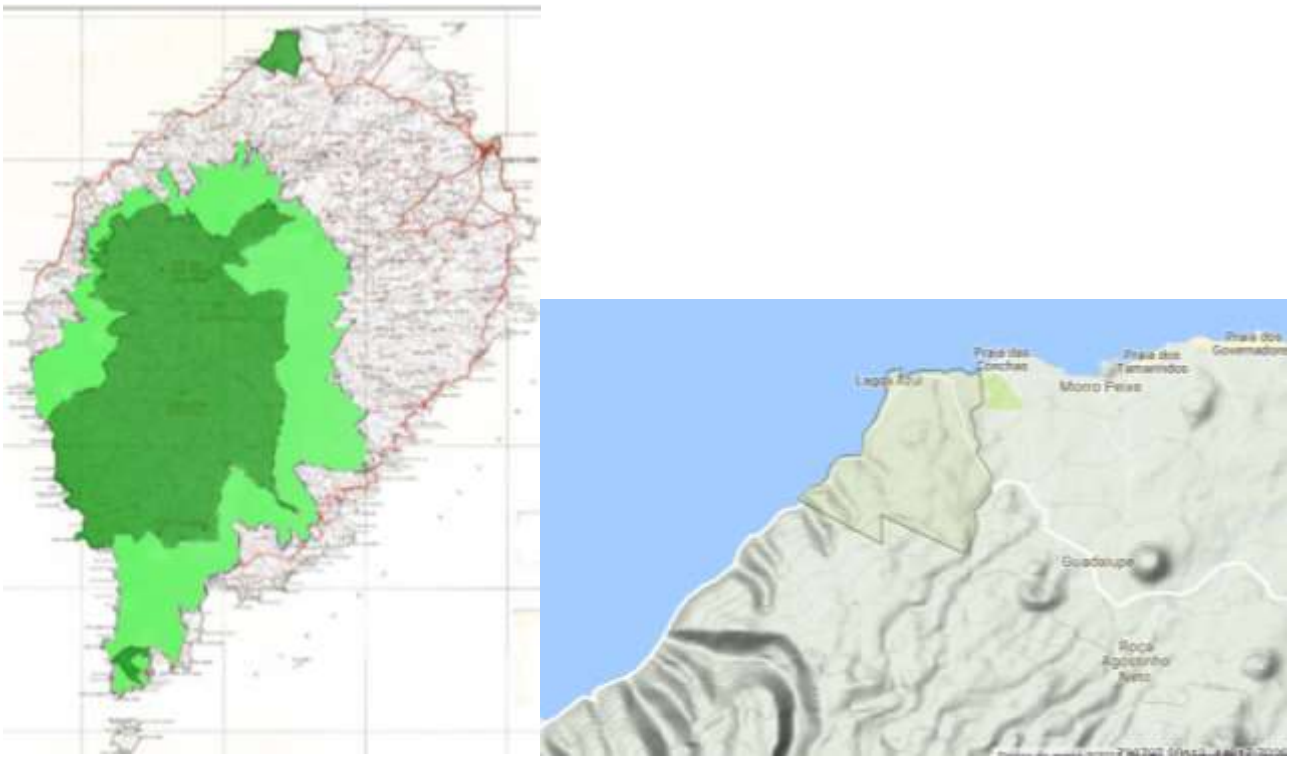



*Figura 2.18 - Enquadramento nos limites do PNOST*

# 3 ENQUADRAMENTO LEGAL

A posse da terra em São Tomé e Príncipe sofreu três grandes transformações. Durante o período colonial (c. 1500 - 1975), toda a terra arável foi alocada a grandes plantações trabalhadas, sucessivamente, no regime de escravidão e trabalho escravo. Na Independência, o governo socialista nacionalizou as plantações, mas não investiu nelas, de modo que o Estado possuía quase todas as terras do país, mas a produção agrícola declinou aceleradamente. Como parte da adoção de reformas de economia de mercado nos anos 90, a legislatura de STP aprovou uma nova lei de terras em 1991 (Lei 3/91) que permite a propriedade privada de terras públicas, geralmente sob título revogável (título precário; artigo 2, subseção 2).

## 3.1 LEGISLAÇÃO SÃO-TOMENSE

A Lei da Gestão da Propriedade Fundiária do Estado (Lei n.° 3/91) define o enquadramento de questões relacionadas com terras pertencentes ao Estado e dos princípios básicos de criação de reserva da terra. Trata da propriedade, identificando propriedade pública e privada do Estado, e define também a base do arrendamento privado e a utilização das terras estatais, particularmente ao nível da distribuição para fins de investimento. Entre outros, a lei especifica que "**Os terrenos ocupados por estradas ou caminhos públicos**, bem como os ocupados por aeroportos, aeródromos de interesse público, **pertencem ao domínio do estado** (alínea e), Capítulo I, Secção I, artigo 1.° (Terras do Domínio Público). Cabem ainda nesta mesma categoria "os terrenos correspondentes aos leitos dos rios e das águas marítimas (alínea a), do mesmo Capítulo e Secção).

Aspetos concretos sobre áreas de reserva das estradas destacam-se pelas omissões de definições (distâncias a ser consideradas como exclusivamente reservadas aos interesses de funcionamento e desenvolvimento das estradas) e de adaptações no terreno (há um relativo caos no ordenamento dos assentamos ao longo das estradas).

No caso concreto da EN1, construída durante a época colonial portuguesa, muito antes da implementação da Lei n.º3 /91, a faixa de domínio (área de reserva) está bem definida através da delimitação desta pelas propriedades confiantes com a via, e existência de equipamentos públicos (postes de eletricidade ou comunicações) que servem como fronteira entre a área reservada à estrada e as parcelas particulares. Nas zonas urbanas a faixa de domínio da EN1 apresenta larguras entre 9 e

12m, e nas zonas ruais entre 8 e 9m. Embora a EN1 apresente uma reduzida largura de plataforma pavimentada, faixa de domínio permite um reordenamento da infraestrutura rodoviária e alargamento da faixa de rodagem sem necessidade de reassentamento definitivo das atividades comerciais fixas existentes ao longo da via, e evitando expropriações de habitações, terrenos ou parcelas particulares. Os perfis transversais a implementar foram ajustados para se enquadrarem sempre na faixa de domínio.

## 3.2 POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO BANCO MUNDIAL- REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO (PO 4.12)

A Política Operacional do Banco Mundial sobre Reassentamento Involuntário (PO 4.12) procura cobrir uma gama variada de possíveis casos que podem surgir em países pelo mundo. A política é, portanto, escrita em termos gerais, embora as suas especificações possam ser prontamente definidas para o país ou caso individual.

Em primeiro lugar, a PO 4.12 determina a plena informação e participação da comunidade, com ênfase na inclusão das populações pobres, vulneráveis e/ou marginalizadas de uma comunidade. A premissa aqui não é apenas que as pessoas têm o direito de saber quais investimentos e projetos estão sendo realizados, elas têm uma voz forte para fazer essas escolhas. Além disso, como segmentos desfavorecidos de uma comunidade podem não se sentir confiantes o suficiente para participar, esforços especiais devem ser feitos para envolver toda a comunidade, para que todos entendam a iniciativa.

Em termos de domínio eminente e expropriação de ativos, a PO 4.12 enfatiza a importância da plena compensação e oportuna (ou seja, com novo valor de mercado) para todos os ativos perdidos devido à expropriação de terras para projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco. A premissa aqui é simples: as pessoas que abrem caminho para o projeto ou investimento não devem ser forçadas a arcar com qualquer parte do custo do projeto. Fazer o contrário, provavelmente não só empobrece ainda mais a população afetada pelo projeto, como também contradiz o próprio princípio de desenvolvimento, que é o melhoramento económico para todos (e não apenas o "bem público").

O outro grande requisito político da PO 4.12 é, pelo menos, restaurar e, de preferência, melhorar os padrões de vida as Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP). A premissa básica aqui é, novamente, assegurar que aqueles que consentirem mais para o projeto (por exemplo, suas terras, seus lares, seus negócios) sejam assistidos ao máximo possível para restaurar os seus meios de subsistência para que

possam manter ou melhorar os seus padrões de vida. Nos termos da política do Banco, as operações de reassentamento devem ser realizadas no contexto de um processo de desenvolvimento.

A fim de assegurar que a indenização e a reabilitação económica ocorram conforme planificado, a PO 4.12 também exige um programa de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso do projeto.

No caso particular deste projeto e tendo em conta o cenário de intervenção já definido (1A) esta política será ativada nas situações concretas definidas no Capítulo 7. A ativação da política prende-se com a substituição de estruturas comerciais (pontos de venda) em virtude da necessidade de deslocação definitiva de estruturas móveis de vendas. A assistência dada no âmbito deste processo de reassentamento consiste na reposição de ativos, embora não exista dano ou inutilização dos mesmos.

## 3.3 DIFERENÇAS ENTRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E OS PADRÕES DO BANCO MUNDIAL E SUA RECONCILIAÇÃO

A legislação nacional de terras em STP define os critérios de atribuição de terras e, por implicação, a sua caducidade. Muitos aspetos da expropriação de terras sob domínio eminente não estão detalhados na lei. Pelo contrário, eles estão sujeitos a processos relativamente informais nesta pequena nação insular. Os oficiais do governo negociam com os proprietários e ocupantes das terras as parcelas necessárias de terra, oferecendo terras do Estado em substituição e ajudando os proprietários a substituir as suas estruturas, como aconteceu recentemente em Santa Catarina, onde uma casa ruiu durante uma enchente e funcionários locais mobilizaram recursos para reconstruí-la. Fundamentalmente, a diferença básica entre a legislação nacional e os padrões internacionais situa-se na extensão da formalização dos procedimentos de expropriação de terras. Em STP, os procedimentos são relativamente informais, enquanto a PO 4.12 estipula critérios formais relativamente gerais.

Para além disso, como é comum em muitos países, os procedimentos de expropriação de terrenos em STP não incluem formalmente questões expressamente mencionadas na PO 4.12. A informação e participação do público ocorrem numa base ad hoc em STP, dada a forma como a expropriação de terras é realizada, mas não há exigência específica para tal. A indenização de terras e estruturas é geralmente em espécie, embora as partes possam concordar em indenizar em dinheiro. Quando a expropriação de terras afeta a renda das pessoas, a reabilitação económica não é uma consideração explícita em STP, mesmo que as terras de substituição sejam fornecidas. Da mesma forma, não há

provisão para monitorar a operação de reassentamento, embora as autoridades locais estejam plenamente conscientes do progresso numa base informal.

Como pode ser visto nos parágrafos anteriores, existem muitas diferenças significativas entre a legislação nacional e a PO 4.12; principalmente devido ao fato de que os procedimentos relacionados à terra em STP tendem a ser de natureza informal e não necessariamente prescritos na legislação, enquanto a PO 4.12 possui disposições bastante detalhadas. A fim de assegurar o cumprimento da política do Banco Mundial, este PAR segue os requisitos da legislação nacional de STP e da PO 4.12 do Banco Mundial de forma complementar, a fim de garantir os objetivos de uma operação de reassentamento bem-sucedida. Onde quer que existam diferenças entre os dois padrões, o que oferecer maiores vantagens dos dois prevalecerá desde que o outro padrão seja encontrado *ipso facto*. Na prática, isso significará que a PO 4.12 será aplicada no projeto.

A tabela abaixo resume as principais diferenças entre a PO/BP 4.12 e a legislação nacional relevante, bem como medidas para colmatar as lacunas.

*Tabela 3.1 - Comparação entre as leis são-tomenses e as do Banco Mundial sobre reassentamento e compensação*

| Categoria de pessoas afetadas/tipo de ativos/problemas | **Leis e Regulamentos São-tomenses (Constituição, Decreto-Lei n.° 37/99 e Lei n.° 3/91)** | **Banco Mundial OP4.12** | **Medidas para colmatar as lacunas**<br><br>**(Nota: cada discrepância identificada será colmatada pela via da adoção dos requisitos do BM)** |
|---|---|---|---|
| Pessoas involuntariamente afetadas por atividades económicas e sociais | Onde as atividades económicas e sociais o exigem faz-se destaque ao seu direito de ser justamente compensada, mas o PAR não é referido como um instrumento específico que deve ser acionado | O reassentamento involuntário deve ser evitado sempre que possível, ou minimizado, explorando todos os projetos de projetos alternativos viáveis | STP tem lacunas sérias de especificação das ações de reassentamento. Lida com o assunto de forma isolada<br><br>Em linha com a OP 4.12 do BM, o PAR foi preparado somente após a exploração de todos os desenhos alternativos viáveis do projeto para evitar/minimizar o reassentamento. Este será um programa virado para a restauração dos modos de vida afetados |
| Reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento | nota-se uma omissão do processo de reassentamento como tal, apesar de se destacar os direitos das pessoas que perdem ativos no interesse público. | As atividades de reassentamento devem ser concebidas e executadas como programas de desenvolvimento sustentável, fornecendo recursos de investimento suficientes para permitir que as pessoas deslocadas pelo projeto compartilhem os benefícios do projeto. Os deslocados devem ser consultados de forma significativa e devem ter oportunidades de participar na planificação e implementação de programas de reassentamento; e | Enquanto a regulamentação STP é omissa a do BM, a OP 4.12 claramente identifica o PAR como devendo ser uma oportunidade de desenvolvimento e caso ocorra esta política será adotada |
| Consulta e participação de pessoas afetadas | As ações de desenvolvimento devem ser participativas ao longo de suas fases. | As PAPs devem ser informadas sobre as suas opções e direitos relativos ao reassentamento; | Apesar de os princípios ser os mesmos à omissão do GSTP, as diretrizes do BM oferecem detalhes mais operacionais sobre o que se procura atingir com a consulta e participação. |

| Categoria de pessoas afetadas/tipo de ativos/problemas | **Leis e Regulamentos São-tomenses (Constituição, Decreto-Lei n.° 37/99 e Lei n.° 3/91)** | **Banco Mundial OP4.12** | **Medidas para colmatar as lacunas**<br><br>**(Nota: cada discrepância identificada será colmatada pela via da adoção dos requisitos do BM)** |
|---|---|---|---|
| | | | As diretrizes da OP 4.12 do Banco Mundial serão cumpridas. |
| Pessoas vulneráveis | A legislação STP faz várias referências ao envolvimento especial das mulheres para garantir a equidade e a coesão social na preparação e implementação de ações de desenvolvimento. Isto é tratado em disposições separadas | elas devem ser consultadas, oferecidas opções e alternativas de reassentamento técnica e economicamente viáveis | As leis nacionais dão especial atenção às mulheres e às pessoas vulneráveis, mas todos de forma genérica e dispersa. As diretrizes da OP 4.12 do Banco Mundial serão cumpridas ao lidar com pessoas e grupos vulneráveis, no âmbito específico do reassentamento |
| Comunidades anfitriãs | Enquadrado apenas nos direitos gerais de comunicação e informação | As pessoas deslocadas e suas comunidades, e quaisquer comunidades anfitriãs que as recebam, recebem oportunamente informações relevantes, são consultadas sobre opções de reassentamento e oferecem oportunidades para participar na planificação, implementação e monitorização do reassentamento. Mecanismos de reclamações apropriados e acessíveis são estabelecidos para esses grupos | Apesar de existir certa convergência de princípios entre os dois regulamentos. A OP 4.12 do BM é mais específica sobre os mecanismos de reclamação, o que oferece proteção considerável às PAP em caso de não-conformidade com os princípios por trás do reassentamento. |
| Mecanismo de reparação de queixas | Para além do que consta na legislação geral sobre acesso à justiça, não é feita qualquer referência mecanismos de queixas e reclamações em conexão com processos de reassentamento | Um mecanismo apropriado e acessível de reparação de queixas deve ser estabelecido | A OP 4.12 é mais específica sobre o Mecanismo de Reclamações e oferece proteção considerável às PAP em caso de não-conformidade com os princípios por trás do reassentamento. |

# 4 PRINCÍPIOS GLOBAIS DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

O objetivo do Plano de Ação de Reassentamento (PAR) é assegurar que, ao avaliar onde o reassentamento involuntário e a compensação pelas perdas da população local são inevitáveis, as atividades serão projetadas e executadas de maneira socialmente sustentável. Isso requer o fornecimento de recursos adequados para atender às necessidades das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP), sejam elas afetadas física ou economicamente pelas atividades do projeto. Também requer consulta adequada, significativa e participativa com as PAP para garantir que elas compreendam plenamente os seus direitos. Essa consulta pública participativa deve incluir e prestar atenção às mulheres, aos grupos de pessoas pobres e mais vulneráveis das comunidades afetadas e anfitriãs.

O reassentamento involuntário tem o potencial de causar graves adversidades a longo prazo, empobrecimento e danos ambientais, a menos que medidas apropriadas sejam cuidadosamente planificadas e executadas. O PAR é consistente com os princípios e diretrizes de salvaguardas da OP 4.12 do Banco para os Reassentamento Involuntário.

A política exige que todas as atividades financiadas pelo banco sejam avaliadas quanto a eventuais impactos, e que o reassentamento e compensação do que se seguir seja levado a cabo com base nos resultados do recenseamento. O trabalho considera as disposições da legislação da RDSTP e os objetivos políticos do Banco Mundial sobre o reassentamento involuntário, que podem ser resumidos da seguinte forma:

1. O reassentamento deve ser evitado sempre que possível, ou deve ser minimizado, explorando todos os aspetos alternativos viáveis de desenho do projeto.
2. Quando não for viável evitar o reassentamento, as suas atividades devem ser concebidas e executadas como programas de desenvolvimento sustentável, fornecendo recursos de investimento suficientes para permitir que as pessoas deslocadas pelo projeto compartilhem os benefícios do projeto;
3. As pessoas deslocadas devem ser consultadas de forma significativa e ter oportunidades de participar na planificação e implementação de programas de reassentamento;
4. As pessoas afetadas terão de ser totalmente compensadas antes da expropriação e início das obras civis;

5. As pessoas deslocadas devem ser auxiliadas nos seus esforços para melhorar os seus meios de subsistência e padrões de vida ou pelo menos restaurá-los, em termos reais, aos níveis anteriores ao deslocamento ou aos níveis prevalentes antes do início da implementação do projeto, dependendo do que for maior ou melhor.

As PAP têm direito a diversas formas de compensação e assistência pelas suas perdas com o objetivo de melhorar ou, pelo menos, restaurar os padrões de vida que tinham antes de a necessidade de reassentamento se tornar uma realidade.

Com base na avaliação do ambiente socioeconómico recetor, do levantamento de todas as condicionantes existentes no corredor de intervenção (CI), bem como após execução dos projetos das especialidades, não se espera nenhum tipo de perda de ativos ou rendimentos, mas sendo que um dos principais objetivos do PAR é melhorar a qualidade de vida das PAP mesuras especificas para melhorar a gestão do trabalho das PAP foram incluídas.

Os Estudos de Impacte Ambiental e Social (EIAS), assim como os Estudos de Viabilidade Económica (EVE) e Estudos Preliminares de Engenharia (EPE) incidiram sobre três possíveis cenários de intervenção, e um cenário de não intervenção, cada um deles com diferentes impactes e necessidades de reassentamento. No Capítulo 6 é feita a análise dos ativos afetados pelo projeto, em cada cenário de intervenção estudado. Foi com base numa análise abrangente e multidisciplinar, em que a necessidade de reassentamento foi um dos fatores preponderantes, que foi definido o **cenário 1A** como cenário de intervenção a adotar.

A planificação, implementação, monitorização e avaliação do PAR serão realizadas de forma participativa para minimizar os impactos negativos e garantir que os benefícios do projeto sejam gerados para as pessoas afetadas, particularmente as mulheres, as pessoas pobres e mais vulneráveis (por ex. agregados familiares chefiados por mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência). A monitorização das ações de reassentamento também será incentivada para garantir que as pessoas afetadas não fiquem em piores condições económicas do que estavam antes da implementação do projeto.

# 5 RECOLHA DE DADOS BASE E RECENSEAMENTO DAS PAP ALVO DE AÇÕES DE REASSENTAMENTO

Tendo como premissa da PO 4.12 que o reassentamento deve ser evitado sempre que possível, ou deve ser minimizado, explorando todos os aspetos alternativos viáveis de desenho do projeto, foi necessário fazer uma análise prévia das consequências que cada cenário de intervenção traria ao nível do reassentamento involuntário. Assim, numa primeira fase foi realizado o inventário das habitações, ativos e atividades comerciais potencialmente afetadas pela implementação do projeto.

Numa fase posterior, em que os estudos de engenharia já se encontravam mais avançados e se conheciam os detalhes do projeto, procedeu-se ao recenseamento das pessoas afetadas que serão alvo de ações de reassentamento involuntário.

## 5.1 INVENTARIAÇÃO DAS HABITAÇÕES, ATIVOS E ATIVIDADES COMERCIAIS POTENCIALMENTE AFETADAS

A realização do inventário de habitações, ativos e atividades comerciais esteve na base de todos os estudos realizados e foi o que permitiu estimar as consequências dos 3 cenários de intervenção no que à temática do recenseamento diz respeito. Esta inventariação consistiu na identificação e quantificação de todas as atividades comerciais e não comerciais (habitação) existentes ao longo do corredor de intervenção do projeto, assim como na análise de eventuais necessidades de expropriação e abate de árvores (com particular atenção à possível existência de árvores geradoras de rendimentos familiares).

Para o efeito, e conforme referido, foi efetuado um levantamento/inventário de todos os ativos e feito o registo fotográfico de todas as atividades comerciais identificadas ao longo do CI, assim como foram identificadas as situações passíveis de intervenção futura ao abrigo do PAR.

Nesta fase do projeto, a abordagem à população cingiu-se apenas ao esclarecimento do trabalho em curso realizado pelos técnicos, nomeadamente, a informação de que estava em curso a execução de um projeto para a reabilitação da EN1 entre a cidade capital e a cidade de Neves.

Durante a ação de inventariação de ativos não foram recolhidas informações ou dados dos proprietários ou arrendatários dos espaços comerciais ou pontos de venda, nem foi transmitida qualquer informação

relativa ao intuito do PAR por forma a não criar falsas expectativas à população, nem promover o oportunismo de certos indivíduos perante a possibilidade de eventuais compensações no âmbito do projeto em curso.

O processo de inventariação das habitações, ativos e atividades comerciais confinantes com a via foi efetuado durante 14 dias consecutivos, entre 2 e 15 de julho de 2018.

Além das atividades comerciais fixas (com abrigo) foi também feito o reconhecimento dos pontos de venda móveis, que podem consistir apenas em produtos expostos no chão, pequenas bancas em madeira ou alguidares.

A maioria dos pontos de venda móveis é de gestão familiar não organizada ou licenciada, e funciona de forma irregular. Com vista à obtenção de um inventário abrangente e garantir que todos os pontos de venda em funcionamento eram tidos em consideração, o processo de levantamento durou 14 dias consecutivos. Diariamente, os técnicos percorreram toda a extensão de intervenção e registaram os pontos de venda que, entretanto, foram surgindo e não tinham sido referenciados.

O inventário foi extensivo e preparado para qualquer que fosse o cenário de intervenção definido para a implementação do projeto, tendo sido feito um registo fotográfico de todas as estruturas (formais ou informais) encontradas no CI. Nas imagens seguintes apresentam-se alguns exemplos das atividades comerciais encontradas.

*Figura 5.1 – Ponto de venda fixo – Abrigo em madeira*

*Figura 5.2 – Ponto de venda fixo – edifício em alvenaria*

*Figura 5.3 – Pontos de venda móveis – bancas de madeira*

*Figura 5.4 - Pontos de venda móveis – alguidar*

*Figura 5.5 – Pontos de venda móveis – produtos expostos no chão*

No que diz respeito aos ativos potencialmente afetados pela implementação do projeto, destacam-se as árvores fruteiras. As famílias mais vulneráveis e sem alternativas de sustento colhem os frutos das árvores nas imediações das suas habitações e vendem-nos, normalmente junto das suas casas, aos condutores da EN1. Foi também feito o levantamento das árvores geradoras de rendimentos e culturas confinantes com a via e que possam, de alguma forma, ser afetadas pela implementação do projeto.

Todas as habitações, ativos e atividades comerciais (fixas ou móveis) encontradas no CI encontram-se sintetizadas nos Anexos 1 e 2. No capítulo seguinte faz-se a correlação do cenário de intervenção analisado com as necessidades de reassentamento respetivas.

Após a definição do cenário de intervenção, foi realizado um recenseamento das pessoas afetadas pelo projeto, o qual é descrito na secção seguinte.

## 5.2 RECENSEAMENTO DAS PESSOAS ALVO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Após definição do cenário de intervenção a adotar nos estudos de engenharia, e conhecidos os detalhes dos projetos das especialidades, foi realizado o recenseamento das Pessoas Afetadas pelo Projeto que serão alvo de reassentamento involuntário.

O recenseamento consistiu na identificação pormenorizada de todas as atividades comerciais e não comerciais existentes ao longo de cada um dos troços via a reabilitar, e contém informação e os dados necessários à identificação de todas as PAP, nomeadamente, dados pessoais dos indivíduos, tipo de atividade e regularidade das mesmas, núcleo familiar dependente da atividade comercial em causa, rendimento médio da mesma, situação legal e regulamentar da atividade comercial e económica desenvolvida. O formulário de recenseamento utilizado pode ser consultado no Anexo 3.

O recenseamento foi realizado entre 07 e 16 de janeiro de 2019, considerando a **data-limite** de **16 de janeiro de 2019**. Foram identificadas todas as pessoas cuja atividade comercial se encontra localizada nas zonas em que a implementação do projeto implica deslocação económica.

O recenseamento foi realizado durante dez (10) dias consecutivos para se identificarem todos os possíveis vendedores informais no CI. A duração do período de recenseamento é de extrema importância, uma vez que os vendedores informais usam bancas ou estruturas de apoio móveis, portanto, nem sempre ocupam o mesmo espaço na estrada ou montam seus pontos de venda diariamente.

O recenseamento foi realizado por dois técnicos devidamente identificados, e com conhecimento vasto acerca do projeto e do país, tendo este facto permitido que o processo de recenseamento fosse também uma oportunidade para explicar às PAP todo o projeto, assim como as soluções de reassentamento propostas para cada caso em particular. O contacto com as PAP incluiu apresentação de imagens e

simulações 3D da proposta de intervenção global e também das propostas concretas aplicáveis a cada caso em concreto.

Após a conclusão do recenseamento, o PAR foi amplamente divulgado e sujeito a consulta pública participativa, de modo a ser o mais abrangente e inclusivo possível.

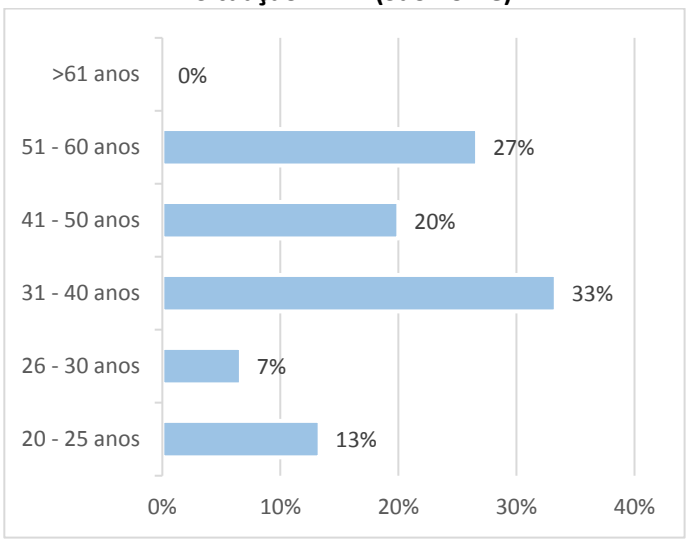
### Análise dos dados recolhidos

O recenseamento é uma ferramenta essencial para identificar as PAP incluídas no âmbito das ações de reassentamento, mas também para se obter uma visão global das PAP e dos seus agregados familiares. Na tabela seguinte faz-se uma síntese dos dados recolhidos. Por se tratarem de duas localizações de reassentamento com características distintas, o tratamento de dados foi segregado por zona.

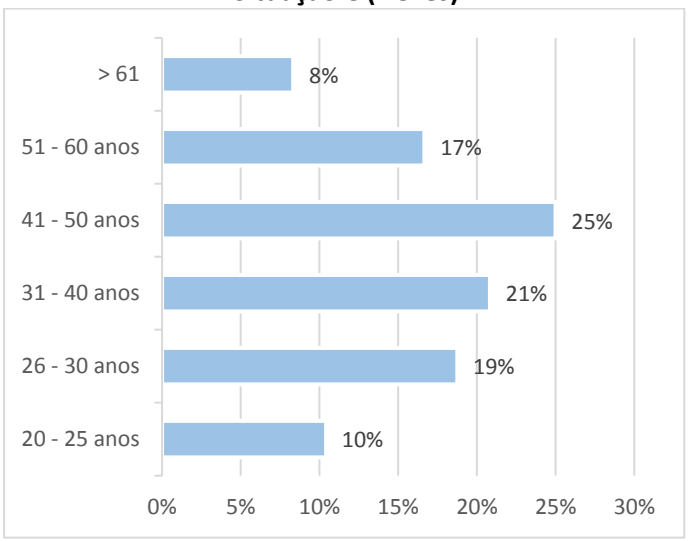
| Indicadores | | Situação A + B (São Tomé) | Situação C (Neves) |
|---|---|---|---|
| Nº PAP | | 15 | 48 |
| Idade média | | 41,8 anos | 41,6 anos |
| Género | Feminino | 100% | 98% |
| | Masculino | 0% | 2% |
| Situações em que a atividade económica é a única fonte de rendimento do agregado familiar | | 38% | 31% |
| Nº médio de pessoas por agregado familiar | | 5,88 | 5,15 |
| Nº médio de dependentes por agregado familiar | | 4,19 | 3,28 |
| Nº total de dependentes | | 66 | 151 |

**Faixa etária das PAP**

**Situação A + B (São Tomé)**



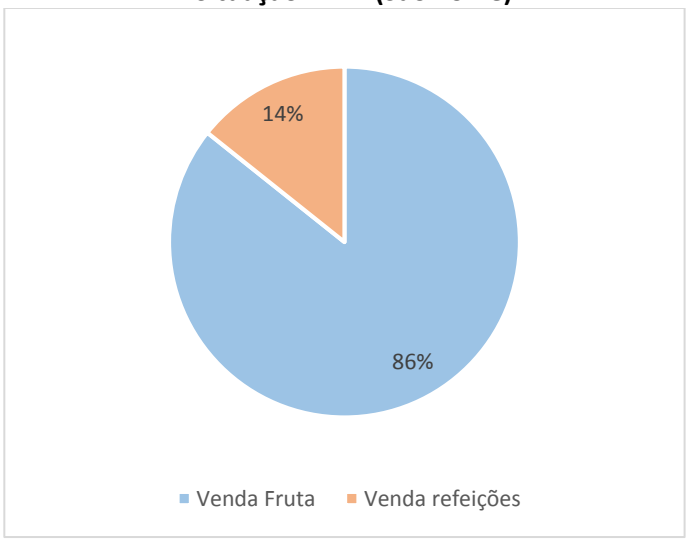

**Situação C (Neves)**



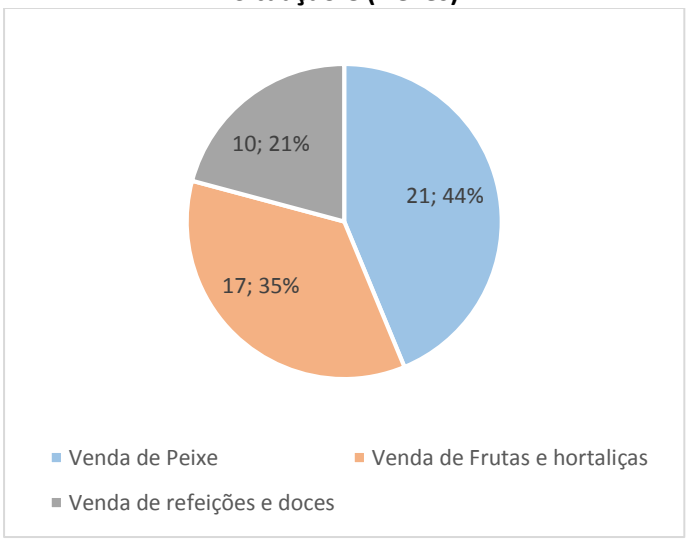

De uma forma geral, denota-se uma distribuição equilibrada da idade das PAP tanto em São Tomé, como em Neves.

**Atividade exercida pelas PAP**

**Situação A + B (São Tomé)**

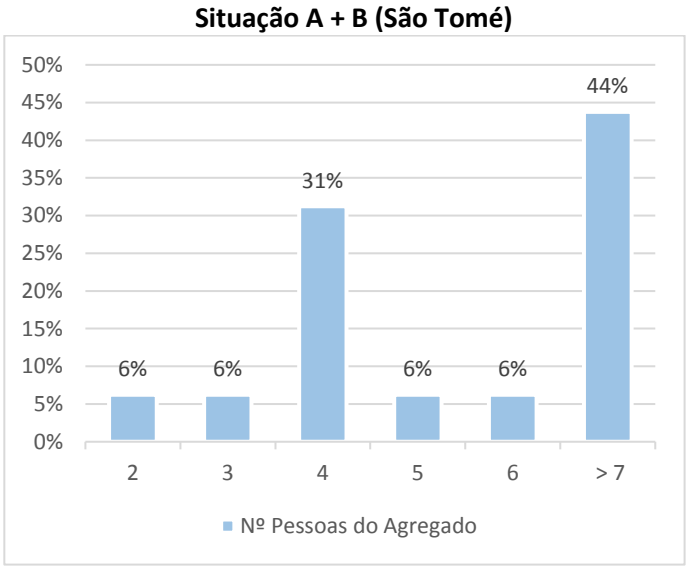


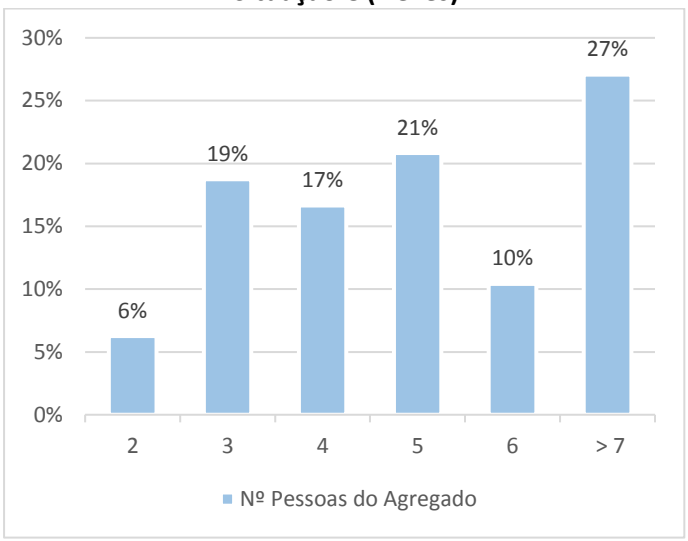

**Situação C (Neves)**




No que diz respeito ao tipo de atividade exercida pelas PAP, observa-se que a principal atividade é a venda de frutas e hortaliças, seguida da venda de peixe.

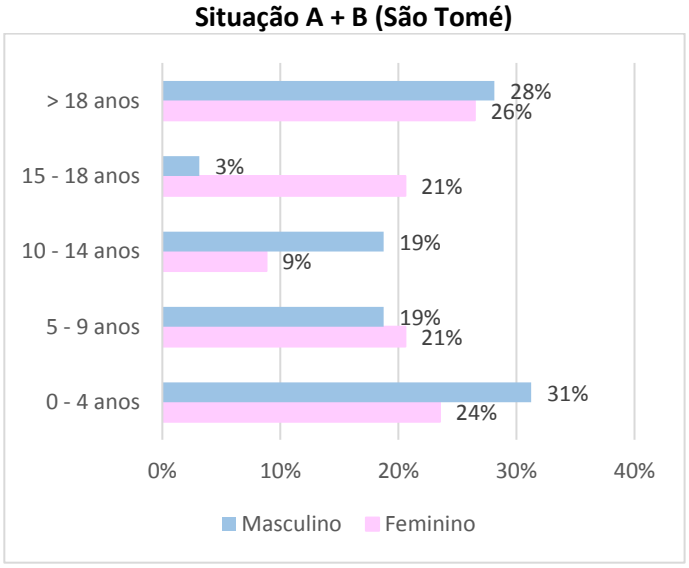
**Número de pessoas do agregado familiar**

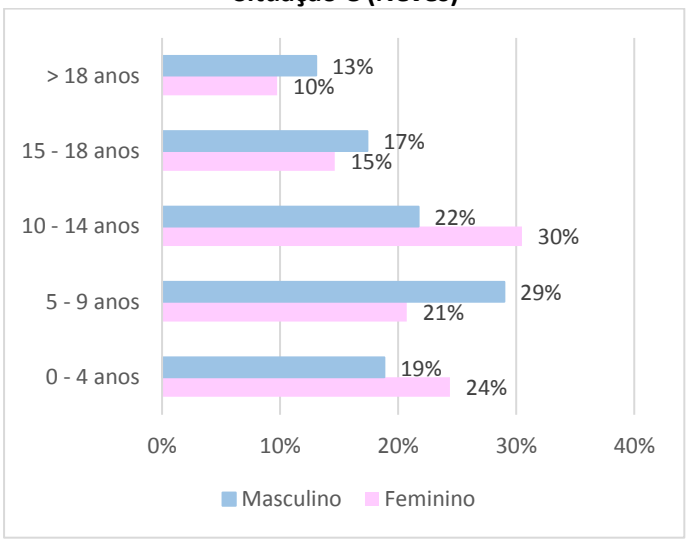



Os agregados familiares são grandes, e tanto em São Tomé, como em Neves, encontram-se muitos agregados familiares com 7 ou mais pessoas.

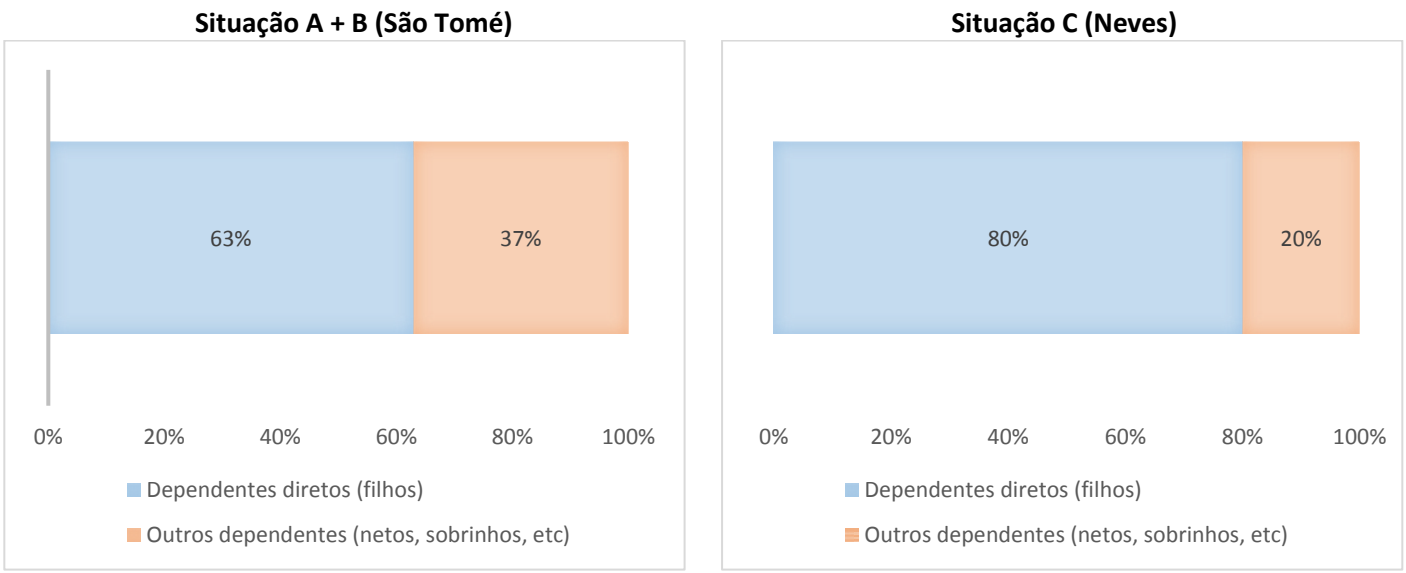
**Faixa etária dos dependentes**




No que diz respeito à faixa etária dos dependentes, verifica-se que a maioria tem idade inferior a 14 anos, no entanto, a incidência de dependentes jovens com idade superior a 18 anos é expressiva.

**Grau de parentesco com os dependentes**




Verifica-se que além dos descendentes diretos, muitos dos agregados familiares acolhem outros dependentes, nomeadamente, netos, sobrinhos e enteados.

# 6 NECESSIDADES DE REASSENTAMENTO POR CENÁRIO ESTUDADO

Foi dedicada a máxima atenção e esforço nas fases de conceção do projeto visando minimizar, tanto quanto possível, impactes negativos sobre a população, terreno e propriedade, incluindo ainda o acesso dos habitantes a recursos económicos naturais e outros. Conforme já estabelecido, os estudos que deram origem a este PAR foram desenvolvidos tendo em consideração três cenários intervenção e um de não intervenção. A base de trabalho que permitiu antever os efeitos do projeto em termos de reassentamento involuntário em cada cenário de intervenção foi o inventário de habitações, ativos e atividades comerciais potencialmente afetadas pelo projeto. Após análise ponderada de todos os cenários, definiu-se como cenário de intervenção a implementar o **Cenário 1A**.

Nos parágrafos seguintes faz-se uma pequena descrição dos cenários estudados e dos impactos do projeto em cada um deles no que à temática do reassentamento diz respeito. Todavia, e tendo em conta o desenho de projeto, o reassentamento será inevitável durante o período de construção e operação da via, mas será mais ou menos extensivo consoante o cenário de intervenção definido.

Essencialmente, as diferenças entre cenários baseiam-se nos seguintes pontos:

- Tipo de perfil transversal tipo a implementar e locais de aplicação do mesmo;
- Grau de correção do traçado (em planta e perfil longitudinal);
- Tipo de estrutura de pavimento a utilizar;
- Tipo de intervenção a realizar nas pontes existentes;
- Tipo de intervenção a realizar nos muros existentes;
- Tipo de intervenção a realizar nos taludes.

Sem prejuízo do exposto adiante, e de forma simplificada, os cenários de reabilitação em análise podem ser descritos da seguinte forma:

- **Cenário 2** – Cenário com correção significativa de traçado, perfil transversal tipo urbano em toda a extensão das localidades, estrutura de pavimento com duas camadas granulares e duas betuminosas, geometria dos taludes com ângulo de corte de 60º, substituição das pontes e das passagens hidráulicas

- **Cenário 1A** – Cenário com reabilitação do pavimento e correção ligeira do traçado, perfil transversal tipo urbano em toda a extensão das localidades, estrutura de pavimento com uma camada granular e duas betuminosas, geometria dos taludes com ângulo de corte de 80º, reabilitação das pontes e substituição das passagens hidráulicas
- **Cenário 1B** – Cenário com reabilitação do pavimento sem alteração de traçado, perfil transversal tipo urbano apenas na extensão com maior densidade populacional, estrutura de pavimento com uma camada granular e duas betuminosas, geometria dos taludes com ângulo de corte de 80º, sem tratamentos ou proteções adicionais, reabilitação das pontes e substituição das passagens hidráulicas.
- **Cenário 0** – cenário em que apenas se contempla a manutenção corrente.

Os **Cenários 1A e 1B** consideram o alargamento da largura da estrada para 6,00 metros na maior parte de sua extensão (largura atualmente disponível para ocupação sem necessidade de expropriação), enquanto que **o Cenário 2** considera um alargamento da largura média da estrada para 6,50-7,00 metros. Os **Cenários 1A e 1B** mantêm, de forma geral, o perfil longitudinal da estrada atual, enquanto que o **Cenário 2** melhora significativamente esse aspeto. Todos os cenários de reabilitação incluem o mesmo tipo de pavimento Mistura Asfáltica sobre Base Granular.

O **Cenário 2** configura o cenário mais robusto e completo de intervenção na Estrada Nacional EN1, prevendo uma revisão geral ao nível do traçado da Estrada, quer ao nível de planimetria, quer ao nível de altimetria. É, por isso, também o mais invasivo e que requereria expropriação de terras e abate de árvores de fruto e sustento das famílias.

Nas secções seguintes faz-se uma síntese das necessidades de reassentamento por cenário de intervenção, e para cada secção. Foram analisadas:

- Áreas de expropriação
- Habitações confinantes com a via
- Atividades comerciais existentes ao logo do troço

  Árvores ou culturas geradoras de rendimentos
- Potenciais perdas de rendimentos

## 6.1 ÁREAS DE EXPROPRIAÇÃO

Nos cenários 1A e 1B não estão previstos realinhamentos de traçado que impliquem a necessidade de expropriações. O alargamento da via e correção do traçado no Cenário 2 implica, em alguns locais, a necessidade de expropriações.

*Tabela 6.1 - Expropriações previstas em cada cenário, por secção*

| | ÁREAS DE EXPROPRIAÇÃO PREVISTAS | | |
|---|---|---|---|
| | **CENÁRIO 2** | **CENÁRIO 1A** | **CENÁRIO 1B** |
| **SECÇÃO 1** | 25.000 a 30.000m2 | s/ expropriações previstas | |
| **SECÇÃO 2** | 1.800 a 2.500m2 | s/ expropriações previstas | |

## 6.2 HABITAÇÕES CONFINANTES COM A VIA

Foram identificadas ao longo da via cerca de 550 habitações confinantes com a mesma. Destas, **400** localizam-se na **Secção 1** e **150** na **Secção 2**. É importante referir que na **Secção 2** cerca de 80% das habitações mencionadas se localiza em Neves, 14% nos limites urbanos de Guadalupe e 6% em Ribeira Funda, ou seja, praticamente apenas nas zonas tidas como urbanas e onde a estrada vai manter o alinhamento original.

Nenhuma das habitações interfere com o traçado da estrada, não existindo assim necessidades de realojamento, mesmo que temporário, em nenhum dos cenários de intervenção. Contudo, serão tomadas medidas para mitigar, tanto quanto possível, o impacto das obras na vida quotidiana.

## 6.3 ATIVIDADES COMERCIAIS AO LONGO DA VIA

Na **Secção 1**, foram identificadas ao longo do troço cerca de **365 atividades comerciais** confinantes com o traçado da estrada, os quais incluem não só os estabelecimentos comerciais, como também pequenas bancadas de venda, de produtos provenientes de pequenas produções familiares tais como frutas, produtos hortícolas e vegetais, vinho de palma, óleo de palma.

As atividades comerciais identificadas encontram-se distribuídas por:

a) 49% relacionados com alimentação e bebidas (mercearias, venda de fruta, hortaliças e vegetais, peixe, bebidas, venda de refeições, restaurantes)
b) 24% atividades diversas, maioritariamente de serviços táxi (motas), cabeleireiros, lavagem de viaturas, produção de blocos de betão;
c) 9% atividades relacionadas com venda de combustível, armazéns, carpintarias, venda de recargas de telemóvel, venda de peças para automóveis e motos, escritórios;
d) 8% dos estabelecimentos com atividade não identificada. Estes estabelecimentos encontravam-se encerrados durante todos os dias de levantamento. Vários, segundo informações recolhidas já se encontram encerrados há muito tempo;
e) 5% relacionados com oficinas de mecânica de automóveis, motos ou reparação de pneus;
f) Foram também incluídos neste levantamento 2% correspondendo a associações, igrejas e escolas;

Em termos de distribuição, as atividades comerciais identificadas centralizam-se nos 3 principais centros urbanos, Guadalupe (38%), Conde (23%), São Tomé (21%), e os restantes em Santo Amaro (9%), Ilhéu (5%), entre as localidades esta atividade representa apenas 3%.

Foram identificadas necessidades de eventuais deslocamentos temporários de pequenas bancadas amovíveis por questões, quer de segurança durante a execução dos trabalhos, quer por facilidade no acesso aos pontos de venda. Estas atividades estão relacionadas com venda de frutas, refeições e bebidas. Estes deslocamentos não deverão exceder os 25m em relação aos pontos originais de venda. Regista-se igualmente que a maioria destes pontos de venda são de gestão familiar não organizada ou licenciada, funcionam de forma irregular, sendo que os produtos vendidos resultam de produções familiares para consumo próprio, vendendo algum excedente à porta das suas propriedades.

Foi identificada a necessidade de deslocamento económico definitivo de vendedores informais num caso concreto ao PK0+075. Nesta zona foram identificadas 8 bancadas de venda de fruta e refeições (pequeno almoço), assim como uma pequena estrutura em madeira para venda de gelados e bebidas. Atualmente estes pontos de venda originam um congestionamento do trânsito, uma vez que os automobilistas têm por hábito estacionar as viaturas na via pública junto a estes pontos de venda para adquirirem os seus produtos. Propõe-se a deslocação destes pontos de venda, de forma permanente para o lado oposto da via, junto a uma zona de estacionamento, situação esta que originará melhores

condições de trabalho, e uma melhoria nas condições de segurança rodoviária. Existe igualmente um placard publicitário que terá de ser reposicionado.

Na **Secção 2** foram identificadas ao longo do troço cerca de **245 atividades comerciais** confinantes com o traçado da estrada, os quais incluem não só os estabelecimentos comerciais, como também um grande número de bancadas de venda, de produtos provenientes de pequenas produções familiares tais como frutas, produtos hortícolas e vegetais, vinho de palma, óleo de palma, e venda de refeições (banana assada, peixe grelhado, búzios, bolos).

As atividades comerciais identificadas encontram-se distribuídas por:

a) 49% relacionados com alimentação e bebidas (mercearias, venda de fruta, hortaliças e vegetais, peixe, bebidas, venda de refeições, restaurantes)
b) 24% atividades diversas, maioritariamente pescadores (51%), de serviços táxi (motas) (25%), cabeleireiros, drogarias, venda de roupa);
c) 6% atividades relacionadas com venda de combustível, armazéns, carpintarias, venda de recargas de telemóvel, escritórios;
d) 6% dos estabelecimentos com atividade não identificada. Estes estabelecimentos encontravam-se encerrados durante todos os dias de levantamento. Vários, segundo informações recolhidas já se encontram encerrados há muito tempo;
e) 2% relacionados com oficinas de mecânica de automóveis, motos ou reparação de pneus;
f) Foram também incluídos neste levantamento 2% correspondendo a associações, igrejas e escolas;

Em termos de distribuição as atividades comerciais identificadas, 83% encontram-se na cidade de Neves, a restante percentagem corresponde a atividades exercidas por pescadores e a pedreira localizada na zona da Lagoa Azul.

Foram identificadas necessidades de deslocamentos económico de pequenas bancadas amovíveis por questões, quer de segurança durante a execução dos trabalhos, quer por facilidade no acesso aos pontos de venda nos últimos 150m de intervenção. Estas atividades estão relacionadas com venda de frutas, refeições e bebidas. Regista-se, igualmente, que a maioria destes pontos de venda são de gestão familiar não organizada ou licenciada, funcionam de forma irregular, sendo que os produtos vendidos

resultam de produções familiares para consumo próprio, vendendo algum excedente à porta das suas propriedades.

*Tabela 6.2 – Atividades comerciais alvo de reassentamento*

| **DESLOCAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Atividade comercial** | **CENÁRIO DE INTERVENÇÃO** | | | **TIPO DE DESLOCAÇÃO** | |
| | | **Cenário 2** | **Cenário 1A** | **Cenário 1B** | **Temporária** | **Definitiva** |
| **SECÇÃO 1** | **Fixa** | 1 pequena estrutura em madeira (fixa) para venda de gelados e bebidas | | | | x |
| | **Móvel** | 14 bancadas de venda de fruta e refeições (pequeno almoço) | | | | x |
| **SECÇÃO 2** | **Fixa** | Não se prevê necessidade de deslocamento de estruturas fixas | | | | |
| | **Móvel** | 32 pontos de venda móveis (produtos expostos no chão ou pequenas bancadas de madeira) para venda de frutas, refeições e bebidas. | | | | x |
| | | 16 pontos de venda atualmente no mercado (produtos expostos em alguidares ou pequenas bancadas de madeira) | | | n.a. | |

De um modo geral, as atividades comerciais identificadas ao longo da EN1 encontram-se fora dos limites de intervenção a obra, não havendo assim necessidade de deslocação, com exceção das situações referidas na Tabela 6.2, que serão desenvolvidas mais adiante. Isto deve-se ao facto de que embora a atual EN1 apresente uma reduzida largura de plataforma pavimentada, a largura total disponível (faixa de domínio) permite um reordenamento da infraestrutura rodoviária e alargamento da faixa de rodagem sem necessidade de reassentamento definitivo das atividades comerciais fixas existentes ao longo da via.

## 6.4 ÁRVORES OU CULTURAS GERADORAS DE RENDIMENTOS

Relativamente à flora existente dentro dos limites de intervenção de cada cenário, destacam-se as árvores de fruto a abater em cada cenário e que são fonte de alimentação ou de rendimento das famílias.

| ÁRVORES DE PRODUÇÃO A ABATER | | | |
|---|---|---|---|
| | **CENÁRIO 2** | **CENÁRIO 1A** | **CENÁRIO 1B** |
| **SECÇÃO 1** | Identificadas cerca de 3.000 árvores a abater.<br>97,5% correspondem a árvores de fruto, destacando-se:<br>• 56% bananeiras;<br>• 40% cacaueiros;<br>• 1% mangueiras, fruteiras, jaqueiras, mamoeiros;<br>• 2% outras árvores | Não se prevê o abate de árvores de produção ou culturas com rendimentos familiares. | |
| **SECÇÃO 2** | Identificadas cerca de 150 árvores a abater.<br>95% correspondem a árvores de fruto, destacando-se:<br>• 92% bananeiras;<br>• 3% mangueiras, fruteiras, jaqueiras, mamoeiros;<br>5% outras árvores | Não se prevê o abate de árvores de produção ou culturas com rendimentos familiares. | |

## 6.5 PERDA DE RENDIMENTOS

Considerando o volume de tráfego atual do troço em intervenção, estima-se que durante o prazo de execução das obras sejam afetadas diariamente cerca de 5.000 a 15.000 pessoas na **Secção1**, e entre 500 a 2.000 na **Secção 2,** que utilizam esta estrada nas suas deslocações normais.

A inexistência de criação de caminhos alternativos obrigará a que os trabalhos se desenvolvam, mantendo a circulação rodoviária normal, situação esta que evitará alterações nas rotinas quer dos

habitantes e comerciantes, quer de quem normalmente utiliza a EN1 nas suas deslocações. O trânsito circulará na zona das frentes de trabalho, com as consequentes limitações ao nível de velocidade, e em determinadas alturas a necessidade de paragens para alternância da circulação em cada um dos sentidos de circulação.

Os incómodos identificados aos condutores e passageiros estão relacionados com o aumento dos tempos de deslocação no trajeto, devido ao congestionamento de uma das faixas de rodagem em determinadas alturas da execução dos trabalhos.

O facto de não existirem caminhos alternativos implica que as atividades comerciais existentes ao longo da via não sejam prejudicadas, e muito provavelmente as vendas até serão potenciadas pelo aumento da circulação de pessoas nas zonas de intervenção. Não se prevê perda de rendimentos devido aos trabalhos de construção.

Tanto na **Secção 1**, como **Secção 2**, estima-se que durante a fase de execução das obras haja uma ligeira dinamização da economia local, em particular nas atividades relacionadas com alimentação e bebidas, motivada quer pelo aumento de trabalhadores nas zonas de intervenção, quer indiretamente pelo facto de as intervenções obrigarem inevitavelmente a paragens momentâneas do trânsito na passagem pelas frentes de trabalho e a tempos de espera dos passageiros em zonas de atividades comerciais.

## 6.6 CENÁRIO DE INTERVENÇÃO A IMPLEMENTAR

A avaliação dos cenários de melhoria da EN1 focou-se, em primeira instância, na comparação entre os custos necessários para a sua reabilitação e manutenção em boas condições de circulação e os benefícios gerados para os seus utilizadores, medidos em termos de veículos operacionais dos veículos, redução de tempos de viagem, e redução do número de acidentes rodoviários. Embora esta metodologia seja internacionalmente aceite como a metodologia mais adequada para medir e comparar os impactes económicos associados a ações de reabilitação de infraestruturas rodoviárias, é limitada pelo facto de não considerar impactes indiretos associados a estas intervenções que em países em desenvolvimento poderão ser tão relevantes como os impactes gerados para os utilizadores na rede viária. Foram então analisados os impactes sociais, ambientais e de reassentamento decorrentes da implementação do projeto.

Foi com base numa análise abrangente e multidisciplinar, em que a necessidade de reassentamento foi um dos fatores preponderantes, que foi definido o **cenário 1A** como cenário de intervenção a adotar.

# 7 LOCAIS DE REASSENTAMENTO

Após definição do cenário de intervenção a levar a cabo, fez-se o levantamento das situações em que haverão ações de reassentamento. Foram contabilizadas três situações, que afetarão 63 pessoas/famílias. Em qualquer das situações a ação de reassentamento prevista melhorará o desenvolvimento da atividade económica desenvolvida pelas PAP, o que significará melhoria das suas condições de vida.

Todas as situações de reassentamento estão relacionadas com deslocação económica de atividades comerciais. Foram avaliadas as atividades comerciais existentes dentro do corredor de intervenção, analisando-se as atividades desenvolvidas, a localização das mesmas, o meio envolvente e potenciais consequências da mobilização destas para distâncias próximas.

O desenvolvimento das obras de reabilitação vai ocorrer de forma faseada, por troços, e apenas se irá intervir numa das vias de cada vez. De uma forma geral, as atividades comerciais praticadas ao longo da via ocorrem fora do corredor de intervenção e são atividades móveis, sem recurso a estruturas fixas e que não sofrerão alteração das características do meio envolvente, nem diminuição de rendimentos se forem mobilizadas para distâncias muito próximas. Devido à configuração da estrada e à abordagem de reabilitação selecionada, que irá reabilitar apenas um lado da estrada e apenas cerca de 200 metros cada vez, os vendedores informais estacionados ao longo da estrada de Guadalupe não serão afetados durante as obras. As suas bancadas poderão ser temporariamente movidas de um lado da estrada para o outro durante as construções. Se isso não for possível, as bancadas também podem ser temporariamente movidas um pouco para baixo da estrada, mas próximas o suficiente para manter sua base de consumidores. As bancadas são pequenas estruturas de madeira que são facilmente transportadas e deslocadas temporariamente para uma área próxima à sua localização original. Essa será uma medida de mitigação suficiente para garantir que sua renda não seja reduzida. Pode até ser possível que sua renda aumente temporariamente devido à maior presença de trabalhadores de durante a reabilitação de estradas.

Assim, foram consideradas como elegíveis para reassentamento as situações existentes **dentro do corredor de intervenção** e em que (i) a mobilização será definitiva, ou (ii) a mobilização temporária represente uma variação significativa das condições do meio envolvente. Desta forma, resumem-se nas secções seguinte as 3 situações identificadas e que serão alvo de ações de reassentamento.

## 7.1 SITUAÇÕES A E B - PK 0+075 – SÃO TOMÉ

Sendo que de uma forma geral em todo o mundo, os maiores focos de sinistralidade são as interseções, foi necessário reformular algumas delas para se atingirem os objetivos relativos à melhoria da segurança rodoviária.

Logo no início da intervenção existe uma interseção em Y geradora de acidentes, e que será resolvida por meio de implementação de uma rotunda. Acontece que na área necessária à implementação da nova interseção se encontram alguns pontos de venda móveis (Situação A - Figura 7.1) e um estabelecimento de refeições (Situação B - Figura 7.2) que terão que ser deslocadas definitivamente.

*Figura 7.1 – Vendedoras ambulantes de fruta*

*Figura 7.2 – Estabelecimento de refeições*

Na Figura 7.3 encontra-se destacada a localização atual das atividades comerciais a deslocar, assim como a localização proposta para o reassentamento.

*Figura 7.3 – Fotografia da zona a intervencionar*

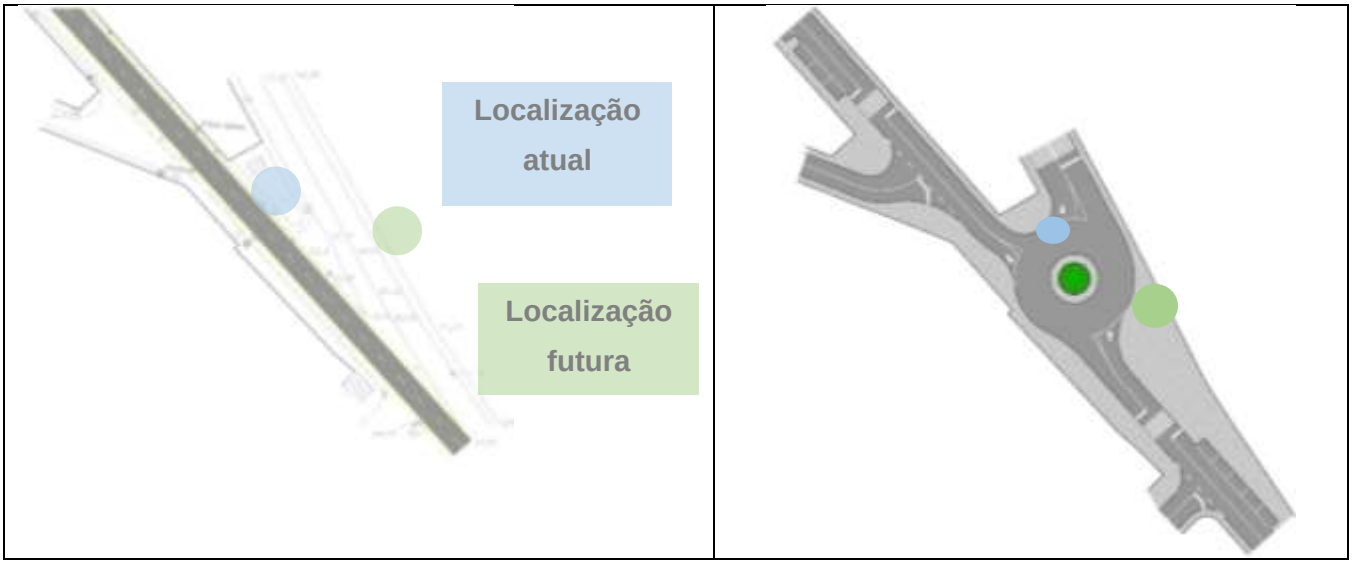



*Figura 7.4 – Planta da zona a intervencionar*

A interseção giratória a implementar ocupará parte da área atualmente usada por um estabelecimento de refeições (com duas funcionárias) e 14 vendedoras ambulantes de fruta e legumes. Por outro lado, a reorganização da interseção aumentará a área destinada a passeio e está prevista uma zona destinada

ao estacionamento das viaturas dos potenciais clientes, pelo que o impacte terá um saldo positivo. A mobilização destes comerciantes terá carácter definitivo.

## 7.2 SITUAÇÃO C - NEVES

Nos últimos 150m da cidade de Neves foi identificada a necessidade de eventuais deslocamentos temporários de pequenas bancadas amovíveis por questões, quer de segurança durante a execução dos trabalhos, quer por facilidade no acesso aos pontos de venda. Estas atividades estão relacionadas com venda de frutas, refeições e bebidas (figura 7.5).

*Figura 7.5 – Vendas ambulantes em Neves*

As vendas ambulantes em Neves decorrem, essencialmente, na berma da EN1. Tendo em conta a necessidade de espaço para se levarem a cabo os trabalhos em segurança, e com as devidas condições de salubridade, recomenda-se que as vendas ambulantes sejam deslocadas para o mercado municipal existente. Embora os impactos relacionados às construções do projeto na seção 2 de Neves levassem

apenas ao deslocamento econômico temporário das PAPs, foi proposto mover permanentemente as PAPs para o mercado de Neves como uma medida para melhorar suas condições de trabalho, apoiar seus desenvolvimento de negócios e fornecer espaços de trabalho mais saudáveis. O ponto de venda que atualmente se encontra mais distante do mercado será deslocado numa distância máxima de 100/125m.

Esta recomendação vai ao encontro das intenções do novo executivo da Câmara Distrital de Lembá, uma vez que faz parte do seu plano de ação proibir a venda na rua, e colocar todos os vendedores e vendedoras nos mercados existentes na cidade.

Na Figura 7.6 encontra-se representada a localização atual das vendedoras ambulantes, assim como o mercado municipal para onde seriam deslocadas

*Figura 7.6 - Localização inicial e localização proposta*

.

# 8 COMPENSAÇÕES E ASSISTÊNCIAS

Relativamente às situações referenciadas no Capítulo 7 e que terão que ser deslocadas, a PO 4.12 exige uma indemnização pela perda das estruturas de apoio à atividade comercial a custo total de reposição e quaisquer outros custos de perturbação, sem deduções por depreciação ou recuperação permitida de materiais.

Neste capítulo, encontram-se enunciadas medidas de compensação para cada situação referenciada anteriormente.

## 8.1 ELEGIBILIDADE

As Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAP) têm direito a diversas formas de compensação pelas suas perdas com o objetivo de melhorar ou, pelo menos, restaurar os padrões de vida que tinham antes de a necessidade de reassentamento se tornar uma realidade. Nos termos do reassentamento, a elegibilidade é definida como o critério de qualificação para receber benefícios sob um programa de reassentamento.

Serão consideradas como elegíveis as pessoas que na data-limite definida para a realização do recenseamento possam ser classificadas num dos três grupos seguintes:

a) aquelas que têm direitos legais formais à terra (incluindo direitos consuetudinários e tradicionais reconhecidos pelas leis do país);
b) aquelas que não têm direitos legais formais à terra no momento em que o recenseamento começa, mas que têm uma reivindicação a essa terra ou bens, desde que tais alegações sejam reconhecidas sob as leis do país ou venham a ser reconhecidos através de um processo identificado no PAR;
c) aquelas que não tenham direito legal reconhecível à terra ou ativos que ocupem, mas que sejam reconhecidas através de um processo identificado no PAR.

Todos os casos identificados neste PAR enquadram-se na última categoria e não implicam perdas de rendimentos, ativos ou terras. A assistência dada no âmbito deste processo de reassentamento consiste na reposição de ativos, embora não exista dano ou inutilização dos mesmos, tendo em mente que um dos principais objetivos do PAR consiste na melhoria das condições de vida das PAP. Será

providenciada assistência na deslocação para os novos locais de reassentamento e também formações para melhorar a gestão de negócios das PAPs.

O PAR foi atualizado com a informação resultante do recenseamento das PAP alvo de ações de reassentamento. Os resultados do censo e inventários de ativos e respetiva verificação foram usados para comunicar à população local que qualquer ocupação de terra dentro do Corredor de Intervenção (CI) que for feita após a data limite (16 de Janeiro de 2019) não serão elegíveis para consideração no âmbito do PAR do Projeto. As autoridades locais irão monitorizar a aplicação deste princípio e assegurar que aqueles que o desconsideram estejam plenamente cientes das implicações.

A instalação de ativos (habitações, bancas de vendas, ou outros) no corredor de intervenção com o único propósito de compensação representam um problema específico de elegibilidade e serão resolvidas através do uso dos seguintes métodos para determinar a validade da reivindicação de compensação:

- Inspeção da estrutura;
- Consulta às autoridades locais e aos registos fotográficos de apoio ao recenseamento para verificar se o ativo contestado existia no momento da data limite do recenseamento e se foi estabelecida de boa fé ou para fins de compensação oportunista.

Embora isso, se durante a implementação do projeto, for determinado que algumas pessoas afetadas pelo projeto não foram incluídas no censo e estavam ocupando a área do projeto antes da data limite estabelecida no PAR, o PAR devera ser atualizado para incluir também essas pessoas afetadas.

Nas seções seguintes faz-se uma avaliação das situações de reassentamento existentes na data limite do recenseamento (16 de Janeiro de 2019).

## 8.2 DIREITO À PERDA DE ESTRUTURAS COMERCIAIS

No que diz respeito à compensação por perda de estruturas comerciais esta será feita da seguinte forma:

1) **Substituição da estrutura** ou **compensação em dinheiro** ao valor total de substituição para todas as estruturas que possam ser perdidas - valor total de substituição para cobrir todos os materiais, mão de obra e custos de transporte de materiais associados.

2) **Preparação da nova área de mercado** - com incentivos fornecidos (por exemplo, isenção de aluguer ou taxas durante o período de execução das obras na zona em questão).
3) **Assistência, apoio e monitorização** direcionados a serem fornecidos às famílias vulneráveis - conforme necessário, assegurando que a sua vulnerabilidade não seja aumentada. Destacam-se neste âmbito alguns exemplos de assistência e apoio passíveis de serem providenciados:
    - Apoio na leitura de documentos para quem tenha dificuldades em fazê-lo;
    - Encaminhamento para os organismos competentes em caso de necessidade de obtenção de documentação relevante para o processo de reassentamento (por exemplo, documentos de identificação) e apoio durante todo o processo;
    - Apoio na deslocação das PAP e transporte de bens para os locais de reassentamento.

Tendo como principal objetivo a melhoria de qualidade de vida das PAP também a longo prazo, e com vista a garantir-lhes segurança e legitimidade de permanência nos locais destinados ao reassentamento, foi requerido aos representantes das Câmaras distritais de Água Grande (onde se localizam as situações A e B) e Lembá (onde se localiza a Situação C), legítimos detentores dos espaços/instalações para onde serão deslocadas as PAP, que emitissem um documento em que atestassem a concordância com o conteúdo do PAR e as soluções propostas para reassentamento.

### 8.2.1 SITUAÇÃO A

Como referenciado na Secção 7.1, a deslocação será pouco significativa (cerca de 15/20m), e as novas condições serão mais favoráveis à prática comercial, encontrando-se projetada uma zona mais ampla em passeio, com zona de estacionamento destinada aos potenciais clientes.

No que diz respeito aos 14 pontos de venda classificados como **Situação A**, a solução proposta para substituição da estrutura artesanal em madeira atualmente existente, e que se encontra bastante degradada, consiste num expositor que deverá ser revestido em madeira, mais apropriado para a prática comercial, e que terá uma cobertura destinada a sombreamento e proteção à chuva. Apresenta-se na Figura 8.3 uma proposta de estrutura para substituição das bancadas em madeira atualmente existentes.

*Figura 8.1 – Expositor móvel apropriado a ambiente exterior*

Na *Figura 8.2* encontra-se uma simulação da implantação das estruturas no local proposto.

*Figura 8.2 – Implantação das estruturas no local proposto*

Nas várias consultas com as PAP foi levantada a questão da falta de abrigo das vendedoras quando chove, o que em certas alturas do ano ocorre com bastante frequência. Com vista a colmatar esta situação, propõe-se a construção de um abrigo similar ao proposto para a Situação B, para garantir o equilíbrio das linhas arquitetónicas da zona envolvente.

Os vendedores pagam atualmente impostos diários para ter suas mercadorias armazenadas em uma casa próxima. Para apoiá-los em economizar esse custo e na facilitação de seus negócios, o PAR propôs também ter bancadas com pouco espaço de armazenamento.

### 8.2.2 SITUAÇÃO B

À semelhança da Situação A, e uma vez que se encontram atualmente no mesmo local e partilharão da nova localização proposta, com as vantagens associadas já referidas, recomenda-se substituição da estrutura existente.

No que diz respeito à **Situação B**, a solução proposta para substituição da estrutura de madeira atualmente existente e que se encontra bastante degradada, consiste num abrigo em madeira, apropriado para a prática comercial, e que deverá ser equipado com infraestruturas básicas (abastecimento de água e eletricidade). Apresentam-se na Figura 8.3 duas estruturas de abrigo que se consideram apropriadas para o efeito.

*Figura 8.3 – Abrigos em madeira apropriados à prática comercial*

### 8.2.3 SITUAÇÃO C

No caso da **Situação C**, e uma vez que a estrutura do mercado já existe, recomenda-se uma ação de beneficiação do mesmo e o fornecimento de expositores alimentares fixos mais apropriados do que os que atualmente são utilizados (estruturas artesanais, produtos expostos no chão ou alguidares).

Há que destacar o facto de que durante o desenvolvimento do PAR, decorreram as eleições legislativas e autárquicas, tendo havido uma mudança global do poder político em São Tomé e Príncipe. A tomada de posse dos novos órgãos ocorreu já após a aprovação da versão preliminar do PAR, e tem algumas implicações na proposta de intervenção para a **Situação C**.

A intervenção acordada com o anterior executivo implicava a **deslocação temporária** das PAP alvo de ações de reassentamento involuntário para o mercado municipal. Esta deslocação ocorreria apenas durante o período em que decorressem os trabalhos de reabilitação na zona referenciada, após o que poderiam voltar a realizar as suas atividades comerciais nos locais em que se encontravam antes da implementação do projeto, estando previsto o fornecimento de expositores móveis apropriados ao contacto com bens alimentares. Há que esclarecer que a ocupação de zonas públicas para venda móvel de alimentos e outros bens não é legal, havendo locais apropriados para o efeito, nomeadamente, o mercado, mas tendo sempre existido uma aceitação tácita desta situação pelos anteriores executivos.

O atual executivo tem como missão a mobilização de todas as atividades comerciais de carácter móvel para o mercado existente, quer por questões de segurança, quer por questões de higiene e salubridade. Neste sentido, houve necessidade de ajustar o PAR e alargar o leque de PAP abrangidas, e o reassentamento passou a ter carácter definitivo. Assim, e tendo em mente que um dos principais objetivos do PAR é providenciar uma melhoria da qualidade de vida das PAP, foi decidido incluir também as vendedoras cuja atividade já decorre dentro da legalidade nas instalações do mercado, mas que não têm as devidas condições de higiene e segurança alimentar, sendo-lhes também providenciada assistência através da atribuição de bancas fixas.

Como forma de impor uma melhoria das condições de desenvolvimento das atividades comerciais, e consequentemente de melhoria das condições de vida das PAP, está prevista uma ação global de beneficiação do mercado existente, dando-lhe características mais apropriadas às atividades ali desenvolvidas.

São propostas as seguintes medidas para beneficiação das instalações do Mercado de Manga Zébé:

- Revisão da instalação elétrica e rede de abastecimento de água;
- Adaptação e melhoria das caleiras de drenagem;

- Correção das pendentes, reparação do pavimento e revestimento com material lavável e antiderrapante;
- Pintura geral do edifício;
- Reabilitação das instalações sanitárias, armazém e gabinete;
- Construção de bancas de venda fixas, revestidas por materiais laváveis e adequados ao manuseio de alimentos;
- Instalação de uma televisão;
- Instalação de um púlpito religioso.

A utilização do espaço do Mercado implica, atualmente, o pagamento de uma taxa diária à Câmara Distrital, pelo que a sua utilização é reduzida. No sentido de se tornar uma alternativa de deslocação viável e apetecível para as comerciantes, foi acordado com o executivo da Câmara Distrital de Lembá que durante o período de obras existirá **isenção da taxa de aluguer** para as pessoas referenciadas no recenseamento.

## 8.3 DIREITO À PERDA DE RECEITA

Assumindo que o processo de compensação social envolverá a remoção de negócios, a substituição da infraestrutura física e relocalização, a perda de receita poderá estar associada ao tempo de ajuste à nova realidade. Embora não sejam expectáveis perdas de rendimentos e até, pelo contrário, sejam expectáveis aumentos nas vendas, existindo essa possibilidade, ela deve ser considerada e incluída no PAR. Em todas as situações referenciadas para reassentamento existirá uma clara melhoria das condições atuais, e a distância de relocalização é insignificante, garantindo-se que não existe perda de rendimento devido ao reassentamento.

Havendo a possibilidade de perda de rendimentos associada à implementação do projeto, as PAP terão de ser recompensadas de acordo com o estabelecido na OP 4.12. Não se conhecem estatísticas oficiais sobre o salário médio em São Tomé e Príncipe, mas foi possível inferir, a partir de fontes não oficiais, que o salário médio será cerca de 90 € por mês. Nos casos provados em que venha a existir perda de receita devida à ação de reassentamento, recomenda-se que o período de compensação seja de 3 meses.

Embora a RDSTP não tenha experiência significativa em ações de reassentamento, e como tal não existam dados de suporte, é comum noutros países que existam muitos oportunismos associados a este tipo de ações. Será preferível, no caso do presente projeto, que as compensações sejam feitas ao nível da substituição das estruturas de apoio às vendas, de forma a melhorar as condições de vida das PAP a curto/médio prazo, e não da compensação monetária que terá um efeito apenas imediato e instantâneo.

## 8.4 ESTIMATIVA ORÇAMENTAL DA RESTITUIÇÃO DAS ESTRUTURAS E OBRAS DE BENEFICIAÇÃO PROPOSTAS

Tendo em conta o exposto, apresentam-se na Tabela 8.1 as compensações máximas previstas. No custo unitário da reposição das estruturas de suporte às vendas e na estimativa orçamental da beneficiação do mercado está incluída toda a assistência de reassentamento/mudança.

*Tabela 8.1 – Estimativa orçamental das compensações*

| Casos de reassentamento | Atividade | Preço unitário | Quantidade | Custo Total |
|---|---|---|---|---|
| Situação A | Restituição de estrutura comercial | 540€ | 14 | **7.560€** |
| | Construção de abrigo | 4.000 | 1 | **4.000€** |
| Situação B | Restituição de estrutura comercial | 4.000€ | 1 | **4.000€** |
| Situação C | Restituição de estrutura comercial | 195€ | 48 | 9.360€ |
| | Obras de beneficiação do mercado | 20.080 | 1 | 20.080€ |
| | | | | **45.000€** |

Como forma de dinamização da economia local, recomenda-se o recurso a empresas e mão-de-obra locais para a construção do abrigo e das estruturas de suporte às vendas. Os materiais utilizados deverão ser originários de fontes sustentáveis.

# 9 CONSULTA PÚBLICA PARTICIPATIVA

Existe uma necessidade de envolver as pessoas e comunidades locais, assim como os seus representantes, na tomada de decisão relacionada com as intervenções de um projeto num determinado local.

É fundamental que o projeto não contribua de forma alguma na origem de quaisquer conflitos. Projetos como este, têm como objetivos a criação de empregos (sobretudo em fase de construção), bem como a construção/melhoria de infraestruturas num determinado local. Porém, se este não for devidamente planeado e desenvolvido, poderá conduzir a efeitos negativos não só no meio ambiente, mas também em termos sociais, efeitos esses a ser evitados.

As diretrizes especificam que a consulta e a participação da comunidade devem estar no centro de todo o processo, como uma forma de proporcionar uma oportunidade para que todos os interessados relevantes, e particularmente as famílias e comunidades afetadas, se informem sobre o projeto. O processo também é desenhado para incutir um sentido de propriedade em relação ao projeto e fornecer uma oportunidade para todas as partes interessadas apresentarem os seus pontos de vista e interesses e expandir as opções para lidar com assuntos delicados.

O processo de participação pública é uma componente intrínseca do desenvolvimento do PAR e da sua implementação e tem os seguintes objetivos principais:

- Manter as partes interessadas e afetadas pelo Projeto informadas sobre as principais questões e resultados de cada etapa do PAR e do desenho do projeto;
- Recolher preocupações e interesses expressos pelas PAP;
- Obter contribuições/opiniões das partes interessadas em termos de evitar/minimizar possíveis impactos negativos e maximizar os impactos positivos do projeto.
- Por fim, apoiar o diálogo social e identificar, desde o início, perceções e expectativas das partes interessadas, o que pode contribuir para a planificação de ações e uma comunicação eficaz, a fim de minimizar os impactos do projeto. O processo também permite a repensar os aspetos técnicos do projeto.

O projeto já foi alvo de diversas consultas, sendo que atualmente é um projeto muito conhecido pela população santomense, que se tem demonstrado bastante agradada com o desenvolvimento e implementação do mesmo. Destacam-se as consultas realizadas e que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento do PAR:

- **21 de setembro de 2018** – Consulta pública do EIAS em que também foi dado destaque às questões relacionadas com o Reassentamento Involuntário;
- **Entre 29 de Novembro e 4 de dezembro de 2018** – Consulta restrita realizada no âmbito específico do PAR;
- **18 de janeiro de 2019** – Consulta pública participativa realizada no âmbito específico do PAR.

## 9.1 CONSULTAS REALIZADAS

Nos parágrafos seguintes faz-se uma síntese das consultas realizadas e que têm um papel relevante no desenvolvimento do PAR.

Em **21 de Setembro de 2018** foi levada a cabo a consulta pública participativa referente aos **Estudos de Impacte Ambiental e Social** do projeto e as suas particularidades, tendo esta sido acolhida no Auditório do Centro Cultural Brasil, na cidade de S. Tomé. Estiveram presentes cerca de 100 pessoas, entre particulares e representantes de diversas entidades públicas e privadas, assim como alguns meios de comunicação social nacionais.

Entre outros temas, foi abordado o tema do **Reassentamento** e das medidas propostas para mitigar o efeito da implementação do projeto no quotidiano. De uma forma geral, todos os atendentes que se manifestaram consideraram a apresentação bastante abrangente e elucidativa do projeto. As questões apresentadas pela assistência foram mais relacionadas com questões técnicas do projeto do que com questões sociais e de reassentamento, possivelmente devido ao facto de se estar a debater um tema que só terá efeitos práticos prováveis no prazo de um ou dois anos. Não houve, portanto, nenhuma contribuição relevante ao nível do PAR e todos os comentários e sugestões recolhidas durante a consulta pública participativa foram incluídas na versão final do EIAS.

Não obstante à abordagem ao tema do **reassentamento** incluída na consulta pública realizada no âmbito do EIAS, realizou-se uma **consulta restrita** no âmbito do **PAR**, entre **29 de novembro e 18 de dezembro de 2018**. Esta consulta foi direcionada a um público restrito pelas seguintes razões:

i. Os impactos relacionados com as questões de reassentamento e suas medidas de mitigação foram discutidos durante a consulta realizada no âmbito do EIAS;
ii. Esta é a primeira vez que a Política Operacional 4.12 do Banco Mundial é usada no país, e a unidade de implementação do projeto quer evitar reivindicações oportunistas de reassentamento;
iii. As eleições parlamentares foram realizadas muito recentemente (07 de outubro de 2018), não sendo aquele o momento em que o contexto político em São Tomé fosse apropriado para a realização de consultas públicas abertas a toda a comunidade.

Assim, e face à importância do contributo público no desenvolvimento do PAR, foram enviadas versões impressas do documento para uma lista de entidades representativas da sociedade São-Tomense e em particular das comunidades diretamente afetadas pelo projeto. Foram também incluídas nesta lista entidades de cariz social com experiência comprovada no apoio aos mais carenciados e vulneráveis. De entre as várias entidades consultadas, destacam-se as seguintes:

- Câmaras distritais
- Comandos de polícia distritais
- Entidades religiosas
- Santa Casa da Misericórdia
- Representantes de moradores
- GIME

Em conformidade com as diretrizes do Banco Mundial, o PAR foi amplamente divulgado e disponibilizado para revisão pública em lugares de fácil acesso para as comunidades beneficiárias, nomeadamente os constantes da lista anterior, e nas secretarias do INAE e da AFAP. Desta consulta restrita não resultaram comentários, pedidos de esclarecimento ou sugestões.

Posteriormente, em **18 de janeiro de 2019**, foi realizada uma **consulta pública participativa** relativa ao **PAR**. O evento foi acolhido na sede das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe e estiveram

presentes cerca de 75 participantes, entre representantes de instituições públicas, privadas, de moradores e de associações de cidadãos, assim como as PAP que serão alvo de ações de reassentamento. Na secção seguinte encontram-se resumidas os pedidos de esclarecimento e questões apresentadas pela assistência, assim como os esclarecimentos prestados pelo consultor. O convite da consulta pública participativa, programa, lista de presenças e fotografias da assistência podem ser consultados no Anexo 4.

## 9.2 OPINIÕES E COMENTÁRIOS RECEBIDOS

De uma forma geral, todos os atendentes que se manifestaram consideraram a apresentação bastante abrangente e elucidativa do projeto. As questões apresentadas foram mais relacionadas com questões técnicas do projeto do que com questões relativas ao tema do reassentamento, mas foram todas respondidas e encontram-se sintetizadas no quadro seguinte.

| **Questões relativas ao PAR** | |
|---|---|
| Relativamente à proposta de relocalização das vendedoras que normalmente desenvolvem a sua atividade económica no Cruzamento de São Pedro (Situações A e B) para o passeio no lado da baía, foi transmitida a opinião por um dos intervenientes de que esta atividade comercial não favorece a imagem da cidade perante os turistas, e que irá originar a acumulação de lixo na zona onde as bancas forem colocadas.<br><br>Foi sugerido que estas vendedoras fossem instaladas nos mercados existentes na cidade | Foi esclarecido que o projeto e as políticas de salvaguarda do financiador preveem a melhoria das condições de vida das pessoas afetadas diretamente pelo projeto, proporcionando-lhes melhores condições de vida.<br><br>As infraestruturas a instalar (bancas de venda e quiosque) foram pensadas de modo a garantir um equilíbrio arquitetónico e um enquadramento paisagístico na zona, garantindo as condições de higiene e salubridade dos pontos de venda.<br><br>Foi também esclarecido que a proposta de reassentamento foi aprovada por várias entidades intervenientes neste processo, inclusive pela Câmara Distrital de Água Grande que é a entidade responsável pela organização do espaço público da zona em questão.<br><br>O projeto prevê igualmente a formação das vendedoras a diversos níveis, nomeadamente ao nível da higiene e salubridade, sendo que os resíduos produzidos por esta |

| | |
|---|---|
| | atividade económica serão recolhidos ao final do dia, conforme tem vindo a ser feito até à data. |
| Foi solicitado pela representante das vendedoras de Neves a instalação de uma televisão no mercado de Manga Zébé, em Neves, assim como a instalação de bancas de venda.<br><br>Foi igualmente solicitado que fosse proibida a venda fora das instalações do mercado | Foi esclarecido que as ações de beneficiação pretendidas já se encontram incluídas no âmbito do projeto.<br><br>O projeto prevê igualmente que todas as vendedoras na zona de intervenção da estrada junto ao mercado de Manga, sejam deslocadas para dentro do mercado, de modo a exercerem nestas instalações a sua atividade comercial em ambiente apropriado. |
| **Outras questões** | |
| Relativamente à rotunda prevista na localidade de Conde, foi solicitado esclarecimento se foi tido em consideração a inclinação existente na estrada | Foi esclarecido que o trabalho foi executado tendo por base o levantamento topográfico efetuado, pelo que foram tidas em consideração todas as inclinações da atual via, e a sua compatibilização com a solução proposta |
| Foi colocada a questão relativamente ao facto de existirem ao longo da estrada algumas pessoas que costumam lavar os seus carros na berma da estrada, situação esta que coloca em causa a qualidade e durabilidade da estrada.<br><br>Foi sugerido que esta situação fosse controlada pela polícia. | Foi esclarecido que em termos técnicos esta situação não impõe danos à estrutura da estrada, nomeadamente no que se refere aos órgãos de drenagem e estrutura de pavimento. Foi, contudo, referido que estas situações são preocupantes por questões de segurança rodoviária e que deverão ser evitadas.<br><br>Quanto ao controlo da atividade pela Polícia, é uma questão que deverá ser gerida pelas entidades competentes |
| Foi questionado se na execução do projeto foram tidas em consideração as águas e lamas provenientes dos terrenos na zona de Budo Budo | Foi esclarecido que a solução para a resolução deste problema encontra-se fora do âmbito do presente projeto, devendo o problema ser resolvido na origem (em terrenos particulares). Foi igualmente esclarecido que independentemente desta resolução na origem, as mesmas foram consideradas para efeitos de dimensionamento da rede de drenagem. Contudo, e por estas águas arrastarem muitos detritos será necessária uma manutenção periódica |

| | |
|---|---|
| | e sistemática do sistema de drenagem previsto, de modo a garantir a sua eficiência em quaisquer circunstâncias |
| Foi solicitado informação em relação ao número de vias da estrada após reabilitação. | A estrada terá uma faixa de rodagem, com duas vias de circulação, uma em cada sentido |
| Foi questionado se as curvas existentes na estrada se iriam manter. | Foi esclarecido que a execução do projeto passou por vários estudos preliminares em termos económicos, e que por limites orçamentais foi decidido executar o projeto mantendo na generalidade o traçado existente |
| Foi questionado se o projeto prevê a ligação de ramais de abastecimento de águas às habitações. | Foi informado que o projeto contempla a reposição da rede de águas existente, de modo a garantir a qualidade e profundidades regulamentares, incluindo igualmente a reposição dos ramais de abastecimento de águas às habitações. |
| Foi sugerido que fossem tidos em consideração outros atrativos turísticos e industriais para o distrito de Lembá, tais como a Central Hidroelétrica de Contador, o Complexo Pesqueiro de Neves, o projeto para ligação marítima entre Neves – Príncipe – Guiné Equatorial e Annobón | Esta situação será tida em consideração |
| Foi demonstrada a preocupação pela qualidade de execução dos trabalhos de construção da estrada, tendo sido dado como exemplo o facto de que geralmente as estradas executadas no país duram pouco mais de um ano, até começarem a surgir problemas de construção.<br><br>Foi sugerido que a obra fosse fiscalizada por uma empresa competente e responsável | Foi esclarecido que o projeto de execução da estrada foi desenvolvido tendo como base os critérios técnicos e de qualidade exigidos a nível internacional, tendo como horizonte de projeto o prazo de 20 anos.<br><br>Foi igualmente esclarecido que os trabalhos de construção serão acompanhados por uma equipa de fiscalização referenciada e experiente neste tipo de trabalhos, de modo a garantir o cumprimento do projeto e a qualidade de execução dos trabalhos |
| Foi solicitado esclarecimento quanto à drenagem das águas pluviais | Foi esclarecido que todo o traçado foi objeto de estudo de modo a que seja garantido o escoamento das águas pluviais. |

| | |
|---|---|
| | Em zonas urbanas o sistema de drenagem será constituído por coletores enterrados que recebem a água através de sumidouros ou caleiras. Estes coletores descarregarão posteriormente para as linhas de água existentes.<br><br>Em zonas rurais o sistema é constituído por valetas em betão, as quais descarregam para as linhas de água existentes.<br><br>Todos os aquedutos serão objeto de intervenção, tendo sido dimensionados com capacidade não só para garantir os caudais de escoamento, como foram consideradas dimensões mínimas de forma a garantir e facilitar as operações de limpeza e manutenção |
| Foi questionado se na zona da Lagoa Azul estava prevista alguma beneficiação da estrada | O cruzamento na zona de entrada da Lagoa Azul será objeto de intervenção.<br><br>Está igualmente previsto a construção de uma zona de estacionamento e de um miradouro na zona da Lagoa Azul |
| Foi referido que o aqueduto existente na zona de Água Casada está assoreado e não tem condições para o escoamento das águas pluviais | Foi esclarecido que todos os aquedutos serão objeto de intervenção, tendo sido dimensionados com capacidade não só para garantir os caudais de escoamento, como foram consideradas dimensões mínimas de forma a garantir e facilitar as operações de limpeza e manutenção |
| Foi solicitada informação quanto à espessura da camada do pavimento betuminoso | A estrutura de pavimento foi dimensionada em função do tipo e volume de tráfego, estando previsto a execução de uma camada de regularização com 7cm e de uma camada de desgaste com 5cm. Em zonas urbanas e de alargamento estas camadas terão como estrutura base duas camadas de material granular com 25cm cada. Nas zonas rurais terá uma camada de material granular com 25cm, assente sobre a camada existente de material britado com cerca de 15cm |
| Foi proposta a instalação de portagens na estrada | Este assunto não se encontra no âmbito do projeto |

| | |
|---|---|
| Foi questionado se estão previstas obras de beneficiação nas estradas e arruamentos contíguos ao traçado da EN1 nas zonas urbanas. | O projeto prevê apenas a intervenção da Estrada Nacional n.º 1, entre a cidade de São Tomé e a cidade de Neves |
| Foi solicitado esclarecimento sobre o tratamento previsto para os taludes | Foi esclarecido que o tratamento dos vários taludes difere consoante as suas caraterísticas e dimensões.<br><br>Em termos gerais, o tratamento consistirá na limpeza dos taludes, nomeadamente a remoção de materiais soltos, árvores e demais vegetação. Está também prevista a escavação dos taludes para alargamento da estrada em alguns locais, criação de banquetas e sistemas de drenagem, aplicação de redes metálicas de proteção ou muros de gabiões na base dos taludes de modo a reter algum material rochoso que possa cair. |
| Foi questionado se está prevista a execução de passadeiras na zona da escola Básica de Neves | O projeto foi desenvolvido de modo a garantir a segurança rodoviária de todos os utentes da via, incluindo peões, com especial atenção nas proximidades de escolas. |
| Foi solicitado esclarecimento relativamente aos trabalhos incluídos na especialidade de Fibra Ótica | Os trabalhos considerados, consistem na construção de uma infraestrutura enterrada constituída por tubagem em PVC$\phi$110 e tritubo, intercaladas por caixas tipo NR, ao longo de todo o troço da estrada.<br><br>Não inclui a passagem de cablagem. |
| Foi referida a elevada velocidade de circulação na zona da localidade de Ilhéu e sugerida a implementação de lombas. | De modo a minimizar esta situação, foram consideradas no projeto soluções tecnicamente mais adequadas e eficazes, nomeadamente o reforço da sinalização rodoviária, e a implementação de passadeiras de peões sobrelevadas, as quais funcionam como elementos redutores de velocidades, com menores impactos ao nível do conforto de condução e em termos acústicos |
| Foi também referido o desnível entre a estrada e a lavandaria de Ilhéu. | Foi esclarecido que, modo a salvaguardar esta situação, se encontra previsto a execução de um muro de contenção nesta zona. Será igualmente garantida a segurança dos |

| | |
|---|---|
| | peões através de guardas metálicas de proteção e garantido o acesso através de escadas. |

# 10 RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL PELA IMPLEMENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A regulamentação são-tomense ainda não tem um instrumento específico para lidar com as questões de reassentamento. Estas são tratadas de maneira genérica nas leis e regulamentos sobre direitos e deveres dos cidadãos, participação, divulgação e compensação descritos no Capítulo 3.

Com base nos princípios contidos nesses instrumentos e nas políticas de salvaguarda do WB delineia-se, neste capítulo, as responsabilidades das diferentes agências na preparação, implementação, monitorização, avaliação e auditoria do PAR.

## 10.1 RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Na ausência de detalhes sobre como os dispositivos são-tomenses se desdobram em ações concretas no tratamento do reassentamento, apresentam-se aqui as indicações constantes do Quadro de Política de Reassentamento (QPR) do Projeto de Desenvolvimento do Setor de Transportes e Proteção Costeira (PDSTPC) que serviu como base do presente PAR e que se considera terem valor prático, sem ferir o espírito da lei e, sobretudo, indo ao encontro das diretrizes do WB.

A entidade responsável pela implementação do PAR é o Governo da RDSTP, representado pelo MIRNA, na qualidade de ministério responsável pelas infraestruturas rodoviárias do país.

A aplicação prática do PAR caberá ao INAE, entidade pública tutelada pelo MIRNA e com total jurisdição e responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as estruturas rodoviárias de STP.

O processo pretende-se que seja prático ao mesmo tempo que é adequadamente inclusivo e participativo. A distribuição geral das responsabilidades deve ser a seguinte:

*Tabela 10.1: Papéis e responsabilidades institucionais*

| Funções | Responsabilidades |
|---|---|
| Formação do Grupo de Trabalho do Reassentamento | MIRNA / INAE |
| Colaboração com o Proponente na implementação do projeto e particularmente para lidar com os problemas relacionados aos ativos que eles possuem/gerem. | INAE / OMA |
| Coordenação, implementação e supervisão de todas as atividades do PAR para assegurar que a planificação geral do projeto, implementação, monitorização e avaliação estejam de acordo com os princípios e diretrizes do PAR, através de:<br><br>1. Atualização contínua das bases de dados do PAR, incluindo a garantia de que todas as PAP por detrás de todos os ativos afetados são identificadas em tempo útil e que todos assinam os acordos de compensação;<br>2. Monitorizar o processo das PAP para desocupar a área onde isso for necessário;<br>3. Garantir que as áreas desocupadas não sejam novamente invadidas;<br>4. Ajudar e preparar as PAP em todo o processo para receber compensação financeira ou substituição dos ativos;<br>5. Fornecer assistência de facilitação (por exemplo, para a reconstrução de bens, envolvimento das autoridades distritais/municipais quando necessário, por exemplo, identificação e alocação de terras);<br>6. Prestar assistência especial às PAP vulneráveis (por exemplo, famílias chefiadas por mulheres, crianças, idosos e doentes crônicos, empreendimentos pertencentes/administradas por mulheres, etc.);<br>7. Coordenação do processo entre as várias jurisdições (central, comunidades/bairros, famílias, etc.) envolvidas no processo.<br>8. Envolvimento de instituições públicas/privadas externas no processo de restauração de renda (por exemplo, restauração de árvores e cultivo geral onde necessário e relevante) e mecanismos para assegurar o desempenho adequado dessas instituições e identificar lacunas, bem como encontrar maneiras de lidar com essas lacunas; | INAE / OMA<br><br>Em colaboração com outras entidades, tais como autoridades locais e comunitárias, o OMA estará particularmente ativo na criação de consciência para a necessidade de os agregados familiares/proprietários de outros ativos que receberem dinheiro de compensação para usá-lo para o propósito para o qual foi concebido. |
| Assegurar que a voz das PAP e os interesses e as suas preocupações genuínas sejam adequadamente considerados em todas as fases do processo, incluindo a assistência às PAP para lidar com e corrigir as questões apresentadas nas queixas e reclamações | PAP / AFAP / Câmaras Distritais / ONG´s e Comité de Reassentamento |

## 10.2 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO

Particularmente ao nível distrital, torna-se relevante identificar as necessidades de capacitação e desenhar as respetivas intervenções para desenvolver as competências necessárias entre instituições

e pessoal. É provável que os processos de Reassentamento, ainda que de menor magnitude, se tornem cada vez mais comuns em STP à medida que as diferentes áreas de desenvolvimento colidam com a ocupação da terra. Trata-se de processos que exigem considerável desenvolvimento de habilidades práticas por parte daqueles que estão envolvidos. O PDSTPC prevê a disponibilização de recursos para acomodar a satisfação deste importante requisito.

Tal como referido no capítulo sobre enquadramento legal, tem havido um progresso considerável nos processos institucionais, legais e regulatórios relacionados com a gestão ambiental e social em STP.

As várias instituições, estratégias de desenvolvimento, leis e regulamentos ainda precisam de harmonização para assegurar que se alcancem objetivos comuns na gestão sustentável de recursos naturais e sociais. São necessários investimentos humanos e materiais para traduzir as várias disposições em ações concretas. Isso é ainda agravado pela predominância do setor informal na paisagem da economia.

De uma maneira geral, não existem rotinas consolidadas para lidar com EIAS/PGAS e PAR em STP. E ao nível distrital e local essas carências são ainda mais pronunciadas. Isso é ainda agravado pelo facto de o reassentamento em STP ainda não estar regulamentado por um único documento. É um processo que requer uma combinação de múltiplos instrumentos legais para se chegar a uma certa conclusão.

No futuro previsível, o reassentamento pode vir a exigir esforços concertados para assegurar que seja realizada de uma forma que cumpra os objetivos declarados e, particularmente, os princípios estabelecidos na PO 4.12 do Banco Mundial.

Basado nisso, o Projeto visara fortalecer as capacidades dos partenariados institucionais sobre o conhecimento e a implementação dos instrumentos de salvaguardas do Banco Mundial. Especificamente, ad hoc formações serão condutas pelo especialista de salvaguardas sociais e pelo especialista em salvaguardas ambientais do Projeto que trabalharam no INAE. Outras formações serão também organizadas para os funcionários que trabalham em instituições que podem ter a ver com questões de salvaguardas, como os especialistas que trabalham na INAE e na Direção do Ambiente entre outras.

# 11 MECANISMO DE DIÁLOGO E RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS (MDR)

É fundamental que o projeto não contribua de forma alguma ou esteja na origem de quaisquer conflitos. Projetos como este, têm como objetivos a criação de empregos (sobretudo em fase de construção), bem como a construção/melhoria de infraestruturas num determinado local. Porém, se este não for devidamente planeado e desenvolvido, poderá conduzir a efeitos negativos não só no meio ambiente, mas também em termos sociais, efeitos esses a ser evitados.

As insatisfações podem surgir através do processo de compensação por uma variedade de razões, incluindo discordância sobre o valor da compensação durante a avaliação dos ativos, controvérsia sobre propriedade, etc. Para resolver o problema das PAP durante a implementação da assistência e para abrir um dialogo constante entre o Projeto e a população será estabelecido um Mecanismo de Dialogo e Resoluções de Conflitos (MDR), habitualmente conhecido como Mecanismo de Reparação de Queixas. A composição das comissões de tratamento de queixas é proposta como indicado neste capítulo.

O mecanismo de MDR foi concebido com o objetivo de resolver os litígios o mais rapidamente possível. Isso será do interesse de todas as partes envolvidas e, implicitamente, desencorajará a remessa dessas questões a um tribunal para resolução. Os procedimentos para reclamações e reparações devem, idealmente, ser feitos na linguagem e no formato mais simples que sejam facilmente acessíveis e entendidos por cada habitante local. Eles também devem fornecer detalhes suficientes para serem significativos.

## 11.1 MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Para evitar o surgimento e/ou exacerbação dos conflitos serão aplicadas atividades de sensibilização em todo o ciclo do projeto, a fim de reduzir mal-entendidos e ressentimentos. Ainda que temporárias, as ações de reabilitação e proteção podem trazer disputas por oportunidades de emprego e/ou condições de trabalho nas obras do projeto e a posterior formulação de plano de ação participativa irá identificar potenciais conflitos e envolver as pessoas potencialmente afetadas.

Consultas e negociações serão realizadas com as PAP onde existam indicações de potenciais conflitos. A formação de equipas técnicas, comités de cogestão e líderes locais em gestão de conflitos também vai ajudar a minimizar o impacto negativo dos conflitos. Para dar poder às comunidades elas serão

envolvidas na sensibilização e formação sobre os seus direitos e obrigações, o que pode incluir obter aconselhamento e representação legal, e como buscar reparação contra o que eles virem como sendo práticas desleais por parte dos vários atores do projeto.

## 11.2 QUEIXAS E DISPUTAS PROVÁVEIS NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO

Na prática, e sendo um projeto de baixo risco no que ao reassentamento diz respeito, as queixas e as disputas mais prováveis durante a implementação do programa de reassentamento são as seguintes:

- Identificação incorreta de ativos ou erros na sua avaliação;
- Disputa sobre a propriedade de um determinado ativo (dois indivíduos alegam ser o proprietário deste ativo); por exemplo, devido a recente mudança de propriedade do recurso;
- Discordância sobre a avaliação de um lote ou outro ativo;
- Sucessões, divórcios e outros problemas familiares, resultando em disputas entre herdeiros e outros membros da família, sobre a propriedade de um determinado ativo;
- Discordância sobre as medidas de reassentamento, por exemplo, sobre a localização do local de reassentamento, sobre o tipo ou posição proposta;
- Propriedade contestada de uma empresa (por exemplo, onde o proprietário e o operador são pessoas diferentes), o que gera conflitos sobre os acordos de compartilhamento de remuneração.

## 11.3 INTERVENIENTES NO PROCESSO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE QUEIXAS OU DISPUTAS

São vários os intervenientes no processo de receção e gestão de queixas ou disputas, pelo que se resume nos itens seguintes as principais pessoas/entidades a desempenhar funções neste âmbito:

- **Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRNA)** – Na qualidade máxima de Dono de Obra, em representação do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- **INAE – Diretor executivo –** Sendo o INAE a entidade responsável pela execução do projeto, em representação do MIRNA, o seu Diretor Executivo e o Especialista em Salvaguardas Sociais terão um papel de supervisão no processo de dialogo e resolução de queixas ou disputas.

- **INAE – Especialista em Salvaguardas Sociais -** O INAE é a entidade responsável pela recolha, tratamento e reencaminhamento de todas as queixas. Está a decorrer atualmente o processo de contratação de um Especialista em Salvaguardas Sociais do Projeto que estará ao serviço do INAE e será o responsável pelo processo, cabendo ao mesmo as funções abordadas nos parágrafos seguintes.
- **Comité de Reassentamento (CR)**: Será estabelecido um CR para avaliar as queixas durante a implementação do PAR. Esta comissão terá um quórum de pelo menos 3 pessoas, as decisões deverão ser tomadas por maioria simples e ficará constituído até à resolução de todas as queixas. O CR será constituído pelo Presidente da Câmara Distrital da área de residência do queixoso (ou quem este nomeie para o efeito); Diretor Executivo do INAE e o OMA. Se for do entendimento do CR a convocação de elementos/entidades adicionais, poderá fazê-lo.

  **Secretarias das Câmaras Distritais, INAE e AFAP** – As secretarias das instituições referidas terão o primeiro contacto com os queixosos, e darão apoio no preenchimento do formulário de queixa.

O Especialista em Salvaguardas Sociais (ESS) será a peça chave no Apoio às Pessoas Afetadas pelo Projeto, liderando o mecanismo de gestão de reclamações e disputas. As principais responsabilidades dele incluirão:

- Registar as queixas das pessoas afetadas, categorizando e priorizando-as e fornecendo soluções dentro de um período de tempo especificado;
- Discutir as queixas regularmente e desenvolver decisões / ações para problemas que podem ser resolvidos nesse nível;
- Convocar o Comité de Reassentamento;
- Relatar às partes prejudicadas os desenvolvimentos relativos às suas queixas e decisões tomadas;
- Fornecer contribuições para o processo de monitoramento e avaliação.

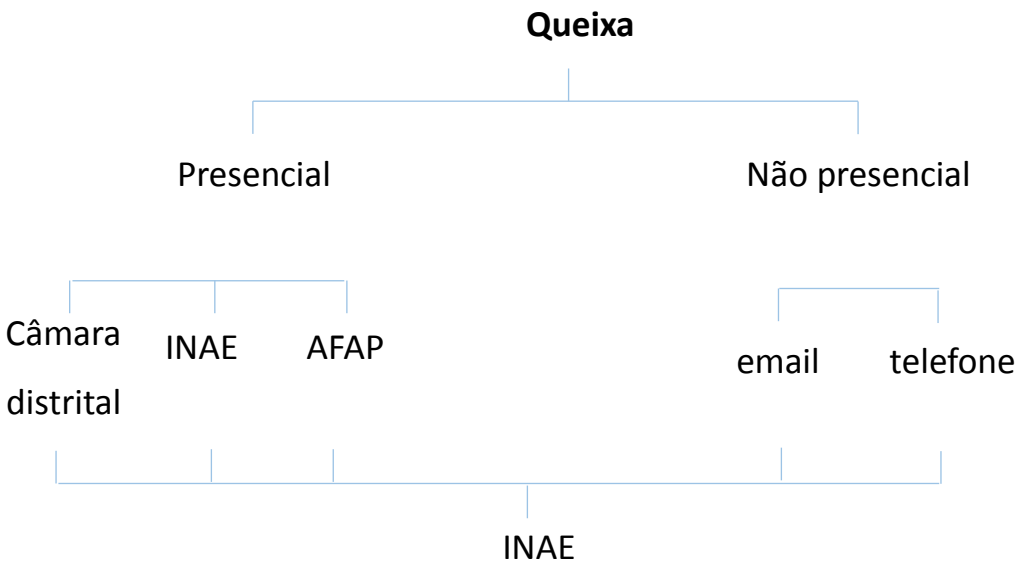
De entre as tarefas do ESS; destacam-se as seguintes:

- Configurar um processo sistemático de registo de queixas (RQ) em suporte físico (papel) e também eletronicamente (base de dados). Mediante solicitação, as PAP podem visualizar o registo das suas queixas;
- Registar todas as queixas;
- Verificar a exatidão da transcrição das queixas comunicadas verbalmente;
- Verificar a elegibilidade das queixas apresentadas;
- Categorizar as questões categorias amplas, a fim de analisá-las e resolvê-las com mais eficiência;
- Convocar o CR sempre que se considere necessário;
- Atualizar o RQ com todos os desenvolvimentos relativos às queixas. O RQ deve ser um documento "vivo", atualizado regularmente. O acesso ao RQ (físico e digital) será restrito à equipa de implementação, mas deverá ser elaborado de forma a que uma PAP possa consultar o estado da sua queixa a qualquer momento.
- Enviar mensalmente o registo de reclamações à Direção Executiva do INAE, para que esta fique ciente da natureza das reclamações, dos procedimentos levados a cabo e das resoluções alcançadas. Nos casos em que a confidencialidade seja procurada pelas partes lesadas, os elementos identificativos serão ocultados do registo enviado;
- Comunicar o procedimento de queixa às PAP, processo de registo das suas reclamações e cronogramas para resolução.
- O OMA deverá ter conhecimento abrangente do projeto para poder fornecer informações às PAP sempre que tal lhe seja solicitado.
- Algumas resoluções exigirão coordenação com as autoridades locais, fazendo parte das tarefas do OMA o estabelecimento dos contactos com estas entidades.

## 11.4 PROCESSO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE QUEIXAS OU DISPUTAS

### 1) Receção da queixa

Um dos objetivos principais dos mecanismos do MDR é que sejam facilmente alcançados por todas as PAP. Desta forma, foram criados diversos meios de contacto presenciais e não presenciais, discriminados no diagrama seguinte.




Qualquer pessoa que tenha sugestões, informações, queixas relativas ao Projeto podem apresentar uma delas. Pode também apresentar uma queixa em nome de outra pessoa, desde que obtenha o seu consentimento escrito.

A queixa/sugestão/informação deverá ser apresentada por escrito e assinada. Dela deverão constar os dados pessoais essenciais do queixoso – nome, data de nascimento, morada e contactos. Devem ser enunciados, por ordem cronológica, todos os factos nos quais se baseia a queixa. É fundamental que o relato seja tão completo quanto possível e que seja incluída toda a informação pertinente sobre o caso.

Em geral, não existe um prazo formal para apresentação da "queixa". No entanto, aconselha-se a que a mesma seja formalizada com a maior brevidade possível após o momento em que a PAP se sinta lesada. A demora na apresentação do caso pode também dificultar uma resposta adequada.

As queixas presenciais serão apresentadas nas secretarias das instituições referidas no diagrama anterior, onde serão disponibilizados formulários de queixa (Anexo 5). Serão dadas instruções de

preenchimento aos funcionários para que estes possam assistir e apoiar as PAP na formalização das queixas.

| | | **Meios de contacto** |
|---|---|---|
| **Presencial** | **Câmaras distritais** | Água Grande, Lobata e Lembá |
| | **Secretaria da AFAP** | Avenida Kwame N'krumah, Prédio do Afriland First Bank, 2º Andar, São Tomé |
| | **Secretaria do INAE** | Avenida Marginal 12 de Julho, São Tomé |
| **Não presencial** | **Email** | A designar |
| | **Telefone** | A designar |

Se alguma das PAP não souber ler e/ou escrever será responsabilidade do funcionário proceder ao preenchimento do formulário, tendo o dever de transcrever a informação prestada pelo queixoso e de a ler em voz alta para garantir que a PAP tem perfeito conhecimento da queixa apresentada e concorda com o teor da mesma.

Os contactos disponibilizados para apresentação de queixas de forma não presencial (email e telefone) serão rececionados pela Secretaria do INAE. No caso de queixas recebidas via telefone, será feito o preenchimento do formulário pela Secretaria do INAE. No caso de queixas apresentadas por email, será feito o preenchimento do formulário pela Secretaria do INAE, que anexará o email recebido ao formulário de queixa, sendo posteriormente dado conhecimento ao queixoso do formulário preenchido, via email.

**2) Registo da queixa e aferição da informação**

Todos os formulários de queixa serão enviados ao ESS no prazo máximo de 5 dias após a sua receção. O ESS fará o registo de todas as queixas em base de dados, e contactará os queixosos para verificação da exatidão da reclamação apresentada, assim como para esclarecimento de eventuais dúvidas ou omissões que existam.

**3) Elegibilidade da queixa/denúncia**

O ESS fará a verificação preliminar da queixa apresentada e informará o autor da denúncia da elegibilidade, ou não, da mesma, notificando-o do facto até 10 dias após a receção da queixa.

Se a queixa for considerada como não elegível o processo será arquivado e esse facto será comunicado ao queixoso. Caso contrário a queixa passará para fase de resolução em função do nível definido pelo ESS.

**4) Determinação da ação corretiva**

Encontram-se definidos dois níveis de queixa, em função da gravidade, consequências e capacidade de resolução das mesmas.

As ações corretivas relativas às queixas de Nível 1 serão definidas pelo ESS, e as de Nível 2 pelo Comité de Reassentamento.

- Nível 1 - Se em seu julgamento considerar que a queixa pode ser resolvida neste nível, o OMA determinará uma ação corretiva em consulta com a pessoa prejudicada.
- Nível 2 - No caso de se considerar que a gravidade da queixa ou as ações corretivas assim o justifiquem, o ESS convocará o Comité de Reassentamento, que dará ao queixoso a oportunidade de apresentar os seus comentários e deliberará na determinação da ação corretiva.

O ESS fará o registo do procedimento, nomeadamente, descrição da ação corretiva determinada; período em que esta será realizada e a pessoa/entidade responsável pela implementação da ação corretiva. Esta informação será comunicada à pessoa lesada no prazo máximo de **30 dias** após a apresentação da queixa. Se for necessário mais tempo, será comunicado antecipadamente à pessoa prejudicada. Para casos que não sejam resolvidos dentro do prazo estipulado, investigações detalhadas serão realizadas e os resultados discutidos nas reuniões com as PAP.

**5) Ação de conciliação**

As decisões sobre a reparação e comunicação dos resultados ao queixoso devem ser pontuais em todos os níveis. Isto irá promover uma maior confiança no sistema de comunicação e melhorar as atitudes para com o Projeto dentro da comunidade.

O ESS convocará o autor da queixa para uma reunião em que será explanada a ação corretiva proposta para solução do problema, assim como o prazo de implementação da ação. O acordo será formalizado por escrito e assinado pelo queixoso. O ESS dará início ao processo de implementação da medida de resolução.

Na ausência de acordo, será convocada nova reunião com a presença do autor da queixa e do Comité de Reassentamento para nova tentativa de acordo. Em caso de sucesso, o ESS dará início ao processo de implementação da medida de resolução.

Caso se continue sem entrar em acordo com o queixoso, o processo será encaminhado para o MIRNA para avaliação, na qualidade de responsável máximo pela obra. O MIRNA procederá à sua análise, proporá uma ação de resolução e notificará o queixoso e o CR relativamente à mesma. Considerada esta tentativa bem-sucedida, o processo será encaminhado para o ESS para que se dê início à implementação da medida de resolução.

Se o autor da denúncia ainda assim não concordar com as medidas de resolução propostas, o processo transitará para o tribunal competente.

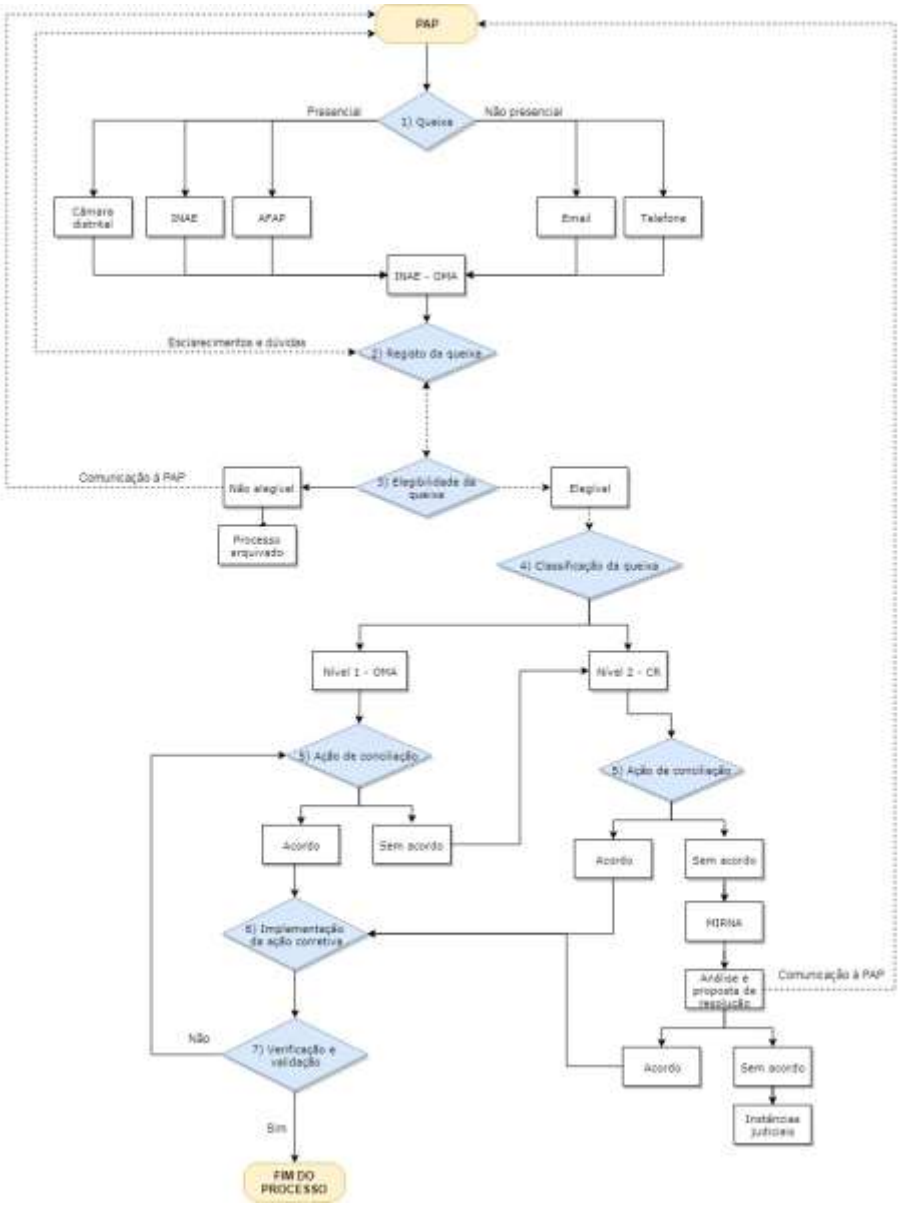
**6) Implementação da ação corretiva**

A ação corretiva acordada será realizada pelo projeto ou seus contratados, dentro do prazo acordado e a ação concluída será registada na base de dados de queixas.

**7) Verificação e validação da implementação da ação corretiva**

O ESS fará a verificação da implementação da ação corretiva e consultará o autor da queixa relativamente à sua satisfação quanto à resolução da mesma. Em caso positivo, o processo será encerrado, sendo preenchido o formulário respetivo (Anexo 5), assinado pela pessoa lesada e pelo ESS. No caso de se terem envolvido outras instâncias, nomeadamente, o CR e/ou MIRNA, o formulário também deverá ser assinado por estas.

No caso de o queixoso se revelar insatisfeito com o desenvolvimento da medida de ação corretiva, poderão ser necessárias medidas adicionais de resolução, retomando o processo ao passo 5) Ação de Conciliação.




## 11.5 VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

O projeto opera um mecanismo de MDR que é gerido pelo INAE. O mecanismo de MDR foi projetado para garantir que:

i. As reclamações podem ser feitas através de diferentes canais, on-line, por telefone, pessoalmente ou Polícia;

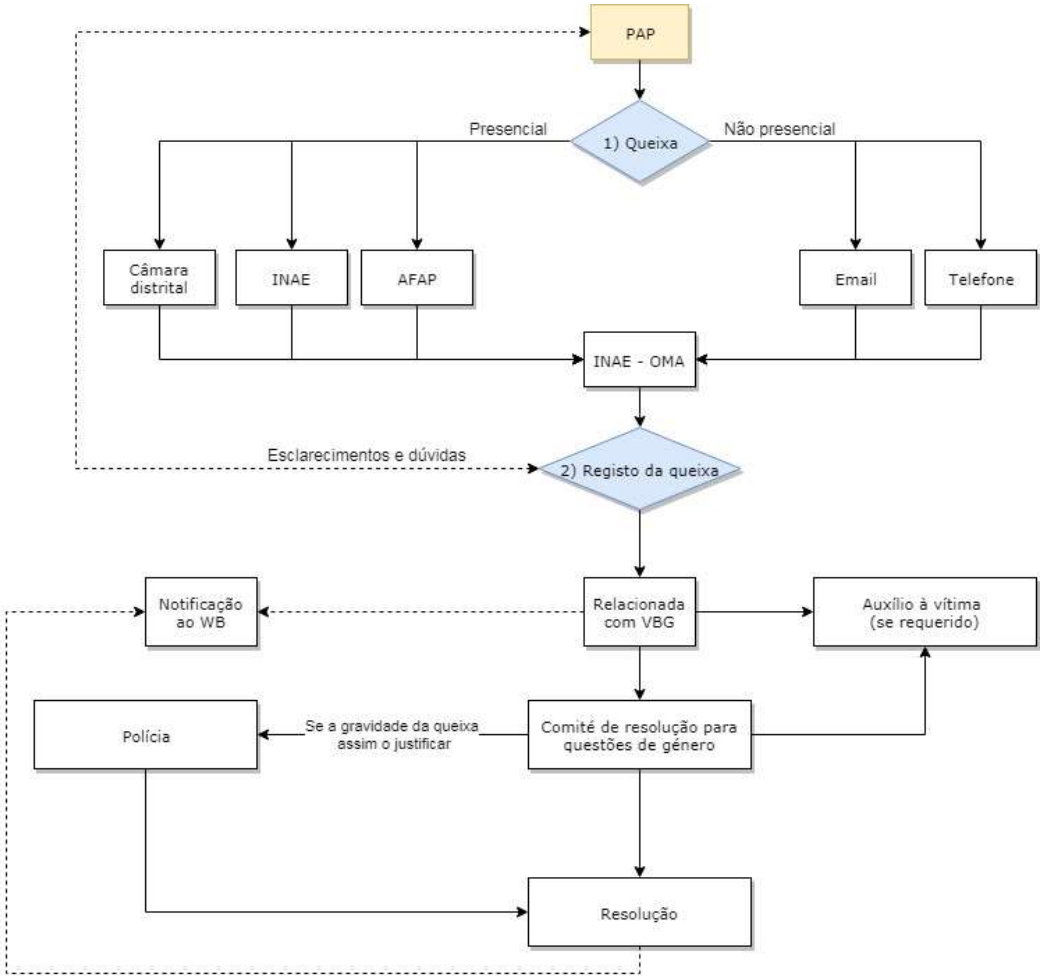
ii. As reclamações devem poder ser feitas de forma anónima se o queixoso assim o entender;

iii. O anonimato deve ser assegurado se o reclamante assim o desejar, especialmente sobre em questões relacionadas com a VBG;

É necessário haver um fluxo de trabalho específico para lidar com reclamações relacionadas com a Violência Baseada no Género, sobretudo devido à sensibilidade do tema e por questões de confidencialidade e privacidade. A figura abaixo ilustra o fluxo de trabalho a adotar para este tipo de queixas.

O procedimento de apresentação da queixa é similar ao já referido na secção 11.4 - Processo de receção e gestão de queixas ou disputas. Caberá ao ESS fazer a validação das queixas e, no caso destas serem relacionadas com VBG, tomar as devidas previdências para prestar apoio imediato às vítimas (se assim for desejado) e em simultâneo convocar o Comité de Resolução para Questões de Género (CRQG) para investigação da queixa. No caso de a vítima desejar ser auxiliada, o CRQG fará o acompanhamento da mesma durante todo o processo.

Todas as queixas relacionadas com VBG serão comunicadas à equipa do Banco Mundial afeta ao projeto. Se a equipa assim o entender, essas reclamações podem ser encaminhadas à administração do WB, de acordo com os protocolos estabelecidos.




A informação a constar do processo de Gestão de Queixas (e respetivo registo) apenas conterá informação relativa ao tipo de ato perpetrado e o melhor conhecimento de quem foi o perpetrador relacionado com o projeto. Informações sensíveis e confidenciais serão recolhidas apenas pelo CRQG e não serão parte integrante dos registos do mecanismo de APAP.

O CRQG investigará a queixa e fornecerá uma resolução para a mesma, podendo encaminhá-la para a Polícia, se for considerado adequado. Nos casos de encaminhamento para a Polícia será necessário garantir a confidencialidade e, quando tal for desejado pela vítima, o seu anonimato.

Quaisquer desenvolvimentos serão transmitidos ao ESS para que este possa entrar em contacto com o autor da denúncia e dar-lhe conhecimento. O ESS irá, mediante a resolução apresentada, aconselhar o reclamante sobre o resultado, a menos que a queixa tenha sido apresentada de forma anónima.

Todos os relatórios e registos relacionados com VBG devem ser tratados de maneira confidencial para proteger os direitos de todos os envolvidos. Todos os intervenientes no processo devem manter a confidencialidade dos autores das denúncias que notificam quaisquer atos ou ameaças de violência, e de quaisquer funcionários acusados de perpetuar quaisquer atos ou ameaças de violência (a menos que uma quebra de confidencialidade seja necessária para proteger pessoas ou danos ou quando exigido por lei). O empreiteiro deve proibir a discriminação ou ação adversa contra um funcionário por causa da revelação ou experiência relacionada com VBG.

O CRQG será responsável pelo desenvolvimento de um protocolo de comunicação (por escrito) para atender aos requisitos do projeto, de acordo com as leis e protocolos nacionais. O protocolo de comunicação deve incluir:

- Mecanismos para notificar e responder aos perpetradores no local de trabalho;
- Mecanismo para assegurar uma resposta competente e confidencial às divulgações da VBG e;
- Um caminho de referência para encaminhar os sobreviventes aos serviços apropriados.
- Todos os intervenientes no projeto deverão ser consciencializados (por exemplo, através de distribuição de folhetos) de que existe o mecanismo de APAP e incentivados a denunciar qualquer situação relacionada com VBG através dos canais disponibilizados, sejam as queixas provenientes de funcionários ou membros da comunidade.

Por meio do CRQG, as empresas e o cliente devem supervisionar a investigação dessas queixas, garantindo a justiça processual para o acusado e dentro das leis locais. Se um funcionário violar o Código de Conduta, o empregador tomará as medidas apropriadas que podem incluir:

- Empreender medidas disciplinares de acordo com as sanções nos códigos de conduta.
- Relatar o agressor à Polícia, de acordo com os paradigmas legais locais; e / ou
- Se possível, fornecer ou facilitar o aconselhamento para o perpetrador.

A ferramenta de avaliação desenvolvida pelo Banco classifica o risco de Violência Baseada no Género (VBG) como baixo com base nas atividades de projeto propostas, que não requerem grande afluxo de mão-de-obra e na revisão de evidências regionais e nacionais, como a existência de leis sobre violência contra as mulheres, taxas atuais de violência por parceiro íntimo, taxas de tráfico publicadas, e leis sobre casamento infantil.

O projeto avaliou a capacidade a nível nacional, por meio da agência de implementação e do apoio local que pode estar disponível por meio de ONGs locais especializadas em prestação de serviços de VBG. Foi organizada uma mesa redonda especificamente com representantes de funcionários do governo local e organizações da sociedade civil para discutir as dimensões de género do projeto e possíveis riscos de Violência Baseada no Género e Exploração Sexual e Abuso (ESA). Entre os participantes estavam representantes do Centro Nacional Contra a Violência Doméstica, o Presidente da Federação Nacional de Manutenção de Estradas (federação nacional responsável pelo GIME), o Instituto Nacional de Segurança Social e Ações Sociais, a Direção de Proteção Social e Solidariedade e o Diretor da Unidade contra a Violência Doméstica na Polícia Nacional.

Para o projeto, não há expectativa de que grandes influxos trabalhistas ou acampamentos de trabalhadores sejam estabelecidos, já que a maior parte do trabalho está prevista para ser feita por trabalhadores locais. No entanto, medidas adicionais de prevenção da VBG, incluindo a exigência de que todos os trabalhadores assinem códigos de conduta que os instruam sobre comportamentos proibidos e expectativas éticas, bem como a implementação de um Mecanismo de Reparação de Queixas com requisitos específicos da VBG, também estarão operacionais durante a implementação do projeto. A criação de uma Estrutura de Responsabilidade e Resposta que identifique responsabilidades para lidar com alegações da VBG e estabeleça um Mecanismo Apoio às Pessoas Afetadas pelo Projeto especificamente concebido para relatar incidentes de ESA e respeitar a confidencialidade. O MAPAP fornecerá uma estrutura de responsabilização e resposta que será finalizada durante a fase inicial de implementação do projeto e incluirá um mecanismo para a captura de reclamações de VBG, bem como um encaminhamento de referência para serviços de suporte apropriados para quaisquer sobreviventes de VBG.

# 12 IMPLEMENTAÇÃO, COMUNICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

## 12.1 IMPLEMENTAÇÃO

Como já foi referido anteriormente, a aplicação prática do PAR caberá ao INAE, entidade pública tutelada pelo MIRNA e com total jurisdição e responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as estruturas rodoviárias de STP. O INAE contractará um especialista em salvaguardas sociais e um epseciliasta em salvaguardas ambientais para liderar todos os processos relacionados com questões de salvaguardas.

O principal objetivo do Plano de Ação de Reassentamento é garantir às PAP padrões de vida e condições de vida equivalentes ou melhores do que conheciam antes do projeto. Assim, todas as ações propostas no PAR concentram-se principalmente no alcance dessa meta. Destaca-se a importância da comunicação, monitorização e avaliação, no alcance do sucesso da implementação do PAR.

Existe a necessidade de garantir que o sistema de comunicação seja prático e eficaz, com vista a fortalecer os laços entre as comunidades afetadas e a equipa de implementação do projeto.

Os procedimentos de monitorização e avaliação são para garantir, em primeiro lugar, que as ações propostas sejam implementadas da maneira e dentro dos limites de tempo e, em segundo lugar, que os resultados esperados sejam alcançados. Quando deficiências ou dificuldades são observadas, a monitorização e a avaliação são usadas para iniciar uma ação corretiva apropriada.

É importante incluir as comunidades afetadas como parte integrante do plano de reassentamento. As comunidades devem ter seus os próprios representantes (representantes masculinos e femininos), que farão parte dos Comités de Reassentamento em representação de todos os grupos relevantes de PAP. Os líderes comunitários devem envolver-se no processo de reassentamento para integrar os desejos da comunidade e os arranjos institucionais para chegar a acordos.

Os órgãos de gestão da comunidade serão responsáveis por:

a. Participar na monitorização do reassentamento/compensação
b. Receber e dar conselhos sobre queixas e desempenhar um papel ativo na reparação de injustiças
c. Ajudar as famílias que serão afetadas e reconstruir os seus bens perdidos.

O sucesso da implementação deste PAR baseia-se em alguns pressupostos, sendo os mais importantes os seguintes:

- O projeto continua a beneficiar do apoio de todos os intervenientes e sectores relevantes à implementação e desenvolvimento do projeto. Entre outros aspetos, será fundamental que as autoridades garantam que o padrão de assentamento existente ao longo da estrada obtidos durante a preparação do PAR seja mantido tal como era durante o estudo e que ninguém seja autorizado a ocupar o CI para qualquer fim dentro do corredor de intervenção;
- Os custos e valores dos bens afetados não devem sofrer qualquer alteração significativa no decurso da implementação do projeto, e em particular que não sejam agravados;
- O projeto arranca e é implementado dentro dos prazos que forem definidos em geral e que estes não sofram quaisquer mudanças de vulto. Quaisquer mudanças significativas poderão resultar na necessidade de reformular o plano que for feito, e eventualmente refazer o estudo socioeconómico, uma vez que mais famílias poderão ter se fixado na área do projeto;
- Desastres naturais e/ou outras circunstâncias negativas fora do controlo dos intervenientes identificados não impedem a implementação do projeto.

## 12.2 COMUNICAÇÃO

O Assessor de Imprensa do ministério será a pessoa responsável por articular a disseminação da informação pelos diversos meios de comunicação.

Os momentos em que certas ações do PAR são tomadas, vai depender do cronograma de trabalhos para as zonas a intervir, e que será diferente de zona para zona. Assim, sendo uma das pessoas com maior conhecimento acerca do projeto, o OMA junto com os especialistas em salvaguardas do INAE articularam com o Assessor de Imprensa o tipo de informação a disseminar e em que momento.

Será particularmente importante a comunicação antes e durante o processo de recenseamento para garantir que todas as PAP tenham conhecimento de que este vai ocorrer, e em que moldes.

Serão utilizados outros meios de comunicação para disseminar a informação e todo o tipo de instruções às pessoas afetadas. Estes meios de comunicação devem incluir, mas não se devem limitar aos seguintes:

- Rádio – nacional, distrital/municipal e comunitária
- Televisão
- Jornais e boletins informativos – nacionais e comunitários
- Brochuras
- Cartas
- Comunicação verbal

O material de comunicação destinado especificamente a promover os interesses do PAR deve ser produzido em português.

A comunicação poderá ser feita de diferentes maneiras e utilizando diferentes métodos, conforme for mais adequado para cada caso e circunstância. Além dos meios de comunicação já enunciados, poder-se-ão organizar:

a. Reuniões gerais com grupos de pessoas afetadas;
b. Discussões de grupos de enfoque envolvendo essencialmente mulheres, homens, jovens, homens/pessoas de negócios, etc.

Cada reunião deve ser devidamente documentada. As atas dessas reuniões devem conter, entre outros aspetos:

1. Data
2. Local
    a. Distrito/Município
    b. Localidade
    c. Bairro
3. Resumo das principais questões apresentadas durante a reunião pelos organizadores
4. Resumo das principais questões apresentadas pelos participantes. Todas as preocupações e interesses devem ser registados
5. Lista de participantes, incluindo os nomes e o cargo dos organizadores, assim como os contactos de todos os que tenham participado na reunião.

## 12.3 MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A restauração e normalização dos meios de subsistência das PAP pode ser um processo lento. As ações de reassentamento previstas neste PAR não constituirão uma mudança significativa na vida das PAP, mas ainda assim pode demorar alguns meses para se alcançar a estabilidade. É aceitável que essa adaptação se prolongue num prazo máximo de 3 meses. É durante este estágio que intervenções adequadas e imediatas para corrigir quaisquer desvios serão em grande parte necessárias. O tempo restante será dedicado à manutenção do processo. Mas será crucial ter sistemas e procedimentos para assegurar que os objetivos finais do PAR sejam atingidos.

Um processo participativo de monitorização e avaliação será fundamental durante a implementação do Projeto. Este processo deve ser conduzido de forma a permitir que todas as partes interessadas e, em particular, as famílias e comunidades beneficiárias se envolvam em todos os aspetos de planificação, monitorização e avaliação. O processo deve ser o mais simples possível para permitir que todas as partes interessadas reflitam regularmente sobre o progresso em cada etapa e identificar o que precisa de ser feito para garantir que as intervenções do Projeto beneficiem a todos e não tenham impacto negativo sobre as vidas das pessoas diretamente afetadas e de outras pessoas ao longo das áreas diretamente afetadas.

A Monitorização e Avaliação (M&A) é uma parte essencial da implementação do PAR para medir o desempenho real em relação ao que foi planificado de acordo com os vários indicadores selecionados - em termos de produtos e resultados e particularmente em relação aos meios de subsistência e padrões de vida das pessoas afetadas pelo projeto.

Os seguintes aspetos da M&A são considerados de particular relevância:

a. Indicadores de desempenho do PAR;
b. Processo de monitorização interna de desempenho;
c. Monitorização externa e avaliação final.

### 12.3.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho do PAR serão, no mínimo, os seguintes:

- Número de agregados familiares que obteve compensação financeira, reposição de ativos, ou algum tipo de apoio;
- Número de agregados familiares que optou pela assistência monetária, ao invés da reposição dos ativos (nas situações aplicáveis);
- Cumprimento do cronograma do PAR;
- Taxa de sucesso da implementação das compensações e reposições conforme acordado com os agregados familiares afetados;
- Avaliação do sucesso do desembolso oportuno e suficiente de fundos;
- Número de queixas/reclamações apresentadas;
- Taxa de queixas/reclamações resolvidas;
- Taxa de queixas que transitou para instâncias superiores (MIRNA ou instâncias judiciais);
- Avaliação da eficiência e eficácia do mecanismo de APAP;
- Avaliação da restauração da qualidade de vida e o progresso em direção à redução da pobreza e melhoria dos padrões de vida das PAP envolvidas no processo de reassentamento.

Relativamente ao restauro da qualidade de vida das PAP, os resultados das pesquisas socioeconómicas que levaram à formulação do PAR serão usados como indicadores da situação de base para medir objetivamente o progresso à medida que a implementação do PAR evoluir. As conclusões sobre o número de famílias e pessoas que terão de ser compensadas e terão os seus ativos afetados substituídos, bem como os princípios a serem seguidos e a qualidade da restauração dos meios de subsistência formarão a base de todo o processo. Quaisquer mudanças nos indicadores (qualitativos ou quantitativos) serão avaliadas para identificar até que ponto essas mudanças foram causadas pelo reassentamento ou por causa de outros fatores. Em muitos casos, a ligação é direta e óbvia (como no número de pessoas que optam pela substituição, em vez de compensação em dinheiro ou número de pessoas que recebem formação de restauração de modos de vida).

### 12.3.2 MONITORIZAÇÃO INTERNA DE DESEMPENHO

A monitorização e a avaliação serão contínuos e vão se concentrar sobre os objetivos de curto e médio/longo prazo do PAR.

A monitorização do PAR terá carácter trimestral, e os relatórios produzidos conterão, pelo menos, informação relativa aos indicadores constantes da secção anterior. O OMA e a sua equipa serão os responsáveis pela produção destes relatórios, que serão posteriormente enviados para a Direção Executiva do INAE e encaminhados para o Especialista em Salvaguardas Ambientais e Sociais da AFAP.

### 12.3.3 MONITORIZAÇÃO EXTERNA E AVALIAÇÃO FINAL

Esta será mobilizada fora do projeto, ou seja, indivíduos e/ou organizações independentes ao projeto e, de preferência, aqueles que não tiveram nenhum outro papel a desempenhar no projeto ou na implementação do mesmo. Será produzido um relatório anual, que para além de avaliar os relatórios trimestrais produzidos pela monitorização interna, focará os seguintes temas:

- Avaliação do recenseamento de ativos e PAP
- Avaliação do impacto socioeconómico do projeto sobre as PAP
- Supervisão da implementação do PAR para atingir os objetivos e, em particular, melhorar ou, pelo menos, manter os rendimentos e condições de vida do PAP após o reassentamento/compensação;
- Recomendação de práticas ou medidas de melhoria à implementação do PAR;
- Transparência do processo de implementação;
- Adequação do pessoal e capacidade de implementação das agências e entidades envolvidas;
- Cumprimento do processo de reassentamento de acordo com a lei da RDSTP e os padrões do Banco Mundial;
- Eficácia do mecanismo de reclamações;

- Adequação e eficácia do envolvimento do público;
- Eficácia do mecanismo de monitorização interna.

Será realizada uma avaliação final após finalização do PAR para medir resultados e impactos. Isso será feito por uma equipa externa contratada especificamente para conduzir este processo de avaliação final, e a par dos assuntos abordados nos relatórios de monitorização anuais, também se concentrará sobre:

- Avaliação global dos indicadores de desempenho do PAR
- Avaliação do desempenho do mecanismo de APAP
- Avaliação das mudanças quantitativas e qualitativas no acesso a bens e serviços (abastecimento de água, saneamento, educação, saúde, etc.)
- Avaliação das mudanças nos níveis de renda;
- Avaliação das mudanças na diversificação/melhoria de habitações, atividades geradoras de renda

As questões cobertas pelo questionário do agregado familiar e os respetivos resultados após a recolha de dados, processamento e relatórios também oferecem exemplos de itens que podem ser usados para preparar e realizar monitorização socioeconómica e sociodemográfica e avaliação final do impacto do reassentamento sobre os agregados familiares ao longo do tempo.

# 13 CUSTOS DE REASSENTAMENTO E CRONOGRAMA DE AÇÃO

## 13.1 CUSTOS ASSOCIADOS À AÇÃO DE REASSENTAMENTO

Na Tabela 13.1 encontram-se sintetizados os itens a serem considerados na estimativa orçamental para a implementação do PAR, incluindo a sua preparação, implementação, monitorização e avaliação.

*Tabela 13.1 – Custos estimados para implementação do PAR*

| Nr. | Item | Montante Total [€] |
|---|---|---|
| **1** | Apoio pelo desenvolvimento do Mecanismo de Diálogo e Resoluções de Conflito - incluindo ações de formação e de disseminação | 15.000€ |
| **2** | Implementação das ações de reassentamento: | |
| | **2.1 -** Substituição de estruturas comerciais, incluindo apoio na mobilização para o novo local, beneficiação do mercado de Manga Zébé | 45.000€ |
| | **2.2 –** Ações de formação/workshop e de acompanhamento das PAP.* | 30.000 € |
| **3** | Consultoria de apoio à implementação do PAR** (1 missão anual durante 3 anos – 3 x 10.000€) | 30.000€ |
| **4** | Auditoria final do PAR | 15.000€ |
| | **Total** | **135.000 €** |
| | Contingências (10%) | 13.500 € |
| | **TOTAL** | **148.500 €** |
| * Estas ações de formação terão como foco temas relacionados com segurança e higiene no manuseio alimentar, além de estratégias para a gestão de pequenos negócios.<br>** Supervisão durante 3 anos por consultor internacional para suportar o especialista local do INAE | | |

## 13.2 CRONOGRAMA DE AÇÃO

O projeto de Reabilitação da Estrada Nacional 1, pela sua extensão e magnitude, tem um prazo de execução previsto de 3 anos, que poderá estender-se por mais 2. Este é considerado um prazo realista, em virtude das vicissitudes de São Tomé e Principie ser um país insular, em que grande parte dos materiais e equipamentos terão que ser mobilizados de outros países. Além desta questão, existe ainda o facto de ser um projeto rodoviário, que avançará por troços e frentes de trabalho, estando os trabalhos a decorrer em vários locais ao mesmo tempo. Contudo, e de acordo com as medidas de mitigação

propostas, só se abrirão novas frentes de trabalho quando as anteriores estiverem concluídas, ou em estado de execução bastante avançado. Não se espera que o troço da EN1 a reabilitar esteja em processo de intervenção na totalidade da sua extensão em simultâneo. Desta forma, os momentos em que certas ações do PAR são tomadas, vai depender do cronograma de trabalhos para as zonas a intervir, e que será diferente de zona para zona.

É importante salientar que o PAR estará em vigor desde o início da implementação do projeto, mesmo que as zonas e situações referenciadas neste documento não constem dos cronogramas de trabalhos como sendo as primeiras a sofrer intervenção.

| | **Atividade/desenvolvimento a ser realizado** |
|---|---|
| **Fase de preparação do projeto** | • Definição de funções e responsabilidades<br>• Definição dos Grupos de Trabalho do PAR (por exemplo, comités de reassentamento)<br>• Implementação do sistema de gestão, administração e resolução de queixas, incluindo abertura dos canais de comunicação. |
| **Início do projeto (após adjudicação da empreitada)** | • Formação das entidades/pessoas envolvidas nos mecanismos de Apoio às Pessoas Afetadas<br>• Estabelecimento de um sistema eficaz de gestão, administração e relatórios.<br>• Desenvolvimento/melhoria de todos os formulários/modelos de trabalho relevantes<br>• Desenvolvimento e estabelecimento da estratégia de comunicação a ser adotada pelos grupos de trabalho do PAR |
| **6 meses antes do início das obras em determinada zona** | • Comunicação contínua e disseminação de informações relevantes para todas as partes interessadas, incluindo comunicação de datas limite e consulta/participação da comunidade.<br>• Preparação das novas zonas de reassentamento.<br>• Formação das PAP<br>• Notificação formal das PAP sobre a necessidade do reassentamento |

| | Atividade/desenvolvimento a ser realizado |
|---|---|
| **1 mês antes do início das obras em determinada zona** | • Comunicação contínua e disseminação de informações relevantes para todas as partes interessadas e consulta/participação da comunidade, bem como formação e capacitação conforme necessário e identificado<br>• Formalização da aceitação das ações de reassentamento pelas PAP |
| **15 dias antes do início dos trabalhos** | • Entrega das novas estruturas comerciais às PAP<br>• Apoio dos agregados familiares compensados na mobilização para a nova localização<br>• Restabelecimento dos pontos de venda nos novos locais<br>• Apoio dos agregados familiares compensados a normalizar e, sempre que possível, melhorar os seus sistemas produtivos em áreas relevantes<br>• Garantir que as áreas desocupadas não sejam novamente invadidas |
| **Pós-reassentamento e durante a execução das obras** | • Verificação e tratamento de queixas<br>• Formação das PAP<br>• Garantir que os meios de subsistência e as condições de vida das pessoas tenham sido restaurados. |

# 14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionando as componentes sociais mais importantes e as principais características de projeto, quer para a fase de construção, quer para a fase de exploração, foi possível fazer o levantamento qualitativo de toda a envolvente, tendo sido possível concluir que, dadas as ações de projeto, não se prevê a ocorrência de impactes sociais negativos significativos em toda a área de intervenção.

Face à tipologia das operações associadas ao projeto, considera-se que a fase que apresenta maior impacte social na área envolvente diz respeito à fase de construção, no entanto de carácter temporário.

Em termos de análise de risco associado ao projeto, verifica-se que, para além de uma melhoria acentuada em termos de acessibilidade associada a uma redução relevante dos tempos de percurso, a reabilitação da via potenciará um evidente acréscimo em termos de comodidade, segurança e bem-estar dos utentes e, consequentemente uma redução do risco associado à circulação rodoviária.

De um modo geral, observa-se que, com a beneficiação deste trecho rodoviário, os perfis e cenários de segurança automóvel serão globalmente melhorados. Nos locais, onde a plataforma se aproxima de aglomerados habitacionais, nomeadamente sob a forma de aterro, todas as medidas e normas de segurança serão cumpridas.

Com base na integração dos diagnósticos sectoriais dos meios físico, biótico e socioeconómicos da área de influência direta e indireta, foi possível explicitar as relações de dependência e/ou sinergia entre os fatores socioeconómicos incidentes sobre essas esferas, de modo a se compreender a estrutura e a dinâmica da região, destacando-se os aspetos mais relevantes e os pontos julgados críticos no contexto social.

Os estudos socioeconómicos foram caracterizados pela dinâmica demográfica, os aspetos económicos das comunidades mais próximas sob influência do empreendimento, assim como foi feita uma avaliação do potencial arqueológico do local, de modo a constituir-se uma imagem mais ampla do contexto em que se insere o empreendimento.

Na avaliação dos Impactes, tendo por base a caracterização do empreendimento e o diagnóstico ambiental, a consultoria responsável pelo estudo constatou que, a maior parte dos Impactes negativos identificados concentra-se no meio físico e na etapa de implantação para os quais foram propostas medidas mitigadoras.

Em contrapartida, todos os Impactes positivos das etapas de implantação e operação aparecem no meio socioeconómico e estão ligadas, fundamentalmente, ao aumento de empregos diretos e indiretos, aumento da arrecadação de tributos e aumento de oferta de infraestrutura rodoviária com melhor qualidade na etapa de implantação e a dinamização da economia local, na etapa de operação.

Para mitigar os Impactes negativos foram propostos programas de mitigação de Impactes nas três fases previstas para o empreendimento (preparação, construção e exploração), que apresentarão graus de resolução variáveis.

A necessidade de mão de obra para implantação e funcionamento do projeto de Reabilitação, Melhoria do Traçado e Proteção do Talude da Estrada Nacional Nº1 será importante fator de geração de empregos diretos e indiretos. Durante o período de construção implantação e operação, cerca de 500 empregados exercerão diversas atividades no empreendimento, caracterizando um significativo Impacte socioeconómico na região.

Uma obra do porte da construção do projeto de Reabilitação, Melhoria do Traçado e Proteção do Talude da Estrada Nacional Nº1 implicará também grande Impacte no meio antrópico, tendo em vista os processos de contratação e desmobilização de mão-de-obra após a conclusão das obras.

A intensidade dos Impactes sociais dependerá muito do compromisso da empresa responsável pela construção em adotar medidas que vão de encontro ao desenvolvimento sustentável e minimizar os efeitos negativos que podem causar ao meio ambiente e à população mais próxima, bem como todos os utentes da EN1. A implementação deste PAR é um dos elementos fundamentais para a minimização dos impactes negativos nas pessoas afetadas pelo projeto.

Para a fase de exploração do projeto de Reabilitação, Melhoria do Traçado e Proteção do Talude da Estrada Nacional Nº1, os Impactes negativos identificados (ambientais, sociais e económicos) são, em sua maioria, de pequena magnitude e mitigáveis, destacando-se, entre eles, o Impacte sobre a qualidade do ar. A dinâmica da atmosfera, no local proposto para implantação do empreendimento, apresenta condições favoráveis à dispersão das emissões atmosféricas.

Em relação aos Impactes socioeconómicos, os benefícios são vários, podendo-se relacionar aqui a possibilidade de geração de empregos durante a construção e operação do empreendimento, aumento da arrecadação de receitas para o Estado e melhoria da qualidade vida da população das comunidades que vivem na zona abrangida pelo projeto.

Conclui-se que a projeto de Reabilitação, Melhoria do Traçado e Proteção do Talude da Estrada Nacional Nº1 terá um balanço socioeconómico positivo se forem aplicadas as medidas de mitigação, compensação e de controlo ambiental previstas no EIAS bem como, se forem cumpridos os compromissos sociais assumidos pelo empreendedor e as medidas presentes neste PAR.

# ANEXOS

# ANEXO 1

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 | Loja dos Vinte | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK0+000 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | Armazém de material eletrico |
| PK0+000 | Gibela, Lda | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | Armazém de materiais de construção |
| PK0+000 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| PK0+000 | Escola | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | |
| **CENTRO DO CRUZAMENTO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 | Espaços, Lda | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK0+000 | | | | | | | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | Banca de venda de pequeno almoço |
| PK0+000 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | Gelados, sumos, cerveja |
| **LADO DIREITO DA MARGINAL** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Oleo de Palma |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | Cerveja Rosema |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK0+000 a PK0+560 | VIP MOTORS | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Recargas telefone, gelados.... |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação pneus |
| PK0+000 a PK0+560 | Manuel & Silva Gomes | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação de radiadores |
| PK0+000 a PK0+560 | Petisqueira Budo Budo | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | Espaços, Lda | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Tem acesso pela marginal |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Stand automóveis, oficina e rent a car - Tem acesso pela marginal |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | Oficina dos Pequeninos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | Infantário |
| PK0+000 a PK0+560 | SONAPE, Lda | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | VIP MOTORS | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Tem acesso pela marginal |
| PK0+000 a PK0+560 | CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | Leitão & Filhos, Lda | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | |
| PK0+000 a PK0+560 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| **CRUZAMENTO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+560 a PK0+600 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+560 a PK0+600 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Motorizadas - tem acesso à marginal |
| PK0+560 a PK0+600 | OASTEP - MSO | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | Organização das Mulheres de STP - tem acesso à marginal |
| PK0+560 a PK0+600 | Vidroarte, Lda | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | Vidraria - tem acesso à marginal |
| PK0+560 a PK0+600 | Soares da Costa, Lda | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | Estaleiro social - destivado |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK0+600 a PK1+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK0+600 a PK1+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK0+600 a PK1+300 | MINE ESTANDER | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação de pneus |
| PK0+600 a PK1+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | |
| PK0+600 a PK1+300 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | |
| PK0+600 a PK1+300 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | Cerveja Rosema / cabeleireiro |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK0+600 a PK1+300 | | | | | | | | | | | | | | 4 | | | | | | | | | Lavagem de viaturas |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK0+600 a PK1+300 | RMR, Lda | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | |
| PK0+600 a PK1+300 | Ké Morabeza | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | |
| **CRUZAMENTO - MANGA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Fabrico de blocos de betão |
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**São Tomé**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | | | | | | | | | | 10 | | | | | | | | | Motoqueiros |
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| PK1+300 a PK1+400 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK1+1400 a PK2+275 | Só Beleza | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK1+1400 a PK2+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK1+1400 a PK2+275 | CAJAF, Lda | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Material Eletrico |
| | | | 1 | 1 | 5 | 2 | 1 | | 7 | 1 | 1 | 7 | 1 | 19 | 3 | 3 | 2 | 8 | 2 | 3 | 0 | 7 | 74 |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Entre São Tomé e Santo Amaro**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK2+275 a PK4+600 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK2+275 a PK4+600 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK2+275 a PK4+600 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK2+275 a PK4+600 | Quiosque Sombra Mangueira | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK2+275 a PK4+600 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK2+275 a PK4+600 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK2+275 a PK4+600 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Santo Amaro**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustível | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação de pneus |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Materiais de construção |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Roupa / comida / refeições |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | Roupas e tecidos |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Santo Amaro**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustível | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação de pneus |
| PK4+600 a PK5+150 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| CRUZAMENTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+150 a PK5+200 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK5+150 a PK5+200 | EMI | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Serralharia |
| PK5+150 a PK5+200 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+150 a PK5+200 | | | | | | | | | | | | | | 10 | | | | | | | | | Motoqueiros |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Santo Amaro**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustível | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK5+150 a PK5+200 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK5+150 a PK5+200 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK5+150 a PK5+200 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+200 a PK5+575 | Complexo Santo Amaro | | 1 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+200 a PK5+575 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| | | | **1** | **0** | **0** | **1** | **1** | | **2** | **0** | **2** | **0** | **0** | **12** | **2** | **0** | **0** | **3** | **0** | **0** | **2** | **5** | **31** |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Entre Santo Amaro e Ilhéu**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+425 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Fabrica de pré-fabricados em betão |
| | | | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **1** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **1** |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Ilhéu**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Ilhéu**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Ponto de recolha de cacau |
| PK5+575 a PK6+775 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Ilhéu**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Ponto de recolha de cacau |
| PK5+575 a PK6+775 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Ponto de recolha de cacau |
| | | | 3 | 0 | 2 | 1 | 2 | | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 18 |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Entre Ilhéu e Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK6+775 a PK7+960 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK6+775 a PK7+960 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK6+775 a PK7+960 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | **1** | **0** | **0** | **0** | **2** | | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **3** |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação de pneus |
| PK7+960 a PK8+325 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação de pneus |
| PK7+960 a PK8+325 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK7+960 a PK8+325 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK7+960 a PK8+325 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| PK7+960 a PK8+325 | Mana Ju | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK7+960 a PK8+325 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | PEIXE - FALTA FOTO | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Fotografias |
| PK8+325 a PK8+525 | Cantinho do Conde | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | MOTOQUEIROS - FALTA FOTO | | | | | | | | | | | | 7 | | | | | | | | | Motoqueiros |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+325 a PK8+525 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identtificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | Barbearia Chéu | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Barbearia |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identtificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+325 a PK8+525 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Mercado - fechado |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | Rest. Brisa Mar | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identtificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+525 a PK9+100 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Ponto de recolha de cacau |
| PK8+525 a PK9+100 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| LADO DIREITO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Conde**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK8+525 a PK9+100 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Centro de Saude |
| PK8+525 a PK9+100 | Beleza VIP | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK8+525 a PK9+100 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK8+525 a PK9+100 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Serviços de eletricidade |
| | | | 19 | 0 | 6 | 2 | 7 | 3 | 11 | 0 | 1 | 0 | 0 | 15 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 5 | 78 |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Entre Conde e Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK9+100 a PK11+200 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | |
| | | | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **1** | **0** | **0** | **1** |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | Petisqueira Vida Tê Matxi | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | 16 | | | | | | | | | Motoqueiros |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Motorizadas |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | Cerveja Rosema |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | Rest. Celvas | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK11+200 a PK12+275 | Complexo Koleira | | | | 1 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Reprografia |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | Casa das Madres |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Alfaiataria |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK11+200 a PK12+275 | Salão de Beleza - Gato | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | 18 | | | | | | | | | | | | | | Mercado - 18 bancas |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | Palaies - 7 |
| PK11+200 a PK12+275 | Armazém Falcão | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Drogaria |
| PK11+200 a PK12+275 | Foto Tomé Gomes | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Fotografia |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK11+200 a PK12+275 | Canja Quente | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | Salão de Beleza - San Gunda | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK11+200 a PK12+275 | Bar de Boica | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Escola de Condução |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Escritório de Advogado |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | Loja CST - Guadalupe |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

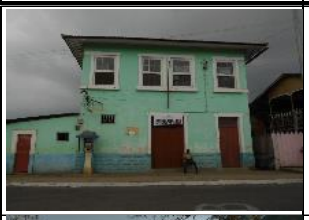
**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | 5 | | | | | | | | | Motoqueiros |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Delegação de Educação |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | Discoteca Complexo Falcão | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | Bar / Discoteca |

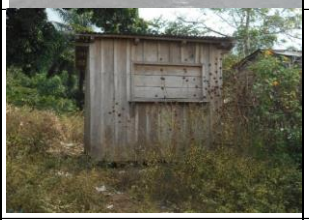
**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK11+200 a PK12+275 | Complexo Falcão | | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | Salão de Beleza - Glavi Muala | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Carpintaria |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK11+200 a PK12+275 | Doce de Beatriz | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK11+200 a PK12+275 | |  | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Comissão Eleitoral |
| PK11+200 a PK12+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK11+200 a PK12+275 | | | | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | Motoqueiros |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | |  | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | Rest. Pema | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Guadalupe**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK12+275 a PK13+275 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Barbearia |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Motorizadas |
| PK12+275 a PK13+275 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 26 | 0 | 14 | 4 | 7 | 7 | 21 | 0 | 1 | 1 | 0 | 32 | 1 | 0 | 4 | 3 | 1 | 0 | 4 | 6 | 132 |
| | | | | | | 79 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | 60% | | | | | | | | | | | | | | | | | |

## Recenseamento das habitações confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215
## Secção 1

| TROÇO | PK | Esq. | Dir. |
|---|---|---|---|
| **São Tomé** | PK0+000 | 0 | 0 |
| | PK0+000 a PK0+560 | 15 | 13 |
| | PK0+560 a PK0+600 | 0 | 0 |
| | PK0+600 a PK1+300 | 24 | 7 |
| | PK1+300 a PK1+400 | 0 | 0 |
| | PK1+400 a PK2+725 | 25 | 24 |
| | | | |
| **Entre São Tomé e Santo Amaro** | PK2+275 a PK4+600 | 2 | |
| | | | |
| **Santo Amaro** | PK4+600 a 5+150 | 31 | |
| | PK5+150 a PK5+200 | 0 | |
| | PK5+200 a PK5+575 | 17 | |
| | | | |
| **Entre Santo Amaro e Ilhéu** | PK5+575 a PK6+425 | 13 | |
| | | | |
| **Ilhéu** | PK5+575 a PK6+775 | 15 | |
| | | | |
| **Entre Ilhéu e Conde** | PK6+775 e 7+960 | 8 | |
| | | | |
| **Conde** | PK7+960 a 8+325 | 20 | 14 |
| | PK8+325 a PK8+525 | 11 | |
| | PK8+525 a PK9+100 | 9 | 14 |
| | | | |
| **Entre Conde e Guadalupe** | PK9+100 a PK11+200 | 3 | |
| | | | |
| **Guadalupe** | PK11+200 a 12+275 | 27 | 18 |
| | PK12+275 a PK13+275 | 21 | 32 |
| | | **241** | **122** |
| | | **363** | |

# ANEXO 2

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Entre Guadalupe e Ribeira Funda**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK13+275 a PK23+040 | Praia 15 | | | | | | | | | | | | | 15 | | | | | | | | | Pescadores |
| PK13+275 a PK23+040 | Samulin, Lda | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Pedreira |
| PK13+275 a PK23+040 | Praia das Plancas | | | | | | | | | | | | | 10 | | | | | | | | | Pescadores |
| | | | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **26** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **26** |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Ribeira Funda**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK23+040 a 23+210 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Entre Ribeira Funda e Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK23+210 a PK25+715 | | | | | | | | | | | | | | 15 | | | | | | | | | Pescadores |
| | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | Menores de idade |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | Menores de idade |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | Menores de idade |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Roupa |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | Menores de idade |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | 6 | | | | | | | | | Motoqueiros |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 2 | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Roupa, drogaria... |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | Delegação Regional de Educação |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK25+715 a 26+300 | Banco Energybank | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Banco |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | Casa da Cultura |
| PK25+715 a 26+300 | Credial, Lda | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | ENCO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Depositos de Combustivel |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | Menores de idade |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | Menores de idade |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | Menores de idade |
| PK25+715 a 26+300 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK25+715 a 26+300 | Rosema | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Fabrica de cerveja |
| PK25+715 a 26+300 | Escola Básica de neves | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK25+715 a 26+300 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | Comissão Eleitoral |
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Mercado |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | Mercado |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | Mercado |
| PK26+300 a 26+800 | Pleço Ceto | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+300 a 26+800 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Roupa / Drogaria, etc.. |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Sapataria |
| PK26+300 a 26+800 | Cruz Vermelha | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | ENCO | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |

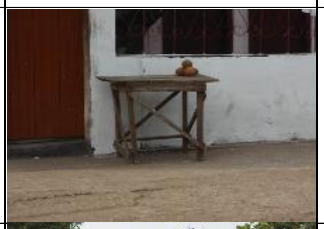
**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+300 a 26+800 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Motorizadas |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | LJ, Lda | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | CST Neves | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| LADO DIREITO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

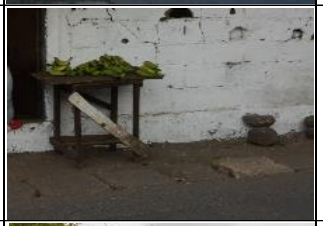
**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+300 a 26+800 | Centro de Saúde de Lembá | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK26+300 a 26+800 | |  | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | Escola de Condução Bom Despacho | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | Escola de Condução |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Cabeleireiro |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | 1 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+300 a 26+800 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+300 a 26+800 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Drogaria |
| PK26+300 a 26+800 | Complexo Prováz | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO ESQUERDO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Estudio de Gravação |
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Fotografia |
| PK26+800 a 27+215 | |  | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | Barbearia Visão da Águia | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Barbearia |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Carregamento TV |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 13 | | | | | | | | | Motoqueiros |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |

Anexo 2

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | Rest. Manga Zébê | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Barcos |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 2 | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Carvão |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | Mercado de Manga Zébé | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **LADO DIREITO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Reparação de aparelhos eletrónicos |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Roupas |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Costureira |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+800 a 27+215 | Carpintaria Trindade | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Estudio de Gravação |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | |

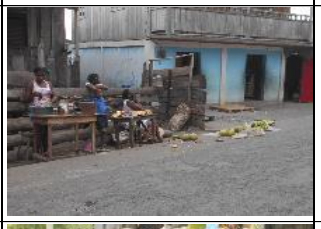
**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Fotografia |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Vulcanização |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| PK26+800 a 27+215 | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | |  | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | Reparação de Pneus |

**Recenseamento das atividades comerciais confinantes com a EN1 - PK 0+000 - PK 27+215**
**Neves**

| PK | NOME | FOTOGRAFIA | Mercearia | Talho | Venda de Refeições | Restaurante | Venda bebidas | Venda de Peixe | Banca Frutas e Legumes | Placar Publicitário | Bomba Combustivel | Armazéns | Carpintaria | Diversos | Banca CST / Unitel | Peças Mecanica | Escritórios | Oficinas | Associação | Escola | Igreja | Não identificado | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | Roupa |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PK26+800 a 27+215 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| | | | 28 | 0 | 54 | 2 | 10 | | 24 | 0 | 3 | 2 | 3 | 40 | 5 | 0 | 2 | 4 | 5 | 1 | 4 | 15 | 202 |

| TROÇO | PK | Esq. | Dir. |
|---|---|---|---|
| **Entre Guadalupe e Ribeira Funda** | PK13+275 a PK | 8 | 11 |
| **Ribeira funda** | | 9 | |
| **Entre Ribeira Funda e Neves** | | | |
| **Neves** | PK25+715 a PK26+300 | 41 | 12 |
| | PK26+300 a PK26+800 | 10 | 15 |
| | PK26+800 a PK27+215 | 16 | 17 |
| | | **84** | **55** |
| | | **139** | |

# ANEXO 3

# FORMULÁRIO DE RECENSEAMENTO

**Identificação da PAP:**

**Nome:** _____

**Vulgo:** _____

**Sexo** _____ **Idade:** _____

**Número de identificação:** _____

**Morada:** _____

**Contacto:** _____

**Dados socioeconómicos:**

**Nº de pessoas do agregado familiar:** _____

**Nº de dependentes:** _____ _____

**Ascendentes:** _____ **Idade:** _____ **F** _____ **M** _____

**Descendentes:** _____ **Idade:** _____ **F** _____ **M** _____

**Nº de fontes de rendimento do agregado familiar:** _____

**Fontes de rendimento do agregado familiar:**

| Fonte: | Atividade | Rendimento médio mensal (dobras) |
|---|---|---|
| 1 – Emprego formal | | |
| 2 – Emprego por conta própria | | |
| 3 – Emprego casual | | |
| 4 - Venda informal | | |
| 5 – Agricultura | | |
| 6 – Pesca | | |
| 7 – Floresta | | |
| 8 – Produção de carvão | | |
| 9 – Outros | | |
| Observações: | | |

**Atividade principal da PAP:** _____ **Rendimento:** _____

**Formalidade da atividade:** **1 – Sim** / **2 - Não** _____ **Nº Identificação Fiscal:** _____

**Mudanças e/ou impactes resultantes da reabilitação da EN1**

| | |
|---|---|
| **Possíveis mudanças/impactes que a reabilitação da estrada pode trazer?** | 1 – Mais transportes<br>2 – Melhor qualidade dos transportes<br>3 – Mais disponibilidade de transportes<br>4 – Deslocação de pessoas<br>5 – Destruição de vegetação<br>6 – Menos acidentes na estrada<br>7 – Melhor acesso aos mercados e locais de venda<br>8 – Melhores oportunidades de emprego<br>9 – Aumento da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis<br>10 – Aumento da criminalidade<br>11 – Outros: _____ |

**Soluções de reassentamento:**

**Localização da atividade económica afetada:** _____

**Solução proposta:**

_____

| | |
|---|---|
| **Foi devidamente explicada a solução proposta:** | **1 – Sim**<br>**2 - Não** |
| **A PAP está de acordo?** | **1 – Sim**<br>**2 - Não** |

**Sugestões da PAP:**

**Assinatura (PAP):**

**Data: ____/____/_____**

**Assinatura (Técnico):**

**Data: ____/____/_____**

# ANEXO 4

# CONSULTA PÚBLICA

# Índice

1 Convite ..... 3

2 Programa de trabalhos ..... 4

3 Lista de temas abordados ..... 5

4 Fotografias da assistência ..... 6

# 1 CONVITE

República Democrática de São Tomé e Príncipe
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, COMERCIO E DA ECONOMIA AZUL
Unidade – Disciplina - Trabalho
**Agência Fiduciária e de Administração de Projetos**

**URGENTE**

**REFERENCIA Nº** _____

Exmº Senhor,

S.Tomé, 17 de janeiro de 2019.

**Assunto:** Consulta Pública do Plano de Ação de Reassentamento (PAR)

No quadro do projeto "Desenvolvimento do Setor dos Transportes e Proteção Costeira", a empresa Prospectiva S.A. está a desenvolver o PAR para a reabilitação da RN1 (Estrada Nacional nº 1). Como é do seu conhecimento a consulta pública para a apresentação e recolha de subsídios para ESIA (Estudo de Impacto Ambiental e Social) realizou-se no passado dia 21 de setembro de 2018 em que a Instituição que representa participou e tendo em conta que foi recomendado a elaboração de um estudo para o PAR.

Assim, temos a honra de convidar Vossa Excelência a participar ou indicar algum colaborador para representar a sua Instituição, na Consulta Pública para apresentação do PAR e análises sobre os afetados diretos a realizar amanhã dia 19/01/2019 a partir das 9h00 na sala de conferências do PNUD em S.Tomé, e juntamos a programa de atividades para o seu conhecimento.

Queira desde já, aceitar os nossos maiores agradecimentos pela participação nesta consulta pública.

Melhores cumprimentos.

Alberto Leal

Coordenador da AFAP

Av. Kwame Nkrumah, Prédio da Afriland 2º andar, C.P. 1029, S.Tomé
S.Tomé e Príncipe, Tel. 00239 222 52 05, E-mail: afap@afap.st; afap2@yahoo.com.br

# 2 PROGRAMA DE TRABALHOS

[Escreva aqui]

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade – Disciplina – Trabalho)

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, COMÉRCIO E ECONOMIA AZUL**

*AFAP – AGÊNCIA FIDUCIÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PROJECTOS*

**Programa da Consulta Pública sobre PAR – Plano de Açao de Reassentamento do Projeto de Reabilitação da RN1 – Estrada Nacional nº 1**

**Projeto de Desenvolvimento do Sector de Transportes**

**Proteção Costeira - P161842**

Data: 18 de Janeiro de 2019

Local: Sala de Conferências do PNUD

Hora: Inicio: 8:30 h - termino:13 :15 h

| Hora | Designação | Responsável |
|---|---|---|
| 8:30 – 9:00 | Chegada dos participantes | Participantes |
| 9:00 | Inicio da Sessão | Maximino Carlos - Moderador |
| 9:05 – 9:20 | Abertura do Workshop. Breve intervenção do Diretor Executivo do INAE – Descrição dos trabalhos e das Expectativas do INAE para o Projeto | Engº Gabidulo Quaresma |
| 9:20 – 9:35 | Breve descrição do Projeto Energia DSTPC e sobre Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do BM | Engº Adilson Carneiro da Silva – Especialista de Salvaguardas de AFAP |
| 9:35 – 10:45 | Apresentação do Estudo do PAR – Plano de Ação de Reassentamento pela equipa de Consultores da Empresa Prospectiva S.A. | Engª Magda Carvalho<br>Engº Sergio Carapinha |
| 10:45 - 11:00 | Café pausa | Participantes |
| 11:00 – 12:30 | Continuação de apresentação sobre o RAP / CENSUS pelos engenheiros da Prospectiva S.A. | Engª Magda Carvalho<br>Engº Sergio Carapinha |
| 12:30 – 13:15 | Sessão para Debate, participação dos interessados, e respectiva Validação dos documentos | Participantes |
| 13:15 | Lanche | Participantes |

# 3 LISTA DE TEMAS ABORDADOS

# 4 FOTOGRAFIAS DA ASSISTÊNCIA

Secção 2: Guadalupe - Neves
prospectiva

Implementação das soluções propostas
prospectiva

# ANEXO 5

# 1 - FORMULÁRIO PARA RECLAMAÇÃO

**Identificação do reclamante:**

**Nome:** _____

**Número de identificação:** _____

**Morada:** _____

**Contacto:** _____

**Motivo da queixa:**

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

**Assinatura (reclamante):** **Data: ____/____/_____**

_____

**Nome de quem preencheu a reclamação (se for diferente do reclamante):**

_____

**Assinatura:**

_____

**Posição ou relacionamento com o queixoso:** _____

**A preencher pelos serviços:**

Local onde foi rececionada a queixa: _____

Nome do funcionário que rececionou a queixa: _____

Data: **____/____/_____**

## 2 - REGISTO DA QUEIXA E AFERIÇÃO DA INFORMAÇÃO

Nº de registo: _____

Data de receção: **____/____/_____**

**O autor da queixa foi contactado para esclarecimento de dúvidas ou omissões**? Sim_____ Não: _____

**Data de contacto:** **____/____/_____**

**Meio de contacto:**

**Esclarecimentos:**

**Foi feita uma verificação de campo sobre a queixa**? Sim_____ Não: _____

**Data:** **____/____/_____**

**Conclusões da visita de campo:**

**Registo de contactos adicionais para esclarecimentos:**

| Data | Nome | Esclarecimento prestado: |
|---|---|---|
| **____/____/_____** | | |
| **____/____/_____** | | |
| **____/____/_____** | | |
| **____/____/_____** | | |

**Assinatura:** _____ Data: **____/____/_____**

## 3 – ELEGIBILIDADE DA QUEIXA

Nº de registo: _____

**Apreciação da queixa:** _____

_____

_____

_____

_____

_____

**A queixa é elegível**? Sim_____ (Nível _____) Não: _____

**Comunicação da decisão ao reclamante:**

**Data de contacto:** **____/____/_____**

**Meio de contacto:** _____

**Informação prestada:** _____

_____

_____

_____

**Assinatura:** _____ Data: **____/____/_____**

# 4 – AÇÃO DE CONCILIAÇÃO E DETERMINAÇÃO DA AÇÃO CORRETIVA

Nº de registo: _____

**Data da sessão de conciliação:** ____/____/_____

**O autor da queixa esteve presente**? Sim_____ Não: _____

**Presenças:** _____

_____

_____

_____

_____

**Resumo da sessão de conciliação/ação corretiva proposta:** _____

_____

_____

_____

_____

**O autor da queixa concorda com a ação corretiva proposta**? Sim_____ Não: _____

**Se sim, o acordo foi alcançado nos seguintes termos:** _____

_____

_____

_____

_____

**Se não, o acordo não foi alcançado, havendo os seguintes pontos de discórdia:** _____

_____

_____

_____

_____

**Assinatura dos presentes:**

# 5 – IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO CORRETIVA

Nº de registo: _____

**Ação corretiva a implementar:**

**Pessoa/Entidade responsável pela implementação:**

**Cronograma de implementação:**

**Informações adicionais:**

## 6 – VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO CORRETIVA

**Nome da pessoa responsável pela verificação:** _____

**Data da verificação:** ____/____/_____

**Observações:** _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

**A ação corretiva encontra-se em condições de ser validada**? Sim_____ Não: _____

Se sim, o processo pode ser concluído.

**Assinatura (reclamante):** **Data: ____/____/_____**

_____

**Assinatura (responsável pela verificação):** **Data: ____/____/_____**

_____

**Se não, são necessárias as seguintes ações:** _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

**Assinatura (responsável pela verificação):** **Data: ____/____/_____**

_____